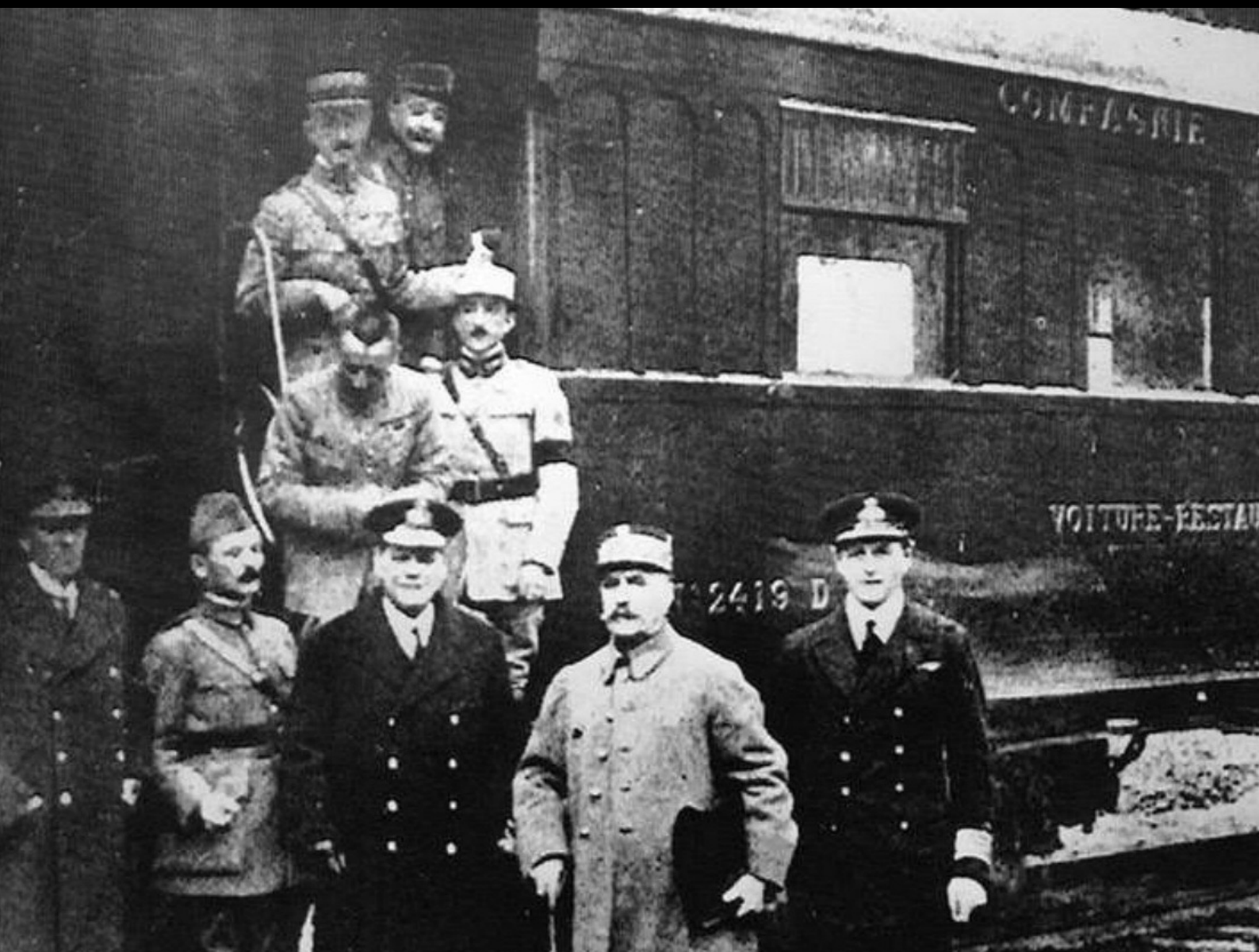




Revista Brasileira de
História
Militar



Ano XIV - Nº 32
Novembro 2022

Expediente

A Revista Brasileira de História Militar (RBHM) é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, com o objetivo de divulgar artigos de história militar, geopolítica e metodologia da pesquisa nas áreas de interesse, produzidos por acadêmicos e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros.

Os ensaios publicados estão dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

A RBHM destinase também a divulgar eventos acadêmicos de história militar e geopolítica, a publicação de anais relacionados à assuntos militares.

ISSN 21766452

FUNDADOR

César Machado Domingues

EDITOR-CHEFE

Ricardo Cabral

EDITOR ASSOCIADO

Pedro Drummond

César Machado Domingues

CONSELHO CONSULTIVO

Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Luiz Carlos Carneiro de Paula (IGHMB)

Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)

César Campiani Maximiano (USP)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

CONSELHO EDITORIAL

Alair Figueiredo (UERJ)

Bruno Melo de Oliveira (UNIFA)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (Universo)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Manuel Rolph Cabeceiras (UFF)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Sandro Teixeira Moita (ECEME)

Wellington Amorim (Escola Naval)



(Foto Associated Press)

Imagem da capa: Armistício em Compiègne, Novembro 1918.

Às cinco horas da manhã, no vagão do Marechal Foch na Floresta de Compiègne, foi assinado o Armistício marcando o final da Primeira Guerra Mundial para 06h00 depois - na 11ª hora do 11º dia do 11º mês.

Nesta imagem estão dois personagens importantes do armistício que marcou o final da Primeira Guerra Mundial em Novembro de 1918: o Marechal Ferdinand Foch, segundo à direita, e o general Maxime Weygand, segundo à esquerda. Ao fundo o vagão de trem no interior do qual o armistício foi assinado na Floresta de Compiègne, ao norte de Paris. Os termos duríssimos impostos aos alemães, que incluíam a desmilitarização do País, a ocupação da Renânia e o pagamento de pesadas indenizações estão entre as causas da Segunda Guerra Mundial. Para os franceses, o vagão-restaurante tornou-se um santuário para a paz. Para Adolf Hitler, era um símbolo da humilhação alemã. Por determinação de Hitler o mesmo vagão seria novamente utilizado para a assinatura de uma rendição, desta vez a dos franceses em junho de 1940.

Editorial

A edição 32, da Revista Brasileira de História Militar aborda uma vasta diversidade de temas, com recortes temporais, desde o período do Brasil Colônia até o período atual do exército dos EUA.

Esta edição tem início com o artigo do pesquisador Leandro Vilar Oliveira, sobre os dois fortes da cidade de Filipeia e a confusão em relação aos dois locais durante os anos. Lucas Cerqueira Viana Pio, debate a Guerra de Independência na Bahia, a importância do conflito para a emancipação política do País e a relação com a formação do Exército Imperial Brasileiro. Contamos também com os trabalhos dos autores Érico Storto Padilha e Carlos Alexandre de Almeida Costa, que desenvolvem a temática que envolve a outorga de uma espada de honra ao General Osorio, após a campanha contra o Paraguai na década de 1870. O pesquisador Fernando Mendes Coelho, retrata o aspecto da criação da Polícia Militar do Paraná no ano de 1854 até o fim do Império do Brasil, identificando a dinâmica e estruturação dos primeiros anos da Força Policial no Paraná. Em seguida, Mário Lemos Flores do Prado, apresenta a modernização bélica do Império Etíope durante os anos de 1855 até 1935, abordando as relações do Império com as nações europeias, que mantinham sob o seu domínio boa parte do continente africano. Para finalizar, o professor Fernando da Silva Rodrigues, analisa a evolução militar do Exército dos Estados Unidos, abordando o uso da tropa militar terrestre e a sua presença no território nacional, assim como, a evolução militar será verificada pelo aspecto da evolução das forças regulares de terra.

A revista é composta também pela seção livro em destaque e indicação de filme. Na primeira seção, é feita uma resenha sobre o livro, “Da Guerra à Diplomacia: A História da Divisão Naval Brasileira na Grande Guerra” do Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida. O livro aborda a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em especial, a DNOG (Divisão Naval em Operações de Guerra) e a diplomacia naval após o término das operações militares.

Na segunda seção, o filme indicado é Munique: No limite da Guerra, lançado em Janeiro de 2022, no Brasil. O filme retrata os dias anteriores à possível invasão alemã aos Sudetos e a tentativa de evitar uma guerra, através da Conferência de Munique de 1938. O fato é baseado em fatos reais, quando os governantes da Alemanha, Itália, Inglaterra e França se reúnem para discutir um acordo sobre a região dos Sudetos e conseqüentemente evitar uma nova guerra mundial.

Pedro Silva Drummond
Editor Responsável

Sumário

Os Dois Fortes da Cidade de Filipeia da Capitania da Paraíba (1585-1639): Esclarecendo um Equívoco Recorrente	5
Leandro Vilar Oliveira George Henrique de Vasconcelos Gomes	
A Independência do Brasil na Bahia e o Surgimento do Exército Imperial Brasileiro	22
Lucas Cerqueira Viana Pio	
Espada de Honra: General Osorio - O Legendário	38
Érico Storto Padilha Carlos Alexandre de Almeida Costa	
As primeiras décadas de atuação da Polícia Militar no litoral do Paraná: Da emancipação Política ao final do Período Imperial (1854-1889)	57
Fernando Mendes Coelho	
A Sobrevivência pela Conquista: O Processo de Modernização Bélica Etíope entre 1855 e 1935	78
Mário Lemos Flores do Prado	
História do Exército dos EUA: Evolução Militar e presença no Território Nacional	93
Fernando da Silva Rodrigues	
Livro em Destaque	105
<i>Da Guerra à Diplomacia: A História da Divisão Naval Brasileira na Grande Guerra</i>	
Filme em Destaque	106
<i>Munique – No Limite da Guerra</i>	

Os Dois Fortes da Cidade de Filipeia da Capitania da Paraíba (1585-1639): Esclarecendo um Equívoco Recorrente

Leandro Vilar Oliveira¹
George Henrique de Vasconcelos Gomes²

RESUMO: Filipeia de Nossa Senhora das Neves é a terceira cidade mais antiga do Brasil, e em sua origem tivemos o Forte do Varadouro como marco zero. No entanto, essa fortificação acabou por ser confundida com outro forte situado em local próximo e com mesmo nome, construído mais de trinta anos depois durante a época do Brasil holandês. Por conta disso, vários historiadores e estudiosos confundiram ambas as fortificações ao longo da história. O presente artigo apresentou com base na análise de documentação primária escrita e iconográfica, a existência dessas duas fortificações, distinguindo-as e apontando um pouco a respeito da história, origem e fim de cada uma.

Palavras-chave: Brasil Colônia, Fortificação, Brasil holandês.

ABSTRACT: 'Filipeia de Nossa Senhora das Neves' is the third oldest city in Brazil, and in its early days had the 'Varadouro' Fortress as a landmark. However, this fortification has been mistaken for another stronghold located in a nearby place, with the same name, and that it was built more than thirty years later during the time of Dutch Brazil. Consequently, many historians and scholars have confused both fortifications throughout history. The present paper presented, based on the analysis of primary written and iconographic documentation, the existence of these two fortifications, distinguishing them and pointing out a brief history of its origins and end of each one.

Keywords: Colonial Brazil, Fortifications, Dutch Brazil.

Introdução

Os dois fortes que ficavam situados na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), foram fortificações pequenas as quais surgiram no período da União Ibérica (1580-1640), fase da história luso-espanhola em que a Dinastia Filipina dos reis Filipe II, III e IV de Espanha, eram governantes também de Portugal e suas colônias. Por conta desse contexto do “Brasil espanhol”, recursos das duas nações foram enviados para a colônia brasileira, a fim de melhorar suas defesas

¹ Doutor em Ciências das Religiões (UFPB), Mestre em História e Cultura Histórica (UFPB), membro do Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos (NEVE), membro do Museu Virtual Marítimo EXEA. E-mail: vilarleandro@hotmail.com.

² Mestre em História e Cultura Histórica (UFPB), membro do Museu Virtual Marítimo EXEA, membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura do Nordeste Oitocentista (GPSCNO). E-mail: georgehsep@gmail.com.

contra os ataques dos franceses, ainda mais o ocorrido com a França Antártica na Baía de Guanabara, que resultou na fundação da Capitania do Rio de Janeiro em 1567. Posteriormente, no século XVII a preocupação foi principalmente com os holandeses que ocuparam várias capitanias do que hoje é o Nordeste brasileiro. (JAYO, 2019).

Devido a esse cenário colonial, houve em determinados momentos a necessidade de melhorar as estruturas defensivas, de forma que se criasse um sistema que pudesse operar de forma eficiente na defesa de um território. Sobre isso, Conceição escreveu:

Fortificação e arquitetura militar não são exatamente sinónimos, inserindo-se num campo multidisciplinar complexo que envolve arquitetura, engenharia, matemática, arte militar, artilharia, urbanismo, arqueologia, história militar, história da ciência e da técnica, história da arte. Se a arquitetura militar respeita à concepção de estruturas edificadas com uma finalidade quase sempre defensiva, já a fortificação envolve não só toda a atividade de invenção e construção de objetos de arquitetura militar, mas também todos os trabalhos necessários às operações militares, incluindo engenhos e o uso inteligente (e interveniente) do terreno, portanto envolvendo mais profundamente a engenharia (tal como hoje a entendemos), implicando assim a concepção do próprio sistema de defesa. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 189).

No século XVI as potências europeias e suas colônias estavam inseridos na nova era de como se travar guerras³, fazendo-se uso cada vez maior da pirobalística, ou as armas de fogo. As cidades italianas devido ao contato com os turcos, compraram tais armamentos e ainda no XV começaram a reconfigurar suas fortificações para aderir a nova forma de se guerrear, o que levou ao surgimento das fortificações modernas, cujas formas foram chamadas de “traço italiano”, o qual serviu de modelo para outros países. (PARKER, 1992).

Portugal em seu expansionismo ultramarítimo investiu na construção de fortalezas, fortes, fortins, torres e redutos, sobretudo na África e na Ásia, já adotando algumas técnicas e princípios do “traço italiano”. Depois que suas atenções se dirigiram ao Brasil com o estabelecimento das capitanias hereditárias, sendo a partir de então que se construiu fortificações pequenas em algumas das capitanias brasileiras, sendo a maioria delas feitas de madeira e não adotando o modelo abaluartado⁴, que se tornou padrão posteriormente. (CRUXEN, 2011).

Durante o período da União Ibérica, o rei Felipe II preocupado com as ameaças dos franceses, ingleses e holandeses aos territórios luso-espanhóis no Atlântico, investiu nas décadas de 1580 e 1590 no envio de generais, armadas e tropas para as possessões ultramarítimas nas Américas, a fim de defende-las. A própria presença de Diego Flórez Váldez no Brasil, foi reflexo da preocupação espanhola para melhorar as defesas, fato esse que o general foi enviado para atuar na fundação da Capitania da Paraíba. (JAYO, 2019).

³ O historiador militar Geoffrey Parker (1996) explicou que as principais características da chamada “revolução militar” da Idade Moderna foram: a criação e desenvolvimento das fortificações com baluarte; o emprego recorrente das armas de fogo; o desenvolvimento de uma indústria da guerra; diminuição do uso da cavalaria em detrimento de uma infantaria armada com lanças e mosquetes; reformulação na organização das tropas; mudança nas táticas de batalha; surgimento de escolas militares; aumento na quantidade de soldados nos exércitos; investimento numa marinha de guerra.

⁴ O modelo abaluartado originou-se na Itália, baseando-se no uso de baluartes ou bastiões, estruturas em geral com três pontas construídas nos ângulos das fortificações, as quais reconfiguravam a forma de como posicionar as forças de defesa e de ataque, baseando-se na geometria e aritmética para se posicionar as peças de artilharia, pois disparos em ângulos inadequados, não surtiriam efeito contra os muros. Tal condição tornou os assaltos e cercos em algo mais demorado e técnico. (KEEGAN, 1995).

O primeiro Forte do Varadouro ou Forte da Cidade (1585–1604?)

A história dessa fortificação estava diretamente associada com o processo de fundação da Capitania da Paraíba, o qual teve início em 1574 e que se prolongou até 1585, passando por distintos problemas como falta de recursos, contingente militar insuficiente, desentendimentos no comando e entre os comandantes. Por conta disso, a formalização da conquista da várzea do rio Paraíba demorou vários anos, tendo sido um projeto encabeçado pela coroa ibérica.

Neste caso, a conquista da Paraíba era necessária para proteger os domínios brasileiros contra as incursões de naus francesas que iam contrabandear pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) da costa paraibana. Além do contrabando, havia o risco de os franceses montarem algum entreposto ou colônia ali, como tinham feito vinte anos antes na Baía de Guanabara, com a França Antártica. Por conta disso, existia essa preocupação da coroa ibérica em assegurar aquele território, anteriormente pertencente a Capitania de Itamaracá.

[O] Brasil era objeto de ataques e interesses franceses e ingleses desde 1560. Em parte, por isso, vai se transformar rapidamente num espaço estratégico da união ibérica, para contenção do contrabando e proteção das riquezas de Potosí e o combate aos partidários de Antonio Prior de Crato. Depois da morte de Lourenço da Veiga, seu governador – geral, os franceses aproveitaram para ocupar a capitania de Parayba, lugar que tinha um papel fundamental na defesa das riquezas dos territórios de Potosí. (JAYO, 2019, p. 107).

A primeira fortificação da Paraíba foi o Forte de São Filipe e São Tiago, construído na margem norte do rio Paraíba, em que hoje encontra-se a localidade chamada de Forte Velho, situada no município de Santa Rita. Esse primeiro forte foi construído por ordem do general espanhol Diogo Flórez Váldez (1530-1595), realocado da Bahia para a Paraíba, para auxiliar o capitão Fructuoso Barbosa, encarregado da conquista daquele território. Váldez ordenou a construção de um forte provisório, incumbindo o engenheiro Christopher Lintz para fazer o projeto. A fortificação foi erigida com terra e madeira em 1584, em poucas semanas, mas depois foi abandonada em 1585 por deserção de seu capitão Francisco Castrejón, por se desentender com Barbosa.

Barbosa viajou a Pernambuco para conseguir recursos e mais soldados, enquanto isso, o governo real despachou o ouvidor-geral de Pernambuco para apresentar uma proposta de acordo com as tribos potiguaras, as quais estavam ajudando os franceses. No entanto, Martim Leitão e sua equipe ao chegarem na várzea do Paraíba, souberam da presença de outro povo indígena ali, os Tabajaras, recém retornados dos sertões. Em 5 de agosto de 1585, através de um acordo inicial de Martim Leitão e o chefe tabajara Piragibe, foi firmado uma aliança entre portugueses e tabajaras para se combater os potiguaras e franceses.

Ainda em 1585, uma carta enviada pela Chancelaria do rei Filipe II de Espanha, ordenava que um novo forte fosse construído, o local sugerido era a foz do rio Paraíba, ponto estratégico para defender a região. Entretanto, o ouvidor Martim Leitão não considerou o local escolhido, chamado de Cabedelo, como localidade favorável. Com isso, ele ordenou a construção do novo forte no interior do

rio, distando 3 léguas espanholas (c. 18 km) da foz, num porto natural chamado de “porto da Canarea”⁵, situado no rio Sanhauá, mais tarde renomeado de Varadouro. (LINS, 2005).

A 4 de novembro se marcou o forte, de 150 palmos de vão em quadra, com 2 guaritas, que jogam 8 peças grossas, uma a revés da outra e alicerces de pedra e cal, para cujo princípio se fez de ostra e pedra, com 2 juntas de bois, e com uma dúzia de vacas, que levou para inçar a terra, além de muitos porcos, cabras, e todas as criações, com que procurava afeiçoar os homens à terra. (HISTÓRIA DA CONQUISTA DA PARAÍBA, 2010, p. 74).

As informações relatadas nos parágrafos anteriores são uma compilação encontrada na crônica intitulada *Sumário das Armadas*⁶, obra de autoria indeterminada, a qual informa sobre a conquista da Capitania da Paraíba. Com base nesse relato dispomos de informações sobre a fundação do Forte do Varadouro, referido nessa crônica como “forte da cidade”. Também é válido mencionar que o livro *Tratado da Terra do Brasil* (1587), apesar de citar sobre a conquista da Paraíba de forma resumida, no entanto, somente informa sobre o Forte de São Filipe e São Tiago, não relatando a respeito do Forte do Varadouro. Por conta disso, a crônica mais antiga que cita sobre a segunda fortificação, se trata do *Sumário das Armadas*.

O Forte do Varadouro apesar de possuir alicerces de pedra e cal, ele foi erigido de forma similar ao seu antecessor, sendo feito de terra e madeira (torrão e faxina no linguajar da época), por se tratar de uma técnica mais barata e de fácil e rápida execução, como salienta Barthel ao dizer que “em época de guerra, as obras tinham que ser levantadas em caráter emergencial e a construção de taipa se prestava a isto, por usar matérias fáceis de ser encontrados, como a argila, fibras vegetais, cal e madeira, além de proporcionar rapidez de execução”. (BARTHEL, 2007, p. 60).

A fortificação tinha formato quadrangular sem baluartes, e seus 130 palmos equivaleriam a 33 metros de comprimento. Em seu interior encontrava-se a casa do capitão-mor, um armazém e um alojamento. Quanto ao responsável pela planta do forte, essa foi produzida pelo “mestre das obras del-rey”⁷ Manoel Fernandes, que projetou e coordenou suas obras⁸ (LINS, 2006). No entanto, observa-se que se tratava de uma fortificação não abaluartada, como seriam os fortes construídos posteriormente na Paraíba. Por sua vez, João Tavares que participou da conquista da Paraíba naquele ano, foi nomeado capitão-mor em caráter interino, recebendo uma guarnição de 35 homens e suprimentos para 4 meses, tornando-se o primeiro no comando dessa fortificação, não Francisco Morales como já sugerido por outros historiadores. (LINS, 2005).

Não obstante, o Forte do Varadouro serviu de marco zero para a fundação da vindoura povoação de Nossa Senhora das Neves⁹, nome escolhido em referência ao seu dia litúrgico, 5 de agosto, data em que Martim Leitão e o cacique Piragibe firmaram acordo de cooperação, e tal dia se tornou a data de fundação da Capitania da Paraíba. Por sua vez, a povoação foi sendo construída lentamente nos anos seguintes, apenas em 1587 ela foi renomeada como Filipeia, em homenagem ao monarca.

⁵ O nome canarea refere-se a planta *Crotalaria maypurensis*, abundante naquela localidade. (LINS, 2005).

⁶ Usamos a edição de 2010, a qual mudou o título para História da Conquista da Paraíba.

⁷ Equivaleria a ser um arquiteto nomeado pelo rei para atuar em obras civis ou militares. No entanto, essa profissão é erroneamente comparada ao de mestre de obras ou mestre-pedreiro.

⁸ Vários historiadores creditam equivocadamente ao engenheiro Christopher Lintz a elaboração da planta desse forte, no entanto, ele atuou como supervisor das obras. (LINS, 2006).

⁹ Algumas publicações do XIX e começo do XX apresentam o nome Forte de Nossa Senhora das Neves, mas esse nome não era usado na época.

Dessa forma, o Forte do Varadouro despontava como fortificação de defesa daquele pequeno núcleo urbano que era a capital da Paraíba, já que a maior parte da população era rural, vivendo nos engenhos e fazendas de gado, além de haver comunidades de lenhadores e pescadores. Soma-se também aldeias indígenas espalhadas principalmente pela zona da mata litorânea. Por conta disso, o forte apesar de pequeno, foi julgado ser suficiente para aquela cidade. Pois as cidades e vilas coloniais costumavam serem pequenas e ainda baseadas em padrões medievais, mesmo no século XVI.

Os primeiros núcleos portugueses estariam na base numa herança medieval portuguesa e a construção de pequenos fortes e fortalezas no princípio do século XVI, na época de D. Manuel, ainda estariam ligados a sistemas medievais, com torreões cilíndricos que eram aplicados em sistemas defensivos em todas as cidades de fronteira portuguesas por volta dessa época (VALLA, 1996, s/pg.).

Mesmo Filipeia tendo sido fundada em 1585, ela ainda seguia esse padrão medieval português, algo visto com Salvador (1549) e São Sebastião do Rio de Janeiro (1565). As três cidades não eram muradas, não seguiam um traço urbanístico organizado, porém, elas possuíam paliçadas e pequenas fortificações de madeira para sua defesa. Algo também encontrado em algumas vilas. (CRUXEN, 2011).

As fortalezas ou castelos de madeira tinham o objetivo de garantir uma ocupação territorial rápida, durante uma empresa militar. De características efêmeras, eram idealizadas para cumprir funções delimitadas no tempo, enquanto se esperava a construção de uma fortificação definitiva em pedra e cal. Mas este tipo de arquitetura nada tem de menos importante. Esta estrutura de constituição sólida, muitas vezes constituída de um torreão de toras de madeira, cercado por uma paliçada (lembrando em muito os primórdios dos castelos medievais europeus, definidos como *motte and bailey*), permitiu aos portugueses um domínio efetivo de largas zonas da costa africana, pontos estratégicos comerciais no oriente e a organização de território para criação das primeiras vilas e centros urbanos na costa brasileira. (CRUXEN, 2011, p. 124-125).

Entretanto, após tais acontecimentos, a história desse forte se tornou desconhecida. Apesar de sua importância como marco zero para a capital paraibana, além de ser a única estrutura defensiva situada ali, e ter servido de moradia para cinco capitães-mores¹⁰, a fortificação foi perdendo importância para o Forte do Cabedelo, situado na foz do rio Paraíba, em local crucial para ser defendido, pois era a única rota fluvial até chegar à cidade. Com isso, os capitães-mores priorizaram a “porta de entrada” do rio, ao invés do porto da capital. Por conta disso, o Forte do Varadouro foi gradativamente ficando obsoleto.

Em 1603 o governador-geral do Brasil, Diogo Botelho (g. 1602-1608), ordenou a elaboração de um relatório sobre o estado das fortificações da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. No mesmo ano ele visitou Olinda, tendo se reunido com o capitão-mor de Pernambuco e representantes das capitanias vizinhas. Na ocasião, ele despachou o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, renomado engenheiro-militar na colônia, para realizar a inspeção e providenciar o relatório solicitado.

¹⁰ Os capitães-mores que moraram no Forte do Varadouro foram: João Tavares, Frutuoso Barbosa, André de Albuquerque (de forma interina), Feliciano Coelho e Francisco de Sousa Pereira. (LINS, 2005).

Na correspondência do governador-geral encontra-se alguns relatos acerca da vistoria de Moreno, sendo confirmada por outras testemunhas que o acompanharam. A correspondência apresenta a resposta dada por Botelho, o qual deu três ordens: a) demolir o Fortim do Inobi, b) reformar o Forte do Cabedelo, c) fazer trincheiras em Filipeia.

O chamado Fortim do Inobi foi construído por volta de 1589, nas terras do Engenho Inobi, próximo ao rio homônimo. Sendo considerado uma fortificação de fronteira, pois ficava na zona rural. Por ter sido feito de taipa (madeira), estava em péssima condição e assim foi dada a ordem de ser demolido. Já o Forte do Cabedelo era a melhor e maior fortificação da capitania, por conta disso, recebeu mais atenção. Entretanto, a parte mais intrigante das ordens do governador foi a respeito da cidade de Filipeia. Em nenhuma das cartas de sua correspondência, encontra-se menção ao Forte do Varadouro, apenas informa-se que se deveria construir trincheiras resistentes, pois a cidade estava fracamente defendida. O que sugere que o esse forte estivesse obsoleto a ponto de não ter sido dada ordem para sua reforma.

Guilherme Lins (2005) aponta que o Forte do Varadouro tenha sido demolido por volta de 1604, para isso, ele assinalou outro documento da época, elaborado por Ambrósio de Siqueira, ouvidor-geral e provedor-mor da Fazenda Real, o qual entregou em 1605, um relatório encaminhado ao rei D. Filipe III de Espanha. O relatório de caráter econômico, traz uma série de informações financeiras sobre os gastos e pagamentos com oficiais, militares e clérigos na colônia, além de outras despesas e algumas receitas.

Nesse relatório, Siqueira apresentou a folha de pagamento referente ao final do governo de Feliciano Carvalho, terminado em 1600, no qual constava 100 militares na Paraíba, distribuído em três localidades: Cabedelo, Inobi e Filipeia. Todavia, Siqueira citou que em 1603 o governador Botelho ordenou corte de gastos, algo que foi citado a partir da correspondência dele, como comentado anteriormente. Condição essa que o Fortim do Inobi não é citado em 1605 por Siqueira. Todavia, ele apresentou que houve redução nas guarnições do forte do Cabedelo e na cidade. No caso de Filipeia a redução foi de 46 homens para 27. Para Lins (2005), essa redução indicaria o corte do pessoal que guarnecia o Forte do Varadouro, já que esse foi desativado, vindo a ser demolido e em seu lugar construído a casa do capitão-mor.

Embora o documento não afirme que o forte foi demolido, no entanto, Diogo de Campos Moreno em seu relatório intitulado *Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil*, concluído em 1609, escreveu que a cidade de Filipeia não dispunha de fortificação, pois a que havia sido construída de terra, não existia mais. Ele salientou que três canhões dessa antiga fortificação se encontravam ao lado da casa do capitão-mor e outros cinco canhões estavam numa localidade por ele não informada.

Embora o relatório de Moreno tenha sido publicado em 1609, ele começou a ser escrito em 1603, a pedido do governador Diogo Botelho, inclusive ele próprio esteve presente na Paraíba para a vistoria ocorrida naquele ano. Logo, seu relatório atesta que o primeiro Forte do Varadouro não existia mais.

Posteriormente, Moreno em seu segundo livro intitulado *Livro que dá Razão ao Brasil* (1612), ele focou em relatar sobre o Forte do Cabedelo, mas ao comentar sobre a cidade de Filipeia, escreveu

que era uma cidade organizada e com alguns bons prédios de cantaria, mas não possuía fortificações. Ou seja, novamente ele confirmou que não tinha forte naquele tempo.

Por fim, não se conhece nenhuma imagem que retrate o Forte do Varadouro. Como evidência citamos os mapas: *Capitania da Paraíba em 6 graus a sul da Equinothial 1609* de Diogo de Campos Moreno, e *Paraíba. Ov Rio de São Domingos* (1626) de João Teixeira Albernaz, o Velho¹¹, duas das mais antigas representações que se possui da capital paraibana. Nesses mapas temos a representação da cidade de Filipeia e do Forte do Cabedelo, mas em nenhum deles aparece o Forte do Varadouro, pois ele inexistia na época.

O segundo Forte do Varadouro ou Forte de Pedra (1625-1639?)

Construído vinte anos depois da demolição de seu antecessor, o chamado Forte de Pedra¹² (adotamos esse nome para evitar confusões com seu antecessor), também referido como reduto ou fortim, ainda hoje, gera confusão quanto a sua construção, tipologia e identidade. Moura Filha (2004) assinalou que essa fortificação foi construída por volta de 1626, entretanto, consultando o relatório do holandês Assuerus Cornelisz¹³, o qual ficou preso em Filipeia entre 1625¹⁴ a 1628, ele fez uma descrição da cidade e outras localidades. Cornelisz citou o Forte do Cabedelo, no entanto, relatou que o porto da cidade era defendido por uma “muralha” com dois canhões, não havendo outra fortificação ali.

Por outro lado, Barreto (1940) disse que esse forte era o mesmo do Varadouro, tendo sido reformado. Já a historiadora Vilma Monteiro (1972), a qual escreveu sobre as fortificações paraibanas, cometeu o engano ao considerar que o primeiro Forte do Varadouro ainda existisse no tempo das invasões holandesas, além de considerar que o Forte de Pedra fosse uma outra fortificação, estando situada na foz do rio da Guia (no atual município de Lucena, próximo a foz do rio Paraíba), tendo sido construída por Manuel Pires Correia no ano de 1634. Tais erros se repetem em várias publicações ao longo do século XX e até no XXI, em que se tende a considerar que ambas as fortificações fossem a mesma.

Os motivos dessa confusão entre as duas fortificações se deve ao seu nome. Na documentação portuguesa antes da década de 1630, o nome Forte do Varadouro mal aparece, havendo inclusive o emprego do termo “forte da cidade”. Por outro lado, em documentos das décadas de 1630 e 1640, encontra-se o nome Forte do Varadouro, mas esse se refere a segunda fortificação erigida naquele porto. Por conta do uso do mesmo nome, vários estudiosos acreditaram posteriormente que se tratava da mesma fortificação, equívoco ainda hoje mantido. Mas esclarecido tal engano, retomemos as menções sobre o Forte de Pedra.

O piloto português Antônio Gonçalves Paschoa em sua *Descrição da cidade e barra da Paraíba* (1630), nos fornece um relato mais preciso e bastante interessante, a começar pela condição de que ele

¹¹ Esse mapa como outros feitos pelo autor, datavam de anos antes.

¹² Esse nome é usado por Frans Post em uma de suas pinturas que apresentamos neste artigo.

¹³ O pequeno relatório dele pode ser lido no livro *Roteiro de um Brasil desconhecido* (2007), organizado por Joannes de Laet no século XVII. Uma parte desse relatório foi transcrito para o livro *Brasil holandês* (2010) de Evaldo Cabral de Mello.

¹⁴ Assuerus Cornelisz era piloto na armada do general Boudewijn Hendrickszoon, a qual aportou na Baía da Traição, na Paraíba, em 1625. Na ocasião alguns indígenas potiguaras foram embarcados, mas Cornelisz acabou sendo capturado e preso. (LINS, 2007).

viveu naquela cidade por vinte anos, então estava familiarizado com sua arquitetura. No caso, Paschoa relatou que no porto do Varadouro existiriam dois “fortes”, um feito de pedra à beira-rio, possuindo dez peças de artilharia e uma trincheira. Esse forte, disse o autor, foi erigido pelo senhor de engenho Manuel Pires Correia, cinco ou seis anos antes. Por sua vez, o “segundo forte” foi concluído em 1630, por ordem do capitão-mor, e era feito de terra num terreno terraplanado, ficando mais acima do anterior, distando uns trinta passos e possuía oito peças.

Aqui se faz necessário algumas explicações. O relato de Paschoa sugere que o segundo Forte do Varadouro teria sido erguido por volta de 1625, data que é compatível com o relato de Cornelisz, já que ele foi preso naquele mesmo ano. Além disso, Moura Filha (2004) sublinha que um documento da Chancelaria de Felipe III¹⁵, atribuiu a Correia a patente de capitão desse forte em 1626, o que sugere que a fortificação não poderia ter sido construída depois, e possivelmente tenha sido erguida em 1625, ou no mais tardar, no começo de 1626, já que temos que considerar que entre o envio da solicitação de Correia e a resposta concedida, levariam meses para isso se concretizar.

Não obstante, sublinhamos também que o Forte de Pedra é referido por outros autores como será visto a seguir, pelos nomes de reduto e fortim, os quais consistem em fortificações menores do que um forte. Para melhor compreender isso, recorreremos a algumas definições do engenheiro-mor Luís Serrão Pimentel sobre a arquitetura militar. Ele escreveu que forte era uma fortificação que poderia ser cercada por fossos, reparos e ter baluartes. Sendo uma posição defensável com poucos soldados. No caso dos fortes de campanha, esses eram estabelecidos próximos a rios e estradas, de forma a assegurar aquele território, defendendo contra exércitos maiores, usando-se um contingente menor. Por sua vez, o fortim seria um pequeno forte, já um reduto poderia ter um formato quadrado ou ser alongado como um muro. (PIMENTEL, 1680).

Se recordarmos que Assuerus Cornelisz avistou um “muro” com dois canhões, possivelmente tratava-se de um reduto que viria a originar o referido forte, pois naquele tempo um reduto poderia ser simplesmente um muro com canhões montados. Dessa forma, acreditamos que o Forte de Pedra tenha sido construído em 1625, embora possa ter sido concluído somente no ano seguinte e até mesmo ampliado nos anos posteriores. Além disso, pelo relato de Paschoa, haveria um reduto de terra situado nas proximidades dele também, algo feito em 1630, como ele indicou. Esclarecido que nos idos de 1630 havia um forte e um reduto, vejamos o que outros autores escreveram a respeito.

O frei beneditino Paulo do Rosário (?-1655), o qual atuava como comissário provincial no Brasil, estava presente na Paraíba no ano de 1631, data em que ocorreu o primeiro ataque da Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* – *WIC*) àquela capitania. O ataque ocorreu em dezembro daquele ano, mas Rosário relatou que meses antes, o capitão-mor Antônio de Albuquerque Maranhão (g. 1627-1634) havia ordenado a construção do Forte de Santo Antônio para auxiliar na defesa da foz do rio Paraíba, ajudando o Forte do Cabedelo. Todavia, Rosário também informou que naquele tempo existiam dois redutos no Varadouro, sendo eles comandados por Manuel Pires Correia e Jerônimo Cadena, ambos eram senhores de engenho¹⁶. (ROSÁRIO, 1632).

¹⁵ Cf. ANTT, Chancelaria de D. Filipe III, L. 25, f. 389v. Esse documento concedeu à mercê para Manuel Pires Correia ser capitão do referido forte pelo prazo de dez anos, recebendo a devida remuneração.

¹⁶ Manuel Pires Correia era dono dos engenhos Santo Antônio e Espírito Santo. Já Jerônimo Cadena era dono do engenho São João Batista. Os dois senhores participaram das guerras contra os

Paulo do Rosário não informou o ano da construção desses redutos, assim como não deu nome a eles. No entanto, observa-se que seu relato corrobora o de Paschoa, ao citar a existência de duas fortificações no porto.

Por sua vez, o capitão donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658), escreveu uma crônica intitulada *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (1654), publicada somente vinte anos após acontecimentos narrados. A respeito da Paraíba, Coelho somente citou a existência de um reduto situado no Varadouro, referindo-se a ele no ano de 1634, sendo na ocasião comandado por Manuel Pires Correia. Porém, após a rendição dos fortes do Cabedelo e de Santo Antônio, em dezembro de 1634, Correia ordenou que o reduto fosse evacuado, as armas e munições fossem levadas também, para não caírem nas mãos do inimigo. (COELHO, 1982).

Uma terceira fonte que se refere a essa fortificação trata-se do *História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* (1644) de Joannes de Laet (1581-1649) cronista, erudito e mercador que trabalhava para a WIC e foi responsável por escrever a história da empresa. No caso, Laet nunca visitou o Brasil, mas teve acesso à documentação sobre as guerras e outros acontecimentos na colônia. Ele informou que na cidade de Filipeia, em 1631, havia dois fortins, um com seis canhões e o outro com quatro canhões, estando situado um pouco mais acima do anterior. (LAET, 1916).

Por sua vez, em seu segundo comentário, ele relatou que no dia 24 de dezembro de 1634, enquanto os navios holandeses chegavam ao porto do Varadouro, o forte de seis peças (quatro dentro e duas no lado de fora) disparou de 8 a 10 projéteis, porém, sua guarnição fugiu em seguida (LAET, 1920). Nesse ponto, temos alguns problemas: Laet não menciona o segundo reduto em 1634, além disso, seu relato não confere com o de Coelho, o qual disse que o forte foi abandonado antes da chegada dos holandeses.

Joannes de Laet em outro livro seu, intitulado *Roteiro de um Brasil desconhecido*, publicado em 1637, que consiste numa compilação de relatórios de mais de quinze autores, transcreveu o relatório do piloto Bartolomeu Pires, capturado pelos holandeses em 1631, o qual forneceu informações sobre Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (do Norte). No caso da Paraíba ele disse que havia cinco fortificações, três na foz do rio e “dois fortes de pedra” na cidade. O interessante do relato dele é a confirmação da existência de duas fortificações no porto, mas a novidade é que ele disse que ambas eram feitas de pedra e cal. Diferente de Paschoa que disse que o reduto era de terra. Essa divergência entre os dois relatos quanto aos materiais usados no reduto auxiliar é algo que não temos como esclarecer ainda.

Após a rendição dos fortes paraibanos, a WIC apossou-se da cidade na Véspera de Natal, e do dia 25 a 31 de dezembro o conselheiro político Servaes Carpentier (1599-1645) providenciou os termos de rendição (OLIVEIRA, 2016). Posteriormente em 1635 ele foi nomeado diretor (governador) da Paraíba e do Rio Grande, em caráter temporário, pois deixou o cargo em 1636. Todavia, durante seu mandato, Carpentier escreveu um relatório sobre a natureza, a flora, o gado, a cidade e os engenhos da Paraíba. No entanto, ele não comentou sobre nenhuma fortificação daquela capitania.

holandeses, formando milícias e disponibilizando recursos. (OLIVEIRA, 2016).

Depois de 1634, existe uma lacuna na documentação holandesa sobre a existência do Forte de Pedra. No ano de 1639 tivemos a conclusão do relatório intitulado *Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*, assinado por Maurício de Nassau, Mathias van Ceulen e Adriaen van der Dussen. O relatório informava vários aspectos gerais das quatro capitanias citadas, incluindo suas fortificações. Entretanto, quando chegamos ao caso da Paraíba, o relatório apenas informou sobre as fortificações situadas na foz do rio Paraíba, e depois disse que na cidade de Frederica (Frederikstad) – como foi renomeada Filipeia – ali foi fortificada a Igreja de São Francisco. Tal informação suscita algumas dúvidas: os autores teriam deixado passar despercebido o Forte de Pedra e seu reduto auxiliar? Ou eles não existiam mais? Para poder esclarecer tais dúvidas, tivemos que recorrer a outros relatórios holandeses.

O próximo que foi consultado é intitulado *Descrição Geral da Capitania da Paraíba* (1639), redigido por Elias Herckmans (1596-1644), que atuou de 1636 a 1639, como terceiro governador daquela capitania. Seu relatório é o mais famoso ao que se refere sobre a Paraíba no domínio holandês. Em sua descrição sobre a cidade, ele destacou suas seis igrejas, a câmara, a prisão, o pelourinho e outras construções. Herckmans assinalou que a Igreja de São Francisco foi fortificada com paliçada, fosso e ganhou uma bateria. Sendo a principal fortificação da cidade, pois abrigava os funcionários da WIC e os viajantes holandeses. E quando se referiu ao porto do Varadouro, ele escreveu que ali ainda se encontrava um reduto de pedra em mal estado de conservação. (HERCKMANS, 2004).

O alto conselheiro Adriaen van der Dussen (1585-1642) também escreveu novo relatório, intitulado *Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil*, concluído em 1639, mas apresentado ao Conselho dos XIX em Amsterdã, no ano seguinte. A obra segue formato similar ao *Breve discurso* do qual Dussen foi autor também, a diferença que esse relatório tem algumas informações a mais. No tocante as fortificações paraibanas, Dussen descreveu as três fortificações situadas na foz do rio, depois descreveu a Igreja de São Francisco, por fim, disse haver no porto um velho reduto de pedra, cujos quatro ou cinco canhões, estavam desarmados. (DUSSEN, 2004).

A hipótese que lançamos é que o Forte de Pedra após a conquista da Paraíba em 1634 tenha sido desativado em algum momento entre 1635 e 1638, pois o relatório de Herckmans informou que aquela fortificação estava em mal estado de conservação, o que significa que ela não estava recebendo atenção e cuidados, o que poderia ser reflexo de sua inutilização. Já Dussen falou que esse forte estava com seus canhões desarmados, mais uma evidência de que essa fortificação realmente tivesse sido desativada, optando-se em fortificar a igreja de São Francisco.

Para endossar essa hipótese recorreremos a algumas informações contidas na documentação administrativa da WIC no Brasil, intitulada *Nótulas Diárias*, em que encontramos duas nótulas do final de 1636, informando sobre a necessidade de reformar as fortificações na barra do rio Paraíba, principalmente o Forte do Cabedelo. Essa ordem foi dada somente dois anos depois quando Maurício de Nassau visitou a Paraíba no começo de 1638. Na ocasião, ele ordenou a reforma do Cabedelo, a construção de uma paliçada no Forte de Santo Antônio (o qual não foi reformado), uma paliçada no Reduto da Restinga, e a construção de trincheiras para fortificar a Igreja de São Francisco em Frederica, que se tornou casa do governador.

O documento nada menciona sobre o Forte de Pedra, entretanto, pode-se depreender dessas ordens dadas pelo próprio Nassau, que a fortificação no Varadouro já nos idos de 1638, era vista como obsoleta a ponto de não se valer sua reforma, optando-se em investir recursos na igreja franciscana. Condição essa que se somarmos aos relatórios de Herckmans e Dussen, tudo indica que o Forte de Pedra já no final de 1637 estivesse desativado ou em vias para isso, pois Nassau visitou a Paraíba em fevereiro do ano seguinte, hospedando-se na cidade.

Outra evidência que endossa nosso argumento advém da nótula diária de 17 de janeiro de 1639, na qual comentando sobre o carregamento de caixas de açúcar no porto do Varadouro, o documento informou que o governador Elias Herckmans se queixou ao Alto e Secreto Conselho da necessidade de providenciar uma reforma naquele porto, pois ele não dispunha de acomodações adequadas. O documento não informa o que exatamente seria feito, apenas apontou a sugestão de se construir um novo armazém. Para isso, o conselheiro Servaes Carpentier viajou à Paraíba para cuidar dessa reforma no porto. Entretanto, o dito armazém que seria construído, foi indicado ser erguido no rio Tibiri, na zona canavieira, não no próprio Varadouro, como assinala a nótula diária de 5 de fevereiro de 1639. Ainda assim, esse documento assinalou que Carpentier também tomou outras providências, as quais não foram informadas.

Nesse sentido, existe a hipótese de que em sua fiscalização no porto do Varadouro, possa ter sido dada a ordem para a demolição do Forte de Pedra, para poder levar adiante a reforma recomendada por Herckmans, a pedido dos moradores da capitania. Se considerarmos que o forte e seu reduto estavam desativados, faria sentido demoli-los para abrir espaço na zona portuária.

Mas além dessas fontes escritas, também dispomos de fontes iconográficas que mostram essa fortificação.

A primeira imagem que citamos é o mapa *Afbeelding der stadt fortressen van Parayba* (1635) feito pelo cartógrafo Nicolaes Visscher (1618-1679). Sua obra apresenta o teatro de guerra na foz do rio Paraíba, destacando o triângulo defensivo formado pelo Forte de Cabedelo, o Forte de Santo Antônio e o Reduto da Restinga, além de mostrar também a localização de algumas das trincheiras, baterias e acampamentos do exército da WIC. Depois Visscher mostra os terrenos nos arredores, o rio e alguns afluentes e com destaque a cidade de Filipeia. Nesse mapa podemos ver os navios da companhia ancorados, armazéns de açúcar em chamas e o Forte de Pedra, referido por ele como sendo uma bateria com duas peças de artilharia (valor menor do que apontado nas crônicas citadas anteriormente).

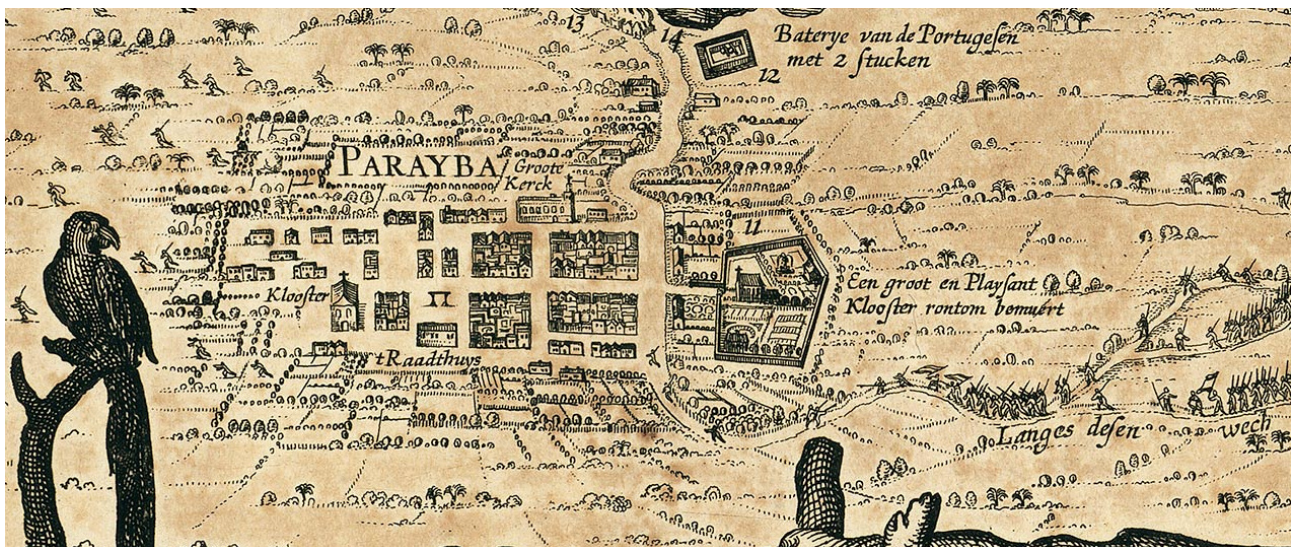


Imagem 1: Detalhe do mapa *Afbeelding der stadt fortressen van Parayba* (1635) de Nicolaes Visscher.
Fonte: Wikimedia Commons

Pela imagem acima, nota-se o detalhe em retratar a cidade de Filipeia, referida como Parayba. Embora Visscher não tenha visitado o Brasil, seu mapa foi baseado em descrições e outras obras anteriores. No caso dessa pesquisa, observa-se que ele chamou o forte simplesmente de bateria, um termo até impreciso, pois uma bateria no linguajar militar, refere-se a uma localidade na qual tenha peças de artilharia armadas para uso. Sendo assim, instalar alguns canhões numa praça, num morro, numa clareira, num terraço, poderia ser definido como uma bateria. Apesar dessa imprecisão terminológica, o mapa de Visscher possui a representação mais antiga conhecida do Forte de Pedra. Mas agora vejamos outros dois exemplos iconográficos que também retrataram essa fortificação.

O pintor holandês Frans Post (1612-1670) veio ao Brasil na comitiva de João de Maurício de Nassau para fazer pinturas sobre a paisagem colonial. Post chegou à colônia em 1637 e permaneceu até 1644, nesse tempo, ele viajou pelas províncias da Bahia ao Maranhão, fazendo várias telas e desenhos. Algumas dessas obras foram publicadas como gravuras no livro *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (1647) do cronista Gaspar Barléus, contratado para escrever sobre o governo de Maurício de Nassau. Apesar desse livro ter sido publicado em 1647, as gravuras de Post foram feitas anos antes, e, no caso da Paraíba, o pintor teria estado naquela capitania em 1638, tendo pintado o Forte do Cabedelo, o rio Paraíba e a cidade de Frederica.



Imagem 2: Detalhe da gravura *Parayba* (1638) de Frans Post.
Fonte: <http://www.liber.ufpe.br/atlas/modules/home/publications.php>

Na imagem acima podemos ver uma das pinturas de Post retratando a cidade de Frederica. Ele ainda possui uma outra obra, da qual falaremos em breve. No tocante a essa em particular, a letra D refere-se ao Forte de Pedra (*Arx lapidea ad ripam*) como ele escreveu. Já a letra E é um armazém. As demais letras referem-se a localidades na cidade. No entanto, chama atenção que na zona do porto, temos armazéns e o forte. Já o reduto auxiliar não é visível nessa imagem.

Por sua vez, a segunda pintura de Post, intitulada “Cidade Frederica na Paraíba” (ver imagem 3), também datada de 1638, apresenta uma visão mais distante da cidade, no entanto, a vista do porto é a mesma, incluindo o navio ali ancorado, com a vela aberta. Post pode ter usado o mesmo esboço, alterando apenas a paisagem ao redor, concedendo uma coloração em tons mais escuros.



Imagem 3: *Detalhe da pintura Cidade Frederica da Paraíba (1638), Frans Post.*
Fonte: Wikipédia

Com essas três imagens apresentadas é possível perceber que o Forte de Pedra realmente existiu e estava situado no porto do Varadouro, tendo seus muros sendo feitos de pedra como atestam alguns relatos escritos. Além disso, as pinturas de Post apresentam o forte possivelmente nos seus últimos meses, já que haja vista que ele possa ter sido demolido em 1639, como sugerimos anteriormente. Para tentar responder isso, recorreremos a outras publicações do período sobre a Paraíba, datadas da década de 1640.

O cronista Gaspar Barléus ao relatar acerca da Paraíba, ele citou apenas as fortificações na barra do rio e escreveu que na cidade, havia duas igrejas (a de São Francisco e de São Bento) as quais foram fortificadas. Mas nada se referiu ao Forte de Pedra. (BARLEUS, 1968).

Outra evidência que sugere que o Forte de Pedra não existisse nos anos 1640, encontra-se no livro *Memorável viagem terrestre e marítima ao Brasil* (1682) do escritor Johan Nieuhof (1618-1672), consistindo numa publicação póstuma. Nieuhof esteve no Brasil na década de 1640, inclusive seu livro citou documentos do período. Um deles foi apresentado ao conselheiro Matheus van Goch, a 8 de janeiro de 1647, apresentando uma breve descrição sobre as defesas da Paraíba. O documento informou que a cidade somente tinha as igrejas fortificadas, não tendo outro tipo de fortificação ali. (NIEUHOF, 1942).

Por esse relatório apresentado ao Alto e Secreto Conselho, observa-se que o forte também não existia. Por fim, para concluir essa indagação sobre a existência do Forte de Pedra, temos que citar algumas obras iconográficas que podem gerar confusão para os desinformados por conta da época que foram publicadas.

O cartógrafo e pintor Johannes Vingboons (1616-1670), fez duas obras em referência à Paraíba, a primeira foi o mapa *Plattegrond van Frederik Stadt* (1665) e a pintura *Paraijba* (1665). Em ambas podemos ver o Forte de Pedra, no entanto, a pintura em si foi baseada no trabalho de Post, devido a uma série de semelhanças entre as obras. Em seguida temos a pintura *Prospecto della Citta di Paraiba* (1698) de Andreas Antonio Orazi, a qual foi baseada nas obras de Post e Vingboons, por conta nas semelhanças de perspectiva e paisagem. Essa condição foi repetida na gravura *Antiga povoação da Parahyba* (1854) de A.F. Lemaitre. Sendo assim, essas quatro iconografias representam uma fortificação que não existia mais na época em que foram produzidas.

Considerações finais

A presente pesquisa conseguiu demonstrar através de análise historiográfica de fontes primárias de cunho textual e iconográfico que realmente existiram dois fortes do Varadouro, informação como dito anteriormente, ainda pouco conhecida não apenas do grande público, mas também de parte dos historiadores. Nesse caso, endossamos os dados fornecidos por Guilherme Lins (2005), o qual já havia assinalado que o primeiro Forte do Varadouro teve uma existência de cerca de trinta anos, quando foi demolido possivelmente por volta de 1604, como consequência dos cortes de gastos ordenados pelo governador-geral Diogo Botelho. Por sua vez, se passaram uns vinte anos até que nova fortificação fosse erguida na mesma localidade.

No que se refere ao segundo Forte do Varadouro, chamado de Forte de Pedra, conseguimos identificar datas aproximadas, pois ainda não foi possível apurar se ele foi construído efetivamente em 1625, como considerarmos ser o mais provável, ou em 1626 como sugeriu Moura Filha (2004). No entanto, a data do fim dessa fortificação ainda é incerta. Nossas hipóteses sugerem que ele possa ter sido demolido em 1639, já que Frans Post visitou a cidade em 1638 e fez uma pintura e uma gravura, em que ambas retratam a fortificação. Todavia, não sabemos em que mês exatamente o artista esteve na Paraíba, havendo a possibilidade de que o forte possa ter sido demolido ainda em 1638, o que responderia sua ausência no relatório do *Breve discurso*.

Entretanto, para se ter maior certeza de quando o Forte de Pedra tenha sido realmente demolido, teríamos que encontrar algum documento que pudesse conter informações sobre a demolição da referida fortificação. Essa informação talvez possa ser encontrada na correspondência do próprio Herckmans e Carpentier. Lembrando que muitos desses documentos administrativos não foram traduzidos e nem transcritos. Mas enquanto esse registro não foi identificado, assinalamos com base em autores que escreveram na década de 1640, que o forte não existia.

Por sua vez, no tocante ao primeiro Forte do Varadouro a falta de documentação também dificulta a confirmação da data de sua destruição. Fato esse que o tal forte é citado num documento de 1601 e

depois em 1609, uma lacuna de oito anos. No entanto, nos relatórios de 1603 e 1605, os quais foram citados nesse estudo, ele não é mencionado, o que sugeriu a hipótese de que pudesse ter sido demolido em algum momento entre 1602 e 1604, embora achamos que a data de 1604 seja mais próxima, pois coincide com o retorno de Diogo de Campos Moreno da sua inspeção militar feita na Paraíba.

Dessa forma, chegamos a última consideração de que o porto do Varadouro, situado na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa, possuiu três fortificações durante os séculos XVI e XVII: dois fortes e um reduto. O primeiro Forte do Varadouro, construído por ordem real, idealizado pelo mestre de obras del'rey Manoel Fernandes, feito em madeira e terra, consistiu no marco zero da cidade. Por sua vez, o segundo Forte do Varadouro foi construído por ordem do senhor de engenho Manuel Pires Correia, se desconhecendo suas dimensões e o arquiteto responsável. No entanto, ele e o seu reduto, tiveram uma existência menor do que seu antecessor, tendo durado menos de quinze anos. Assim, esperamos que essa dúvida sobre os dois fortes do Varadouro possa ter sido resolvida, pelo menos quanto a identidade de cada um, embora existam lacunas históricas como citadas, que ainda merecem ser solucionadas.

Fontes

BARLÉUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil** e outras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil: 1630-1638**. Apresentação de José Antônio de Gonsalves de Mello. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

CORRESPONDÊNCIA de Diogo Botelho (Governador do Estado do Brasil: 1602-1608). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXIII, parte I, p. 1-258, 1910.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o Estado das Capitâneas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**, vol. 1. 2. ed. Recife: CEPE, 2004, p. 137-232. 2v

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da Capitania da Paraíba. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (editor). **Fontes para a história do Brasil holandês: a administração da conquista**, vol. 2. 2. ed. Recife: CEPE, 2004. p. 59-109. 2v

HISTÓRIA da Conquista da Paraíba [Sumário das Armadas]. Brasília: Senado Federal, 2010.

LAET, Joannes de. Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde seu começo até o fim do anno de 1636, vol. I-XIII. Traduções de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. In: **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, n. 30, 33, 38, 41 e 42. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912-1925. 13v

LAET, Joannes de. **Roteiro de um Brasil desconhecido**: descrição das costas do Brasil. Organizado por José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão. Tradução e notas de B. N. Teensma. Recife: Kapa Editorial, 2007.

NASSAU, João Maurício de; CEULLEN, M van; DUSSEN, Adriaen van der. Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638). In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês**: a economia açucareira, vol. 1. 2. ed. Recife: CEPE, 2004, p. 77-129.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612**. Com introdução e notas de Hélio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil [1609]. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. LVII, p. 177-240, 1984.

NIEUHOF, Johan. **Memorável viagem marítima e terrestre pelo Brasil**. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Introdução, revisão e notas de José Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

PASCHOA, Antônio Gonçalves. Descrição da cidade e barra da Paraíba (1630). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, n 3, p. 367-371, 1911.

ROSÁRIO, Paulo do. **Relaçam breve e verdadeira da memorável victoria, que ouve o Capitão-mor da Capitania da Paraíba Antonio de Albuquerque, dos Rebeldes de Olanda**, que são vinte naus de guerra, e vinte e sete lanchas: pretenderão ocupar esta praça de sua Magestade, trazendo nelas pera o efeito dous mil homens de guerra escolhidos, a fora a gente do mar. Lisboa: impresso por Jorge Rodrigues, 1632.

SIQUEIRA, Ambrósio de. Relação de Ambrósio de Siqueira (1605) da Receita e Despesa do Estado do Brasil. Transcrição de José Antonio Gonsalves de Mello. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. XLIX, p. 123-234, 1977.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

Referências

BARRETO, Aníbal (Cel.). **Fortificações no Brasil** (Resumo Histórico). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **Arqueologia de uma fortificação**: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. A fortificação no contexto da cultura arquitetônica portuguesa entre os séculos XVI e XVIII: uma leitura geral. **História da arquitetura** – perspectivas temáticas, 2018, p. 189-212.

CRUXEN, Edison. A Arquitetura Militar Portuguesa no período de Expansão Ultramarina e suas origens medievais. **Revista Aedos**, v. 3, n. 9, p. 113-129, 2011.

JAYO, José Antônio Hoyuela. A fortificação sistêmica do Atlântico no Brasil da União Ibérica. In: BARTHOLO, Roberto; MATTOS, Flávia Ferreira de; SANTOS JR, José Cláudio dos (orgs.). **Patrimônio cultural de origem militar: contribuições do ICOFORT RIO 2017**. Rio de Janeiro: Florescer, 2019, p. 101-120.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. **As fortificações antigas da Paraíba** (século XVI). João Pessoa: Edição do Autor, 2005.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. **De “mestres das obras del'rei” a “pedreiro”**. O nome do verdadeiro arquiteto do Forte do Varadouro, marco definitivo da conquista da Paraíba. 3ª ed. João Pessoa: edição do autor, 2006.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. **Governantes da Paraíba no Brasil colonial (1585-1808)**. Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica. João Pessoa: Edições Fotograf, 2007.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **História da fortaleza de Santa Catarina**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1972. (Coleção Piragibe).

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipeia à Paraíba**. Uma cidade na estratégia da colonização do Brasil, vol. 1. Dissertação em Doutorado em História da Arte, Universidade do Porto, 2004. 2v

OLIVEIRA, Leandro Vilar. **Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631-1634): um estudo documental e historiográfico**. 255f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. Paisagem e arquitetura da Fortaleza de Santa Catarina (PB), entre os séculos XVI ao XVIII. **Atlanticus: Revista do Museu EXEA**, v. 1, n. 1, p. 43-69, 2022.

PIMENTEL, Luís Serrão. **Methodo lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares**. Lisboa: tipografia de Antonio Craesbeeck, 1680.

A Independência do Brasil na Bahia e o Surgimento do Exército Imperial Brasileiro

Lucas Cerqueira Viana Pio¹

RESUMO: A independência do Brasil comemora em 2022 o seu bicentenário da proclamação. Contudo, mesmo após o brado de D. Pedro às margens do riacho Ipiranga, diversos conflitos no campo político, social, econômico e, principalmente, militar foram travados. Um desses conflitos bélicos, pós emancipação, foi a guerra ocorrida na Bahia. Esse trabalho tem como objetivo conhecer a relevância da Guerra de Independência na Bahia, entre 1822 e 1823, a importância desse conflito para a emancipação política do país e concomitantemente relacioná-lo ao início da formação do Exército Imperial Brasileiro. Utilizando-se de estudo bibliográfico, coleta de dados em fontes confiáveis, entrevista com especialistas e análise acurada dos resultados, buscou-se o estado da arte sobre o tema, o que gerou um trabalho analítico-objetivo, e por fim, um produto através da confecção de quadro-resumo sobre os princípios de guerra utilizados na Batalha de Pirajá, em 8 de novembro de 1822.

Palavras-chave: Independência do Brasil, Bicentenário, Bahia, Guerra, Exército Imperial Brasileiro

ABSTRACT: Brazil's independence celebrates in 2022 its bicentenary of the proclamation. However, even after the cry of D. Pedro on the banks of the Ipiranga stream, several conflicts in the political, social, economic and, mainly, military fields were fought. One of those war conflicts, after emancipation, was the war happened in Bahia. This work aims to understand the relevance of the War of Independence in Bahia, between 1822 and 1823, the importance of this conflict for the political emancipation of the country and, at the same time, relate it to the beginning of the formation of the Brazilian Imperial Army. Using a bibliographic study, data collection from reliable sources, interviews with experts and an accurate analysis of the results, we sought the state of the art on the subject, which generated an analytical-objective work, and finally, a product through the making of a summary table on the principles of war used in the Battle of Pirajá, on November 8, 1822.

Keyword: Independence of Brazil, Bicentennial, Bahia, War, Imperial Brazilian Army

¹ Bacharel em Ciências Militares (AMAN, Infantaria, 2009), Licenciatura em História (UniCesumar, 2018), Pós-graduação em Psicopedagogia, (Unicesumar/Positivo, 2019), Mestrado em Ciências Militares com Ênfase em Gestão Operacional (EsAO, 2020), MBA em Relações Internacionais (Universidade Cruzeiro do Sul, 2022), Integrante da Rede Hermes (Pesquisadores Internacionais de Fronteiras, Integração e Conflitos).

INTRODUÇÃO

A independência do Brasil, proclamada por D. Pedro em 7 de setembro de 1822, foi um processo de intensas agitações políticas, sociais e econômicas tanto para Portugal quanto para a colônia brasileira. Fatos ocorridos na América do Norte (independência dos Estados Unidos), na América Latina (independência de diversas colônias europeias na América a partir do século XIX) e na Europa (Revolução Francesa, guerras napoleônicas e o contexto político de Portugal), desaguararam para que o Brasil buscasse a sua emancipação da metrópole lusitana.

Contudo, foi a partir da chegada da Coroa portuguesa em solo brasileiro, no ano de 1808, que o panorama motivador regional para a independência brasileira foi canalizado para a sua proclamação.

Infelizmente o grito de independência bradado por dom Pedro às margens do riacho Ipiranga não efetivou o fim da interferência portuguesa no Brasil. Ocorreu, ainda, em diversas províncias (Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina) escaramuças e combates, entre brasileiros e lusitanos, para que se consolidasse o território nacional como império independente de Portugal.

Na Bahia, região especificamente importante para a manutenção da influência portuguesa no Brasil, os combates geraram entre mil e dois mil mortos e ficaram conhecidos na historiografia como “guerra de independência na Bahia”. Ocorrida entre 1822 e 1823, chegou ao seu fim com a expulsão do exército português pelo porto de Salvador e fez surgir nesse contexto o Exército Pacificador, então embrião do Exército Imperial Brasileiro. Segundo Monteiro (1981) “a independência, que doada em paz a quase todo o Brasil, só à Bahia e ao Maranhão custara tanto sangue”.

O Exército Pacificador, e posteriormente o Exército Imperial Brasileiro, surgiu em decorrência dos desmandos do general Madeira de Melo na capital da província da Bahia. O militar português, por ordem das Cortes Gerais de Lisboa, assumiu o controle das forças lusitanas na Bahia em 1821 com o intuito de acabar com todo e qualquer foco de revolução para a independência do Brasil. Entretanto, sua nomeação não foi bem recebida pelos baianos, o que levou Madeira de Melo, através do seu exército, usar da violência descabida para impor as ordens recebidas da metrópole.

Após os arrochos sociais cometidos pelo exército português que levaram a pilhagem e mortes na capital baiana, os soteropolitanos fugiram para o recôncavo baiano e nessa região começou o fomento de uma pequena força, ainda muito insipiente, para a retomada de Salvador e deposição do general português. Assim, em uma primeira fase, chamada de regional, nasceu o Exército Pacificador, composto inicialmente pelo povo baiano (homens e mulheres humildes, negros, índios e brancos afeitos a causa brasileira) e apoiado por senhores de engenhos do recôncavo.

Em uma segunda fase, o Exército Pacificador um pouco mais organizado taticamente no teatro de operações da Bahia, recebeu investimentos de boa parte da província brasileira, inclusive voluntários. Nessa formação, D. Pedro I autorizou a contratação de mercenários de grande valor militar, como o general francês Pierre Labatut, para o comando do Exército Brasileiro e do Lord escocês Thomas Cochrane (que chegaria à Bahia com a esquadra brasileira somente em abril de 1823).

Com o Exército Pacificador melhor organizado, ocorreu em 8 de novembro de 1822 a Batalha de Pirajá, importante combate em Salvador que mudou a situação defensiva brasileira para a ofensiva, ante o exército português. Tal inversão da manobra foi o ponto crucial para que as tropas lusitanas fossem

expulsas da Bahia em 2 de julho de 1823, influenciando a concretização da independência do Brasil.

Não obstante a importância da guerra de independência na Bahia para a emancipação política, social e econômica do Brasil, os combates naquela província marcaram de forma profunda a formação do Exército Imperial Brasileiro. Pode-se destacar que os combates na Bahia, além de fazer nascer o Exército Pacificador (embrião do Exército Brasileiro), foi marcado pelo surgimento de diversas personalidades militares e civis que entraram para a historiografia nacional e mundial em decorrência dos seus feitos. Tem-se o exemplo de: Maria Quitéria, Joana Angélica, cabo corneteiro Lopes, a ilhoa Maria Felipa, o soldado-tambor Soledade, Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), Joaquim Marques de Lisboa (Almirante Tamandaré), dentre tantas outras.

Destaca-se assim nesse estudo, amparado por diretrizes do Exército² e culminando em 2022 no bicentenário da emancipação brasileira, a importância das guerras de independência na Bahia (1822 – 1823) para a concretização da Independência do Brasil e também para a formação do Exército Imperial Brasileiro.

A Dialética Historiográfica Sobre as Guerras de Independência na Bahia

Muito se discute, ainda hoje, qual o peso ou relevância das guerras de independência na Bahia para a concretização da independência do Brasil. Muitos autores, com obras consagradas, afirmam que tais combates foram fundamentais para a emancipação política de Portugal, como: Amaral (1957), em “Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional”; Marques (1977), em “Ensaio Histórico sobre a Independência”; e Monteiro (1981), em “História do Império - A elaboração da independência”. No entanto, outros autores, também renomados, divergem daquela ideia e escrevem que a guerra na Bahia foi uma pequena escaramuça regional ante a tentativa de continuação da dominação portuguesa após 1822, corroboram com essa ideia, tem-se: Oliveira Lima (1972), com seu livro “O movimento da independência”; e também Rodrigues (2002), na sua obra “Independência: Revolução e Contra-Revolução”.

É importante ressaltar que para entender a importância dos combates travados na Bahia, dentro do espectro da independência nacional, a narrativa vitoriosa da Coroa portuguesa suplantou a pouca literatura que os brasileiros produziram sobre o assunto. Tal fato, dentre outros motivos, é motivada por haver, até a data da independência do Brasil, os oficiais de alta patente em território brasileiro, somente militares portugueses, com exceção de poucos nacionais, como o Marechal Xavier José Curado, natural do Goiás, que assentou praça como soldado, em 1767. Dessa maneira, militares brasileiros, antes de 1822, alcançavam no máximo o posto de capitão, com raras exceções.

Assim como os altos postos das forças armadas lusitanas sendo ocupados em grande parte por portugueses, a literatura e o saber da ainda colônia brasileira estavam concentrados, também, nas mãos dos letrados do velho mundo. Isso fez com que boa parte dos documentos primários exaltasse os feitos

² Plano Estratégico do Exército 2020 – 2023 (EB 10-P-01.007). I “Diretriz de Educação e Cultura do Exército Brasileiro” (2016-2022) (EB20D-01.031), publicado no Boletim do Exército, nº. 6, de 2016.

das tropas lusitanas. Dessa forma, a historiografia das lutas da guerra de independência na Bahia é baseada na dialética de teses e antíteses, o que engrandeceu a profundidade do respectivo trabalho.

1. Antecedentes Políticos, Econômicos e Sociais da Independência do Brasil

Diversos foram os antecedentes que permearam a independência do Brasil. Fatores externos e externos à província foram “costurados à colcha de retalhos” que tiveram como fim a expulsão dos portugueses da Bahia, em 2 de julho de 1823, quais foram: 1) Independência dos Estados Unidos, em 1776; 2) Revolução Francesa, em 1796; 3) Ascensão de Napoleão Bonaparte como líder militar e político na França, a partir da Revolução Francesa; 4) Conspirações e revoluções internas no Brasil, desde a Inconfidência Mineira (1789), passando pela Conjuração Carioca (1794), Conjuração Baiana (1798), Conspiração dos Suaçunas - PE, 1801 e a Revolução Pernambucana, em 1817; 5) Invasão Napoleônica na Península Ibérica, em 1807; 6) A fuga da família Real para o Brasil, entre 1807-1808; 7) Medidas políticas, sociais e econômicas tomadas por D. João VI em solo brasileiro, a partir de 1808; 8) A revolução do Porto e o retorno de dom João VI a Portugal, entre 1820 e 1821; e 9) O Dia do Fico e proclamação da independência do Brasil, em 1822.

2. Os Antecedentes Políticos e Sociais da Guerra de Independência na Bahia

Para a independência do Brasil ser estabelecida e concretizada, diversos conflitos ocorreram no território nacional, cabe ressaltar os antecedentes políticos e sociais da guerra de independência que se desenvolveram especificamente na Bahia, que foram: 1) A revolução constitucional da Bahia, em 1821; 2) A polêmica questão da nomeação do general português Madeira de Melo para o comando das armas na Bahia, em 1821; 3) Os primeiros choques entre brasileiros e portugueses, em Salvador, em fevereiro de 1822; 4) A preparação do general Madeira de Melo para a restauração da Bahia e a consequente fuga dos baianos para o recôncavo, iniciando assim a primeira fase da guerra na Bahia, chamada de “fase regional”.

3. 25 de Junho de 1822, O Início da Guerra de Independência na Bahia – 1ª Fase da Guerra (Fase Regional)

O início da guerra na Bahia ocorreu com uma intensa mobilização dos baianos no recôncavo. Apoiados por ricos senhores de engenhos e gente de toda espécie, o Exército Pacificador foi formado nas cidades de Cachoeira, São Félix e Santo Amaro, após uma escuna militar portuguesa provocar a morte de brasileiros que aclamavam o príncipe D. Pedro como “defensor perpétuo do Brasil”. Nesse ínterim de confronto, gente de toda ordem se mobilizou e constituiu diversos batalhões para a retomada de Salvador e do recôncavo da dominação lusitana. Destaca-se a voluntária Maria Quitéria, que lutou tanto no recôncavo quanto em Salvador.

4. A Escolha do General Pierre Labatut para o Comando do Exército Brasileiro e do Lord Thomas Cochrane para o Comando da Marinha de Guerra Brasileira

Ainda muito insipiente, o Exército Pacificador, após algumas vitórias na região do recôncavo baiano, precisava de apoio de D. Pedro para fomentar uma revolução maior, com o intuito de retomar a capital de Bahia. Objetivando melhorar as condições técnicas e táticas do recém-criado exército popular no Brasil, o futuro imperador resolveu investir adquirindo material, armamento e suprimento, e também, na contratação de mercenários estrangeiros, como o general Francês Pierre Labatut para o comando do Exército Pacificador e do almirante escocês Lord Thomas Cochrane, para o comando da armada brasileira.

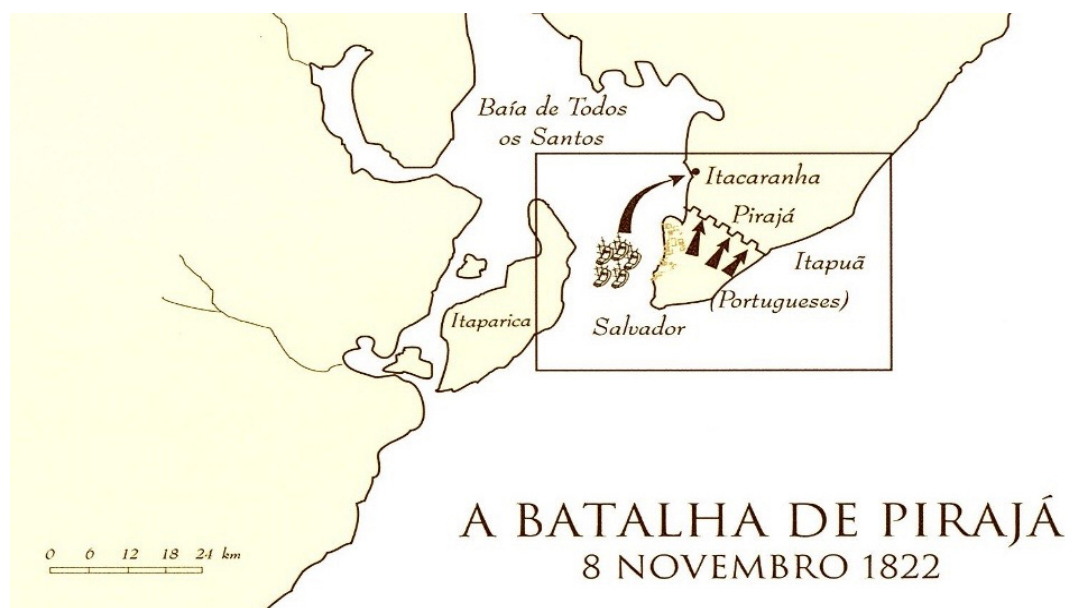
5. O Sítio à Salvador e o Teatro de Oerações – 2ª Fase da Guerra (Fase Nacional)

A nomeação do general Labatut e o conseqüente aumento da capacidade de combate e a elevação do moral das tropas pacificadoras, dá-se início, em outubro de 1822, a “fase nacional” da batalha na Bahia. Essa fase foi marcada pelo aumento efetivo das tropas brasileiras (chegadas de apoio diversas províncias, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco), pela chegada dos mercenários contratados e também pelo investimento maciço na logística do exército (armas, munição, suprimento médico, fardas, carretas de boi e dinheiro).

A partir de outubro de 1822, quando percebeu a tentativa de isolamento de Salvador em que o Exército Pacificador impunha às tropas portuguesas, o general português Madeira de Melo tentou uma grande manobra ofensiva para reestabelecer seu fluxo de suprimentos (interrompido pela linha defensiva brasileira que se estendia desde Cabrito – Pirajá até a região de Itapuã, com cerca de 17 quilômetros), e impedir que as forças brasileiras conseguissem isolar os lusitanos na península caracterizada pela capital da província. Esse encontro e confronto entre tropas brasileiras e lusitanas se deu em 8 de novembro de 1822 e entrou na historiografia como a Batalha de Pirajá.

Vale destacar que a Batalha de Pirajá³ é considerada por muitos autores, como o centro de gravidade que mudou a atitude defensiva do Exército Pacificador para a atitude ofensiva, o que gerou nas ações futuras a pressão sobre as tropas portuguesas e a conseqüente expulsão de Madeira de Melo junto com seu exército, pelo porto de Salvador em julho de 1823.

³ Na Batalha de Pirajá, destaca-se a história do cabo cometeiro Lopes, que por um errôneo toque de corneta fez a tropa portuguesa parar o seu ataque e retirar-se para a retaguarda, situação essa aproveitada pelo Exército Pacificador em uma curta perseguição.



A Batalha de Pirajá - Fonte: Carvalho (1998)

Outras tentativas de romper o cerco brasileiro ocorreram entre 1822 e 1823, inclusive na ilha de Itaparica, onde o almirante Lord Cochrane, liderando a também recém-criada esquadra brasileira, efetuou diversos ataques à força naval lusitana, incapacitando e impedindo os portugueses de contrapor as batalhas na baía de Todos os Santos.

6. A Iniciativa Final do Coronel Lima e Silva e do Almirante Cochrane Contra as Forças Portuguesas - 3ª Fase da Guerra

Em maio de 1823, após conjecturas sobre a legitimidade de Labatut à frente do Exército Pacificador, o coronel (Cel) Lima e Silva (tio do Duque de Caxias), assumiu o comando das tropas, depôs e prendeu o general francês. Dá-se início ao arrocho final da guerra para a expulsão dos portugueses (terceira fase).

Cada vez com menos espaço para manobras, com o exército muito desgastado e com o fluxo logístico cortado quase que totalmente, o Cel Lima e Silva impunha ao general Madeira de Melo a retirada das tropas lusitanas no início de julho de 1823.

Finda assim a guerra de independência na Bahia, com a expulsão do exército português, pelo porto de Salvador, em 2 de julho de 1823, pelo Exército Imperial Brasileiro.

7. As Consequências Políticas, Sociais e Militares da Independência da Bahia

Diversas consequências da guerra de independência na Bahia puderam ser analisadas, como por exemplo: 1) O surgimento de diversos heróis durante as agitações na Bahia, como Maria Quitéria, Joana Angélica, cabo corneteiro Lopes, a ilhoa Maria Felipa, o soldado-tambor Soledade, o alferes Luís

Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), o grumete Joaquim Marques de Lisboa (Almirante Tamandaré), dentre outros; 2) Pesadas baixas em decorrência das batalhas por ambos os lados; 3) Perda da capacidade econômica, após as batalhas, dos senhores de engenho do recôncavo baiano por financiarem o Exército Pacificador; 4) Revoltas por parte dos “escravos-soldados” devido à insatisfação por não serem alforriados depois dos conflitos pela independência.

8. Organização do Exército Luso-Brasileiro até 1822

É de suma importância o estudo da organização do exército português antes da independência do Brasil. A sua formação, modelo, regras e composição foram características que moldam, até certo ponto, o Exército Brasileiro de hoje.

Desde a chegada dos portugueses no Brasil, a coroa lusitana sempre esteve presente nas terras coloniais através do seu braço religioso, com os jesuítas (até sua expulsão em 1759), e com o poderio militar. Essas duas instituições do Estado português foram capazes de controlar e evitar diversas revoltas, através da conversão do gentio, com os jesuítas, ou com uso da força, através das armas.

O sistema de administração do Brasil, no início da sua formação, foi o estabelecimento de sesmarias, doações de terras a partir do ano de 1500, capitanias hereditárias em 1534, e governos gerais em 1548. As capitanias hereditárias somente foram extintas em 28 de fevereiro de 1821 dando lugar às províncias.

Até o início do século XVII a organização militar brasileira era composta por efetivos de gente a pé, à cavalo e algumas poucas peças de artilharia nas principais províncias da colônia, vale destacar: Salvador, Rio de Janeiro, São Vicente, Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Pará. Esses efetivos buscavam basicamente repelir as invasões estrangeiras que sempre se faziam presente no litoral do Brasil.

Embora fraca, durante as invasões holandesas no Brasil (1624 – 1630), a força terrestre brasileira se baseou em uma estrutura militar formada por princípios e valores que a transformou em um grupo de combate eficiente. Ora formada por companhias (organização militar portuguesa), ora formada por terços (influência da organização militar espanhola), o Brasil começava a receber, em meados do século XVII, mais tropas regulares (1ª linha) para fazer frente às constantes ameaças e organizava as tropas de 2ª linha e as de 3ª linha, também chamadas de ordenanças.

As forças compunham-se de modo geral de tropas de primeira linha, de milícias e de corpo de ordenanças. De primeira linha eram vindas do Reino, completadas por brasileiros. As tropas de segunda linha tinham características mais civis do que militares. O arrolamento do pessoal era feito em base territorial (freguesia) e através de diversas categorias da população. [...]. As ordenanças (terceira linha) eram formadas com o restante da população não enquadradas nas outras categorias. Não havia, na verdade, recrutamento, mas um arrolamento para eventual emprego, em casos de necessidade. (CARVALHO, 1998, p. 194).

Basicamente, a diferença das tropas de 1ª, 2ª e 3ª linha se estabeleciam nos seus empregos táticos. Daróz (2013) explica que as tropas de 1ª linha tinham a função de defender o território contra-ataques

externos e tinham a mobilidade de se deslocarem para o interior, se fosse o caso. As tropas de 2ª linha tinham a missão de manter a segurança interna do território e eram as reservas das tropas de 1ª linha. Já as de 3ª linha tinham como atribuição manter a segurança local e não eram deslocadas para distâncias grandes da sua sede.

Nó século XVIII, o exército luso-brasileiro sofreu diversas transformações através das ordens emanadas pelo o Marquês de Pombal⁴ (1699 – 1782) e por Frederico Guilherme Ernesto de Eschaumburgo-Lipa⁵ (1724 – 1777), conhecido como Conde da Lipa (ou Conde de Lippe), para reorganizar o exército português segundo os moldes prussianos. Essa reorganização, para o Brasil contou com o apoio do tenente-general João Henrique Bohm (1708 – 1783), que desenvolveu importantes atividades para tentar organizar as tropas luso-brasileiras, como reformas nas estruturas das defesas das cidades, modernizou e ampliou a Casa do Trem (Academia Militar, precursora da atual Academia Militar das Agulhas Negras), fundou o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1764), criou a primeira Companhia de Cavalaria de Guardas dos Vice-Reis (posteriormente ampliado e transformado no Regimento de Cavalaria de Guarda, em 1808, por D. João VI). Nessa época também foi instituída a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792), no Rio de Janeiro, dentre diversas outras medidas que impactaram a profissionalização da principiante força terrestre.

9. As Guerras de Independência do Brasil em Outras Províncias

No escopo da independência do Brasil, destacam-se outros conflitos em território brasileiro que merecem atenção da historiográfica, foram eles: conflito no Piauí (batalha de Jenipapo – 1823), conflitos no Maranhão (1823), no Pará (1823) e na Cisplatina (1825). Dessa maneira, percebe-se que não somente a Bahia possuía rusgas e descontentamentos contra os portugueses, ainda intolerante à independência do Brasil. Por exemplo, no Piauí, na batalha de Jenipapo, ocorrida em março de 1823, relata-se mais de 300 mortos entre brasileiros e portugueses.

Resultados e Discussões

1. A Relevância entre a Guerra de Independência na Bahia e a Concretização de Independência do Brasil

Certamente as lutas de independência que ocorreram na Bahia foram marcantes para a sua população, pois, até hoje, a comemoração no dia 2 de julho (data de expulsão dos portugueses pelo

⁴ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), também conhecido como Marques de Pombal e Conde de Oeiras, foi um nobre, diplomata e político português. Foi secretário de estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750 – 1777). A ele se deve diversas reformas econômicas, administrativas e sociais, como por exemplo o fim da escravidão em Portugal (geográfico), em 1761.

⁵ Conde de Lippe escreveu e organizou uma obra intitulada: Regulamento para o Exército e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelíssima (1763). Tal obra contém 27 capítulos e foi uma das principais bases filosóficas do recém-criado Exército Imperial Brasileiro, e que também transcendeu para o Exército Brasileiro na república. A obra contém regulamentos sobre: organização, serviços gerais (interno e externo), paradas, evoluções, diretivas para instrução, manejo de armas de fogo, conselhos de guerra, castigos (disciplina), lei de promoções, licenças, material bélico, soldos, etc. Conde de Lippe ainda escreveu outras obras, tais como: 1) Instruções gerais relativas a várias partes essenciais do serviço diário para o exército; 2) Atribuições gerais de oficiais de todos os postos, serviços administrativo dos corpos de tropa, marchas, dos destacamentos, etc.; 3) Problemas militares, dentre outros títulos.

Exército Pacificador), que ocorre anualmente, é uma das festas populares mais marcantes na sociedade, não somente soteropolitana, mas também baiana.

A importância de Salvador e da Bahia para a concretização da independência do Brasil é notória entre diversos autores. Alguns pontos geopolíticos, sociais, econômicos e táticos podem enfatizar o que Tobias Monteiro (1981) revela em seu pensamento que “A resistência baiana decidiu a unidade nacional”.

No campo geopolítico brasileiro, o destaque para a Bahia começou a se formar desde o descobrimento do Brasil, quando Salvador foi escolhida para ser a capital da nova colônia portuguesa. Devida à sua proteção geológica natural (cidade alta e cidade baixa), a frente da principal cidade (Salvador) possui uma baía de águas calmas e seguras taticamente e ser uma região localizada entre a parte norte e sul-sudeste do Brasil, a capitania (e depois província) da Bahia era um local estratégico para Lisboa assegurar sua colônia e ao mesmo tempo entranhar a presença do Estado português. Com a mudança da capital (1763) da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro e com a chegada da família Real no Brasil (1808), a Bahia perdeu a visibilidade que outrora possuía e sua importância política ficou cada vez mais diminuta. Esse fato gerou insatisfação no povo baiano, apesar da abertura dos portos às nações amigas ter estimulado a economia da região.

Outro ponto, que sustenta a ideia de que a Bahia foi a região que mais favoreceu a concretização da independência após suas lutas, diz respeito ao seu aspecto social. Sabe-se que Salvador era a cidade mais populosa do Brasil no ano da chegada da família Real portuguesa. Alguns autores como Southey (1819) confirmam que, no início do século XIX, a população de Salvador era em torno de 100 mil pessoas. Os viajantes bávaros Spix e Martius (1940) corroboram a grande diferença populacional entre Rio de Janeiro e a capital da província da Bahia ao sinalizarem que, até 1808, a atual capital fluminense possuía uma população de, aproximadamente, 50 mil pessoas. Essa concentração de pessoas gerou uma boa oferta de voluntários para incorporarem inicialmente no Exército Pacificador. Outro fator social importante, que deu base para que a Bahia fosse o centro da reação nativista brasileira durante a independência do Brasil, gira em torno da oferta de escravos e ex-escravos (negros libertos) que gravitavam por Salvador e pelo recôncavo baiano. Ao criar os batalhões de negros libertos, Labatut incentivou a incorporação de ex-escravos (e muitas vezes de escravos cedidos pelos seus donos) para a causa das lutas pela independência.

Concomitante aos aspectos sociais, a economia local foi outro ponto que deu suporte para que as batalhas pela independência na Bahia fossem, de fato, mais abrangentes e robustas na região.

A Bahia sempre esteve, juntamente com as capitanias/províncias de Pernambuco, São Vicente e Minas Gerais, à frente da produção agropecuária do Brasil durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Segundo estudo de Alcoforado (2003), a economia da então capitania da Bahia começou com a penetração em sentido ao interior da região a partir da cidade de Salvador, em 1558, com a destruição da comunidade indígena existente no recôncavo, seguida da criação de gado e da ação das missões religiosas da Companhia de Jesus, pacificando os índios para facilitar o trabalho de ocupação das terras da capitania. Alcoforado (2003) destaca, ainda, que a principal característica da economia que o europeu levou e desenvolveu na Bahia foi a de ser voltada para o mercado externo.

Ao acompanhar o pensamento de Alcoforado (2003) e de diversos outros autores que relatam

sobre a evolução da economia baiana durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, percebe-se que a agropecuária e o comércio da Bahia estavam sob o controle majoritário dos cidadãos portugueses, principalmente durante o início do século XIX, sendo, dessa forma, as grandes fortunas da região estando nas posses dos senhores brancos. Esse fator da concentração da riqueza estar detida sob domínio lusitano reforçou a imposição do poder político que Portugal sempre exerceu ao povo baiano desde o achamento do Brasil.

Esse arrocho político-administrativo-econômico que os portugueses exerciam sobre a província da Bahia, inflou cada vez mais o âmago dos baianos contra a opressão e a diferenciação entre brasileiros e lusitanos. Fato esse (liberdade econômica local) que também é um importante indicativo do porquê das batalhas pela independência na Bahia serem tão carregadas de patriotismo e vigor social. Esse fato justifica que as lutas em terra baianas tenham sido tão importantes para o estopim da expulsão das forças portuguesas e para a concretização da emancipação do Brasil naquelas terras.

Outro importante fator da análise das lutas de independência no Brasil terem sido tão marcantes ao povo baiano, como também terem entrado para a historiografia como as batalhas que concretizaram a emancipação política da antiga colônia portuguesa, recai sobre as circunstâncias táticas e doutrinárias dos combates ocorridos na Bahia. Dessa forma, foi-se necessária a identificação de alguns princípios de guerra evidenciados durante os embates entre as tropas pacifistas e as lusitanas.

Foi confeccionado nesse artigo um quadro-resumo com alguns princípios de guerra evidenciados pelas tropas brasileiras e portuguesas nas lutas pela independência na Bahia. Cabe ressaltar que a doutrina de guerra da maioria dos exércitos mundiais, apesar de evoluir naturalmente devido as novas táticas, técnicas e materiais, tem a sua filosofia praticamente a mesma desde o surgimento de Napoleão Bonaparte nas campanhas da Europa. Para isso, foi utilizado como comparativo para esse diálogo (princípios de guerras atuais X características observadas nos combates da Bahia), o manual do Exército Brasileiro vigente no momento (EB 20-MF-10.102 – Manual de Fundamentos – Doutrina Militar Terrestre - 2ª Edição – 2019).

Para a confecção desse produto, evidenciou-se nos combates da Bahia os seguintes princípios de guerra:

- 1) Objetivo;
- 2) Ofensiva;
- 3) Simplicidade;
- 4) Surpresa;
- 5) Segurança;
- 6) Economia de forças ou meios;
- 7) Massa; 8) Manobra;
- 9) Moral;
- 10) Exploração;
- 11) Unidade de comando.

Princípio de Guerra	Definição do Manual Doutrina Militar Terrestre	Características Observadas nas Batalhas da Bahis
Objetivo	Dirija cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e tangível. Persevere nele sem que outras circunstâncias da guerra façam perdê-lo de vista. (2019, p. 5-2)	Exército Pacificador - Logo no início do cerco à Bahia pelas tropas brasileiras, o general Labatut planejou que a sua manobra consistiria em uma linha defensiva que impediria o acesso das tropas portuguesas para o norte, pela estrada das Boiadas. Dessa forma, Labatut conseguiu limitar a ação ofensiva dos lusitanos, impedir seu ressurgimento por terra e cada vez mais avançar a linha defensiva em sentido ao porto de Salvador, o que culminou, em 22 de julho de 1823, na retirada das tropas do general Madeira de Melo por esse porto.
Ofensiva	Pela ofensiva conquiste, mantenha e explore a maior iniciativa das ações para obter resultados decisivos. (2019, p.5-3).	Exército Pacificador - Após o difícil combate e a quase conquista da região (capital de defesa) de Pirajá e Cabrito pelas tropas portuguesas e, concomitante, com o erro do corneteiro Cb Lopes, o Exército Pacificador inverteu seu tipo de manobra de defensiva (cerco) para a ofensiva (ataque de oportunidade), conseguiu deter e contra-atacar o avanço lusitano e manteria linha de cerco em sua posição, causando baixas nas tropas lusitanas e expulsando-as daquela região.
Simplicidade	Prepare planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento, estabelecendo uma relação de comando clara, direta e ininterrupta. (2019, p.5-3).	Exército Pacificador – A manobra do general Labatut para o cerco de Salvador era simples: estabelecer uma linha defensiva, com cerca de 17 quilômetros, que ligava Pirajá até Itapuã, com o intuito de desgastar o inimigo e negar-lhe o acesso ao suprimento necessário para a continuação das suas operações. Após esse corte no fluxo logístico inimigo, Labatut avançaria com sua linha em direção à península de Salvador (região do porto), local onde os lusitanos se retiraram em julho de 1823. As manobras do Lord Cochrane ajudaram na simplicidade das ações do Exército Pacificador ao também restringir as iniciativas ofensivas da armada e o recebimento de suprimentos do Exército Português pelo mar.
Supresa	Empregue a força para atingir o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado. (2019, p.5-3).	Exército Português – Em 8 de novembro de 1822, o general Madeira de Melo resolveu realizar uma ofensiva empregando homens atacando por terra e, ao mesmo tempo, flanqueando as forças de Labatut utilizando o mar (frota naval portuguesa). Para essa manobra, Madeira de Melo esperava realizar um ataque surpresa pelo flanco vulnerável brasileiro para conquistar a região de Pirajá e Cabrito (QG do Exército Pacificador). Com esse movimento, as tropas portuguesas chegaram a alcançar a região, porém, após o errôneo toque de corneta do Cb Lopes, as tropas lusitanas recuaram.
Segurança	Nunca permita que o inimigo obtenha uma vantagem inesperada, negando-lhe o uso da surpresa. (2019, p. 5-3).	Exército Pacificador – Em 7 de janeiro de 1823, após serem alertados e preparados para um ataque da frota naval portuguesa, a guarnição dos fortes da Ilha de Itaparica conseguiu rechazar os lusitanos empregando o fogo de artilharia de costa e também com combates aproximados no solo. Essa aviso prévio sobre o ataque estabeleceu a segurança eficaz na defesa e fez com que os ilhéus impedissem a tomada da ilha pelos portugueses para que reorganizassem a sua logística.
Economia de forças ou meios	Empregue todo o poder de combate disponível, de maneira mais eficaz possível, destine o indispensável de poder de combate para as ações secundárias (2019, p.5-3).	Exército Pacificador – Assim que assumiu o comando das tropas brasileiras, o general Labatut reorganizou as forças locais e estabeleceu linhas defensivas ao norte de Salvador. A maioria dos homens de que ele dispunha, naquele momento inicial, nessas linhas, cerca de 1.000, foi empenhada junto à região capital de defesa da cidade (Pirajá e Cabrito) e por onde era o principal eixo de suprimento do Exército Português (estrada das Boiadas). Já no outro extremo da linha defensiva (Itapuã), Labatut disponibilizou cerca de 300 homens, uma vez que a região tinha pouco valor estratégico para os lusitanos.

Massa	Coloque o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate (2019, p.5-4).	Exército Pacificador - Em 3 de julho de 1823, o coronel Lima e Silva empregou mais de 900 homens para irromper a linha defensiva dos portugueses instalada na região de Brotas e Pituba. Constituída de três colunas seguidas, apoiadas por fogos de artilharia e alas de cavalaria, a manobra e a quantidade de homens surtiu efeito e foi quebrada a continuidade da defesa portuguesa.
Manobra	Empregue a força para atingir o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado. (2019, p.5-3).	Exército Pacificador - Em 3 de julho de 1823, sob o comando do coronel Lima e Silva, as tropas de infantaria do Exército Pacificador partiram em direção a Brotas e Pituba para romper a linha defensiva montada pelo exército português da seguinte maneira: três colunas de infantaria, apoiadas pelo fogo da artilharia e protegidas nos flancos pela cavalaria. Essa manobra obteve êxito e impôs mais degradação às tropas do general Madeira de Melo.
Moral	A estabilidade moral, coletiva e individual, influenciam diretamente na disciplina, no adestramento, nos riscos correntes dos combates e na liderança das tropas. (2019, p. 5-4).	Exército Pacificador – Após o Exército Pacificador vencer a Batalha de Pirajá contra o adestrado e preparado Exército Português, o moral das tropas brasileiras foi inflamado. Fator esse primordial para o exército do general Labatut acreditar na real possibilidade de expulsão dos portugueses das terras baianas e também para angariar mais homens em meio à população para as lutas.
Exploração	Intensifique as ações ofensivas para ampliar o êxito inicial sempre que for obtido um sucesso estratégico ou tático, ou houver evolução favorável em determinada situação. (2019, p. 5-4)	Exército Pacificador – Após o erro do toque de corneta do Cb Lopes na Batalha de Pirajá, o Exército Português recuou e começou uma retirada da região. Nesse momento, o Exército Pacificador iniciou uma perseguição aos portugueses atacantes em que, segundo Monteiro (1981, p. 275) relata: “os soldados portugueses, quase a conquistar as alturas do arraial, recuaram, e os soldados brasileiros, aproveitando desse momento, os perseguiram pelas encostas, arremessando-os de volta às praias, onde reembarcaram em desordem”. Nota-se o princípio da exploração durante a retirada dos portugueses e perseguição dos brasileiros.
Unidade de comando	Para cada operação, a obtenção da unidade de comando e unidade de esforços é condição essencial para o êxito (2019, p.5-5).	Exército Pacificador – Ao chegar no Teatro de Operações (TO), uma das primeiras medidas do general Labatut foi unir as tropas do Exército Pacificador sob o seu comando. Para facilitar a hierarquia e a divisão de áreas de responsabilidades do TO, Labatut criou, de imediato, duas divisões: a primeira (oeste) sob chefia do coronel José Barros Falcão de Lacerda e a segunda brigada (leste) sob o comando do coronel Felisberto Caldeira Brandt. Após a chegada do Batalhão do Imperador, uma terceira zona de ação foi criada pelo centro, a comando do coronel Lima e Silva.

Quadro 1: Princípios de Guerra nas lutas pela independência na Bahia.

Fonte: O autor (2022)

2. A Relação entre a Guerra de Independência na Bahia e a Formação do Exército (Imperial) Brasileiro.

Sabe-se que o surgimento do Exército Brasileiro data da primeira batalha de Guararapes/PE, ocorrida em 19 de abril de 1648, inserida no contexto das invasões holandesas.

A palavra pátria, registrada no contexto de Guararapes, refere-se ao sentimento afetivo, cultural e de valores que aqueles habitantes possuíam em relação a sua terra naquele momento de incertezas. Cresce de importância também que a “pátria”, disseminada a partir daqueles conflitos, representava a união para o combate do índio brasileiro, do negro africano e do branco português contra um inimigo comum, os holandeses. A brasilidade das batalhas em Guararapes foi além da afetividade natal e

também ocorreu em um tipo específico de guerrilha em que as “forças brasílicas” atacavam os holandeses de maneira rápida e furtiva, e, após isso, desapareciam nas matas, causando grandes perdas e confusão às tropas holandesas. Esses significados, tanto de pátria como de brasilidade, foram trazidos até os dias atuais e alicerçam a formação social e cultural, não somente do povo brasileiro, mas também das Forças Armadas nacionais e de tantas outras instituições.

Contudo, em 1648, o Brasil era uma colônia de Portugal e bastaria, ainda, cerca de 174 anos para a emancipação política ocorrida em 1822. Destarte, pode-se inferir que o conceito de “pátria” emanado pelos defensores brasileiros em Guararapes ficou restringido somente à afetividade natal e local daqueles bravos homens que expulsaram o invasor estrangeiro. Não se verificou ainda na historiografia brasileira a utilização dos conceitos de Estado e/ou nação nesse mesmo período de Guararapes, pois foi somente em 1822, com a separação efetiva de Portugal, imposta por D. Pedro, que o Brasil se libertou legalmente e pôde, mesmo com todas as dificuldades iniciais, dar os primeiros passos para ser reconhecido hoje como um país soberano.

Nesse processo evolutivo nacional e de maturação para a independência do Brasil, as forças brasileiras sempre estiveram à frente (mesmo de forma precária em algumas situações), juntamente com a política e a diplomacia, para além de fornecerem o apoio da “espada”, também auxiliarem no incremento político necessário.

A história formal e legal do Exército Brasileiro começa a partir do surgimento e da organização do Estado Brasileiro, em 7 de setembro de 1822, como um organismo político internacional e reconhecido em 1825, através do Tratado de Paz, Aliança e Amizade (também chamado de Tratado do Rio de Janeiro ou Tratado Luso-Brasileiro).

Com a chegada da família Real no Brasil, em 1808, e com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, as forças de defesa coloniais foram integradas às portuguesas e modernizadas de certa forma. Pode-se citar a criação de academias militares e quartéis, investimento em armamento e uniformes, publicação de manuais militares e distribuição dos efetivos de 1ª linha pelo território brasileiro. Em 16 de outubro de 1816, através de decreto real, as Forças Independentes do Brasil (Exército e Marinha) foram passadas ao comando supremo de D. Pedro.

Outro importante aspecto para a formação do Exército Imperial Brasileiro foi o apoio que D. Pedro concedeu para as forças nacionais na época da independência. Logo de início, dom Pedro I melhorou as tropas da guarnição do Rio de Janeiro e transferiu forças de São Paulo e Minas Gerais para a capital. Criou, em 23 de setembro de 1822, a Guarda Cívica (força para auxiliar a segurança na capital do império ligada ao Exército Imperial) composta por “gente limpa da cidade do Rio de Janeiro”. Em 1º de dezembro de 1822, através de decreto, o imperador também instituiu a Imperial Guarda de Honra, unidade de elite da cavalaria, ligada diretamente a ele. Para fazer frente às tropas portuguesas do general Madeira de Melo na Bahia, D. Pedro I criou o Batalhão do Imperador, o qual foi destinado a auxiliar a derrotar a tropa lusitana em Salvador e, em seguida, continuar a pacificação de todo o território nacional. A criação do Batalhão do Imperador marca de maneira indelével a primeira organização militar do Exército Brasileiro que surgiu genuinamente a partir do Brasil independente, para fazer frente à resistência portuguesa.

Nesse mesmo ínterim, ressalta-se, que devido às guerras de independência na Bahia, formou-se diversos batalhões patrióticos, aumentando, assim, não somente o prestígio da nascente força terrestre, como também a imagem do Exército Imperial Brasileiro como uma organização militar de defesa da pátria.

Percebe-se que, a partir da guerra de independência na Bahia, D. Pedro I sentiu a necessidade de compor os quadros do novo Exército Imperial Brasileiro de “pessoal brasileiro”, especificamente os militares em função de alto comando, oficiais superiores e generais. Decorrente dessa mudança no quadro do exército, principalmente da oficialidade, começou, concomitantemente, a mudança do pensamento político-militar brasileiro. Nota-se, a partir de 1825, que os militares nacionais, já tendo experimentados diversos combates, muito deles inclusive na independência da Bahia, perceberam que a força terrestre poderia influenciar diversas decisões no Império, assim como foi uma grande influente no fato da abdicação de D. Pedro em 1831.

Percebe-se, nas batalhas da Bahia, outro aspecto importante para a formação do Exército Imperial Brasileiro: foram nesses conflitos, em Salvador e no recôncavo, que surgiram diversas personalidades militares que as Forças Armadas, em especial o Exército, cultuam até os momentos atuais e que, de grande maneira, continuam influenciando os militares de hoje, podendo-se citar: Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que na guerra de Independência da Bahia tinha a função de alferes e porta-estandarte do Batalhão do Imperador, comandado pelo seu tio, o então coronel Lima e Silva.

Reitera-se que foi na província da Bahia que o Exército Imperial Brasileiro, oriundo do Exército Pacificador, teve o seu batismo de fogo, decisivo para a emancipação política do país. Esse fato gerou a manutenção da grande área territorial portuguesa na América do Sul, formando assim o Império do Brasil.

Sob esse foco, a vitória do Exército Imperial Brasileiro, na Bahia, foi extremamente decisiva para a continuidade da integralidade territorial nacional. A vitória do Exército Pacificador evitou a possibilidade de uma fragmentação e divisão das terras brasileiras em duas partes: o Brasil ligado, ainda, à Coroa portuguesa ao norte, com capital em Salvador; e um outro Brasil independente, chefiado por D. Pedro I, ao sul, com sede no Rio de Janeiro.

Conclusão

Concluiu-se, portanto, dois aspectos relacionados às lutas de independência na Bahia: 1) Mesmo a província da Bahia perdendo espaço no cenário político brasileiro para o Rio de Janeiro, a guerras naquela província visando à expulsão dos portugueses, foi fundamental, porém não a única ação, para a concretização da emancipação do novo império; e 2) Verificou-se que, após a formação do Exército Pacificador na Bahia, houve sim um maciço investimento e trabalho de organização das forças terrestres pelo território brasileiro, demonstrando desse modo a importância dos combates na Bahia para a formação do Exército Imperial Brasileiro.

Diante dos fatos pesquisados e evidenciados nesse trabalho, acredita-se que as lutas de independência na Bahia contribuíram de fato e de maneira muito importante para a emancipação política do país, no entanto não foi um fator fundamental e exclusivo para a concretização desse. Levou-se em consideração alguns aspectos para essa reflexão:

a) O processo emancipacionista das antigas colônias europeias ocorreu, temporalmente similar, na maioria dos territórios da América do Sul, como por exemplo: Venezuela (1811), Argentina (1816), Chile (1818), Peru (1821), Equador (1822), dentre diversos outros territórios da região. Percebeu-se que se desenrolava um movimento de independência dessas colônias no mesmo lapso temporal e, invariavelmente, o Brasil também iria se emancipar, provavelmente, nesse mesmo espaço de tempo.

b) Ressaltou-se que, além da Bahia, houve outros diversos combates de vulto, os quais, juntamente com as lutas em Salvador e no recôncavo, “costuraram” a expulsão definitiva do Exército Português do nordeste Brasileiro, podendo-se citar a batalha de Jenipapo, no Piauí, as escaramuças entre brasileiros e portugueses no Maranhão, Pará e na Cisplatina.

c) O pensamento emancipacionista e os planejamentos para realizar essa separação não ocorreram somente na Bahia, mas em todo território nacional. Desde 1789, com a Inconfidência Mineira, até 1817 com a Revolução Pernambucana.

Construiu-se, portanto, a partir do panorama político nacional do século XVIII e XIX, a independência do Brasil, legada a diversos entes regionais, com um grande destaque para a Bahia e a cidade de Salvador.

Referências

ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. 415 f. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) – Universidad de Barcelona. Barcelona, Espanha, 2003.

AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional**. Salvador: EDUFBA/ Editora e Laboratório de Impressão UNEB, 2005.

BRASIL. Estado Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2020 - 2023**. Brasília: Estado Maior do Exército, 2019. Disponível em: Plano Estratégico do Exército 2020/2023 Acesso em: 21 de maio de 2020.

BRASIL. Exército. Estado Maior. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre.2. ed.** Brasília, DF, 2019.

BOBBIO, Norberto. Política. In BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (Editores). **Dicionário de Política**. 5ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord.). **O Exército na História do Brasil**. v. 4, Rio de Janeiro/Salvador: Bibliex/Odebrecht, 1998.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A Milícia em Armas: o Soldado Brasileiro da Guerra de Independência. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 11, p. 33-53, ago. 2013. Disponível em: www.historiamilitar.com.br. Acesso em: 27 de abril 2022.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Movimento da Independência: 1821-1822**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1972.

MARQUES, Xavier. **Ensaio Histórico sobre a Independência**. 2. ed. São Paulo. Brasília: IBRASA, 1977.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: A elaboração da independência**. v. 2, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

PIO, Lucas Cerqueira Viana. **Guerra de Independência na Bahia (1822-1823): Bicentenário do conflito que concretizou a emancipação política do país e marcou o início da formação do Exército (Imperial) Brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), Rio de Janeiro, 2020.

PIO, Lucas Cerqueira Viana. **1823: A Independência do Brasil na Bahia e o Surgimento do Exército Imperial Brasileiro**. Rio de Janeiro: Pod, 2022.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. v. 3, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

SPIX; J. B. V; MARTIUS, K. F. P. V. **Viagem pelo Brasil von Spix e von Martius - 1817**. Ed. esp. São Paulo: Revista do Arquivo, 1940.

Espada de Honra: General Osorio - O Legendário

Érico Storto Padilha¹
Carlos Alexandre de Almeida Costa²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo trazer à tona elementos históricos que envolveram a outorga de uma espada de honra ao General Osorio, patrono da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro, após campanha contra o Paraguai no início da década de 1870. Por meio de uma breve biografia do ínclito, analisaremos o contexto da concepção, constituição, concessão e simbologia da arma, 'A Espada de Honra' – outorgada em nome da oficialidade do Exército Imperial, como corolário de uma vida dedicada ao serviço militar e ao Império brasileiro.

Palavras-chave: General Osorio; Patrono da Cavalaria do Exército; Guerra do Paraguai; Espada de Honra; Exército Brasileiro.

ABSTRACT: This article aims to shed light on the historical elements that involved the granting of the sword of honor to General Osorio. Osorio, a patron of the Cavalry Weapon of the Brazilian Army, was awarded the sword following the military campaign against Paraguay in the early 1870s. From the beginning, we will analyze the origin, constitution, concession and symbolism of this weapon, 'The Honor Sword' – granted on the behalf of the Imperial Army officers, for the recognition for a life dedicated to military service and the Brazilian Empire.

Keywords: General Osório; Patron of Cavalry Army branch; War of Paraguay; Honor Sword; Brazilian Army.

Osorio - Breve Histórico

Pode-se dizer que foi sob a maestria de duas espadas gloriosas que repousou, por mais de meio século, a estabilidade da monarquia brasileira. A do legendário Osorio e a do imortal Caxias.

¹ Historiador - Membro do IHGSP e pesquisador associado ao CEPHIMEx. (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército). E-mail: ericopadilha@gmail.com

² Historiador Militar – Membro do IGHMB e pesquisador associado ao CEPHIMEx. (Instituto de Geografia e História Militar Brasileira e Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército). E-mail: Carloscosta1796@gmail.com

Despretensiosamente, abordaremos, aqui, parte da Fé de Ofício daquele que, meritoriamente, conquistou o epíteto dado por Gustavo Barroso³ de “Centauro dos Pampas” e que tantos préstimos à Pátria despreendeu.

E a indelével trajetória militar do ínclito cavalariano Manuel Luís Osorio (1808-1879) começa em maio de 1823, quando, beneficiado por uma licença especial concedida pelo General Lecor⁴, com quinze anos incompletos, senta praça na Legião de Cavalaria da província de São Paulo para combater os lusitanos na Cisplatina.

A 13 de maio de 1824 jurava o efebo a Constituição Política do Império do Brasil, da qual seria, até o dia de sua morte, fiel guardião. Em 13 de outubro era reconhecido como Cadete de 1ª classe e, por decreto de 1º de dezembro do mesmo ano, promovido a Alferes no 3º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha.

Em outubro de 1827, dia 12, é promovido a Tenente no 5º Regimento de Cavalaria. Unidade esta que, no ano seguinte, após o término da guerra no Prata, foi realocada em Bagé. Naquela altura, com aproximadamente vinte anos de idade, o jovem Tenente Osorio já computava 5 anos de praça efetiva com 3 anos servindo em campanha.

De Bagé foi designado para a guarnição de Rio Pardo.

Entre março de 1829 e agosto de 1831, foi destacado duas vezes para guarnecer a fronteira, e, como todo soldado, não poderia ser diferente. Vitimado por motivos alheios à sua conduta militar, foi recolhido preso em 08 de janeiro de 1832, sem culpa formada. Permaneceu até meados de dezembro, quando, então, foi solto “por fatos não comunicados ao Corpo”. (BARROSO, 1932, p.57)

Filiou-se ao grupo dos liberais moderados, organizados em torno de uma entidade política denominada “Defensora da Independência”, cujo lema era “trabalhar para que a Revolução Gloriosa, de 7 de abril de 1831 [data da abdicação de D. Pedro I], não se perdesse nos abismos da dissolução social”.

Ainda no conturbado período regencial, irrompida a Revolução Farroupilha, teve o jovem Osorio novamente destacado papel em inúmeros combates. Dentre eles, o aprisionamento do comandante da vanguarda rebelde Coronel Affonso de Almeida Côrte Real.

Em 21 de novembro de 1836, foi nomeado, em comissão, Major da 3ª Brigada de Cavalaria e, no ano seguinte, após furar o cerco imposto pelos rebeldes ao reduto das tropas legais estacionadas em Caçapava (hoje Caçapava do Sul), recebe do Vice-presidente da província do Rio Grande do Sul, Américo Cabral de Mello, o posto de Major comissionado da Legião e comandante da Cavalaria em Porto Alegre, em 1º de maio de 1837.

Em 22 de abril, sob ordem do Cel. Silva Tavares, assume o cargo de Major da 1ª Brigada de

³ Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959) foi um pesquisador, autor, político, catedrático da ABL e primeiro diretor do MHN. Na década de 1930, cunhou em sua obra “Osório, o Centauro dos Pampas” o apodo que imortalizou o General.

⁴ Carlos Frederico Lecor (1764-1836), General luso-brasileiro, veterano das guerras napoleônicas, foi Comandante das Forças portuguesas nas campanhas da Cisplatina e ocupou Montevideo em 1817 sob o julgo do rei D. João VI. Com a independência brasileira em 1822, Lecor passou a defender os interesses do Império do Brasil naquela região contra os Voluntários Reais que antes havia comandado.

Cavalaria da Guarda Nacional. A 3 de maio, trava combate nas proximidades do povoamento do Herval, o que lhe rende a promoção ao posto de Capitão em 20 de agosto de 1838.

Em dezembro de 1839, somando dezesseis anos de serviços, dos quais mais de nove em campanha, assume, como Capitão, a 3ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria.

Por ordem do dia de 17 de abril de 1841, deixa o cargo de Major de Brigada para assumir, também comissionado, o de Deputado do Ajudante-General junto ao Comando da 2ª Divisão.

Em 25 de maio do mesmo ano, deixa o cargo comissionado e passa a servir sob as ordens imediatas do comandante em chefe do Exército, o General João Paulo dos Santos Barreto. No ano seguinte, em 1842, por decreto de 27 de maio, é promovido a Major do 2º Regimento de Cavalaria (naquela altura, contando com antiguidade de 18 de julho do ano anterior).

Por Carta Imperial de 13 de julho, é agraciado cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro pelos relevantes serviços militares prestados a Pátria na província do Rio Grande do Sul.

A 15 de dezembro de 1843, assume o Comando interino do 2º Regimento de Cavalaria. Em 5 de junho, é nomeado cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e, em 23 de julho de 1844, é promovido a Tenente-Coronel.

O protagonismo e a fama do jovem cavalariano no Sul do Brasil extrapolaram a esfera militar, rendendo-lhe, em 1845, finda a revolução Farroupilha, capital político para eleger-se deputado provincial.

Em 1846, quando em diligência ao Rio Grande do Sul, visitou o Imperador D. Pedro II, coube ao Regimento de Osório lhe fazer a escolta. Tamanho o rigor marcial dos cavalarianos que a galhardia do piquete contemplava, por exemplo, a seleção de uma cavallhada composta somente por montarias brancas.

Em 6 de outubro de 1846, por Carta Imperial, é agraciado com o Oficialato da Ordem da Rosa.

Por ordem do dia do Comando em Chefe do Exército Imperial, em 5 de fevereiro de 1852, após relevantes serviços prestados na campanha do Uruguai, Osório foi louvado: “por haver com a bravura, perícia e sangue frio que o caracterizam, carregado, à frente de seu regimento, sobre uma bateria inimiga, tomando-a, pondo em completa derrota os que a guarneciam”.

Por decretos de 3 e 7 de março do mesmo ano, foi promovido a Coronel Comandante do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira “por merecimento mais uma vez comprovado no campo de batalha”, é condecorado como Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro pelos serviços prestados nas campanhas do Uruguai e Buenos Aires.

Ainda no mesmo mês, por decreto do dia 14, foi condecorado com a Medalha de Ouro juntamente com os oficiais superiores que tomaram parte na Batalha de Moron⁵.

Por ordem do dia de 12 de abril, passou a exercer o comando da 6ª Brigada de Cavalaria.

⁵ Batalha ocorrida em 3 de fevereiro de 1852, junto ao Arroyo Morón, nas cercanias de Buenos Aires, entre os Generais Urquiza e Rosas.

Por decreto do dia 2 de dezembro de 1856, Osório é graduado brigadeiro e passa a comandar as tropas na região da fronteira de São Borja. E é no comando dessa guarnição fronteiriça que recebe a missão de descobrir a localização dos “*Campos das Vaccas Brancas*”. Local que, segundo a tradição, teria abundância de gado crioulo e estaria na região das antigas Missões Jesuíticas brasileiras.

Esse feito merece especial atenção porque, embora não tenha encontrado raça alguma de gado naqueles rincões, um riquíssimo e precioso herval foi achado entre os rios *Pindahy e Cumandahy*⁶. E essa descoberta será, futuramente, recompensada pelo imperador como mote, quando da outorga da primeira titulação honorífica que imortalizou o ínclito como “primeiro e único barão, visconde com grandeza e marquês do Herval”.

Em abril de 1858, Osório passa a comandar uma força (equivalente a uma divisão) na região de Jaguarão e, por aviso do Ministério da Guerra de 25 de novembro do mesmo ano, é nomeado Inspetor do 2º Distrito da Arma de Cavalaria que compreendia a Corte e as províncias da Bahia e de Pernambuco.

Por decreto de 15 de junho de 1857, é promovido com efetividade no posto de Brigadeiro.

Em 1865, em detrimento de licença médica concedida ao Marechal João Propício Mena Barreto, Osório é designado a assumir interinamente o Comando do Exército, em operações no Estado Oriental (Uruguai).

Àquela altura, compunha o Exército Brasileiro estacionado no Uruguai, um efetivo de 13.181 homens dos Corpos de 1ª Linha, Guarda Nacional e voluntários, contabilizando 33 Corpos Especiais, 1.427 de Artilharia, 4.925 de Cavalaria e 6.796 de Infantaria.

Por Decreto Imperial de 18 de maio de 1865, o Brigadeiro Osório é nomeado Comandante em Chefe do Exército Brasileiro em operações contra o Paraguai e, por outro decreto, de 8 de julho, elevado em comissão ao posto de Marechal de Campo.

Em 18 de maio de 1866, o Marechal é agraciado com o título de Barão do Herval, com honras de grandeza, para distingui-lo e honrá-lo em sua qualidade de Comandante em Chefe do Exército Imperial em operações contra a República do Paraguai. (Para tal, fora evocado o feito da contribuição econômica da descoberta do herval ocorrido dez anos antes).

Em 15 de julho de 1866, o barão do Herval passa o Comando em Chefe do Exército para o Marechal de Campo, Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão e, no dia 18 do mesmo mês, embarcava com destino ao Brasil para tratar de ferimentos de combate.

Em 20 de outubro de 1866, é nomeado Comandante do Corpo de Exército em operações na fronteira do Sul do Brasil.

Em março de 1867, marcha novamente para Corrientes, Argentina.

Regressando ao teatro de guerra, por decreto de 1º de junho do mesmo ano, o governo Imperial lhe concede a patente de Tenente-General.

⁶ O local a que a bibliografia do início do século grafa como Pindahy é o atual arroio Pindai, que percorre o 3º Distrito Plano Alto na zona rural do município de Uruguaiana-RS. Vide mapa Anexo – A. Já o rio Cumandahy, hoje grafado Comandái, cruza a rodovia RS165 ao norte de Cerro Largo, região noroeste de Santo Ângelo-RS. Cumandahy, hoje grafado Comandái, cruza a rodovia RS165 ao norte de Cerro Largo, região noroeste de Santo Ângelo-RS.

Por decreto de 11 de abril de 1868, pelos serviços prestados na guerra contra o Paraguai, Osório recebe o título de Visconde, com grandeza. E por decreto do dia 20 de junho, é nomeado Grã-cruz da Ordem Militar de São Bento de Avis.

Em 26 de dezembro de 1868, também lhe é concedida a Grã-cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro. Em ordem do dia de 14 de janeiro de 1869, expedida pelo General em Chefe Marques de Caxias, são publicados eloquentes elogios diante das “provas irrecusáveis, da firme e inabalável dedicação que sempre manifestou ao serviço público e a minha pessoa”.

Em 20 de fevereiro de 1869, o General Visconde do Herval é condecorado com a Medalha de Mérito Militar (criada em 28 de março do ano anterior) por sua destemida participação nas batalhas que compuseram a “Dezembrada”.

Depois de retornar do Brasil, onde veio novamente tratar de diversas moléstias provocadas por ferimentos adquiridos em campanha, Osório assume novamente o Comando do 1º Corpo do Exército no Paraguai.

Em 29 de dezembro de 1869, é elevado a Marquês.

Em maio de 1870, recebe comunicação da Câmara dos Deputados da outorga de voto de louvor e gratidão, concedida por unanimidade, por “conquistar para a Pátria a glória imperecível contra o Paraguai”.

A 20 de julho, é lhe conferida a Medalha de Ouro pela Campanha do Uruguai por sua atuação naquele Estado Oriental (criada pelo Decreto nº 3488, de 28 de junho de 1865).

Em 6 de agosto de 1871, no Campo do Bonfim, em Porto Alegre, o Marquês do Herval é presenteado pelo Exército com uma espada de honra. Em 24 de maio de 1872, recebe a Medalha Geral de Campanha, em ouro (criada pelo Decreto nº 4560 de 6 de agosto de 1870).

Finda a missão militar, Osório que, àquela altura, já era popularmente reconhecido como o “intrépido dos intrépidos” e já havia se consagrado como “o legendário cabo de guerra”, coloca novamente seu nome à disposição da política e é nomeado, por Carta Imperial de 11 de janeiro de 1877, Senador Vitalício do Império.

Em 27 de julho de 1877, foi lhe concedida a patente de marechal graduado do Exército e, em 5 de janeiro de 1878, assume a pasta de Ministro da Guerra, ocupando este cargo, juntamente com a presidência do Conselho de Ministros, até a data de seu falecimento, em 04 de outubro de 1879.

A Espada de Honra

Como a maioria dos soldados da Pátria, Osório vivenciou batismos de ferro e fogo, fome e miséria, e experimentou situações de sítio e privações dentro de seu próprio território, ao longo de inúmeras missões no século XIX, da formação à defesa do Estado Nacional Brasileiro.

Como já mencionado brevemente, o denodo, a exaçaõ, a intrepidez, a fidelidade com seus pares

e o compromisso com a Pátria são algumas das qualidades que caracterizaram a carreira do Patrono da Cavalaria. Como um dos corolários dessa indelével e desmedida carreira, militar e política, coube ao próprio Exército, à época, ainda na efervescência do fim da guerra, o reconhecimento público de mérito por meio de uma prática simbólica milenar: a outorga de uma espada de honra! E é sobre ela que este ensaio se dedica.

Após lançada a ideia de se presentear o Marquês do Herval, tamanho foi o entusiasmo e acolhimento que, em pouco tempo, arrecadou-se o necessário para sua confecção: 20 contos de réis⁷.

A ideia da presentação mobilizou não só a classe idealizadora - o Exército -, como também inúmeros outros segmentos e setores da sociedade brasileira, especialmente a classe artística. Esta última, sensibilizada por diversas chamadas públicas, veiculadas em anúncios de jornais, apresentaram junto à comissão encarregada pela subscrição, presidida pelo coronel Deodoro da Fonseca, ideias e projetos para a fabricação do distinto troféu em concurso público.

Desenhada e inicialmente modelada em gesso pelo escultor italiano José Berna⁸,

conhecido à época como “o Marmorista da Casa Imperial”, a espada foi manufaturada durante quatro meses nas oficinas do ourives português erradicado no Brasil Senhor Manoel Joaquim Valentim.

Segundo o escritor Mario Cruz, da Academia Petropolitana de Letras, estabelecido na Rua dos Ourives, nº 61, no Rio de Janeiro, Manuel Valentim, que àquela altura, já havia ganhado mais de uma dezena de prêmios por suas produções de ourivesaria, contou ainda com a ajuda do desenhista e escultor Nicolau Facchinetti, ligado à escola de Belas Artes, e de outros renomados pintores como Vitor Meireles e Pedro Américo.

Quanto às modelagens das figuras, incumbiu-se o escultor F. M. Chaves Pinheiro, professor da Academia de Belas Artes, autor da mais famosa estátua equestre do Imperador D. Pedro II (apresentada na Exposição Universal de Paris, em 1867, e cuja cópia é exibida no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro)⁹.

Descrita como uma arma de concepção estética “ecclética, consoante ao gosto vitoriano”, a espada constitui uma verdadeira obra prima da ourivesaria brasileira. Peça digna de concorrer com as apresentadas na obra “O ouro no Brasil” de P. M. Bardi.

Sobre a ideia da presentação, é válido ressaltar que o agraciado em nada tomou parte. Ela foi, de maneira espontânea e genuína, germinada entre as fileiras do Exército.

Afastando quaisquer ilações sobre a influência de Osório sobre o ato corolário de sua carreira, o próprio General, em manifesto publicado em 20 de janeiro de 1871¹⁰, no Jornal do Comércio do Rio

⁷ Na década de 1860, 1 conto de réis, representados pela cifra 1:000\$000 (equivalente a 1 milhão de réis) adquiria 1kg de ouro. O valor arrecadado pela subscrição de 20 contos de réis 20:000\$000 (20 milhões de réis) corresponde, hoje em dia, a mais de R\$ 2.400.000,00. Para comparação, na década seguinte, espadas para oficiais, simples, de produção comercial, eram vendidas em anúncios publicitários no Rio de Janeiro por valores entre 19\$000 e 28\$000. Vide Anexo - B

⁸ Segundo o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, na década de 1870 este já consagrado artista escultor estava registrado no segmento de “Armazéns e Loja de Mármore” atuando como escultor em ornatos diversos. É dele, por exemplo, as decorações que enfeitaram a praça da igreja da Glória quando se celebrou o Te-Deum pelo regresso do Conde D’Eu ao Brasil no início de maio de 1870. Vide anexos C e D.

⁹ Embora contemplados pelo opúsculo que embasa este ensaio (O SABRE DE HONRA DE OSÓRIO), e por vasta bibliografia do século XX, a participação de alguns dos quatro últimos renomados artistas no projeto da espada é questionável. Sobretudo por conta do envolvimento dos mesmos em outros projetos, alguns dos quais executados no exterior.

¹⁰ Ainda sobre essa polêmica, citamos aqui parte do manifesto publicado por José Berna em 20 de janeiro de 1871, na edição nº 20 do Diário do Rio de Janeiro: “O desenho da espada, assim como os moldes em gesso, foram feitos unicamente por mim, a pedido do Sr. Valentim, e não posso explicar o motivo porque se diz que tudo foi obra do mesmo artista. A verdade é que os modelos não se acham em meu poder, e sim somente o desenho, que pode ser visto por quem tiver interesse em desvendar esta questão, que não é para desprezar, quando se pretende dar a outrem glórias

de Janeiro (pág. 2), deixa claro que é um engano supor que a iniciativa de oferecer a espada tenha partido dele próprio. E conclui a publicação dizendo, porém, que é com muito prazer que a aceitaria.

E a afeição, o carinho e o respeito do Exército diante da bravura indômita do velho chefe podem ser notados nas palavras proferidas pelo Coronel Deodoro que, no dia da outorga, com a espada em mãos, diante de Osório e à frente de milhares de pessoas que tomavam o Campo da Várzea em Porto Alegre, proferiu:

“General. Os oficiais que no Exército Imperial tiveram a fortuna de servir sob suas ordens, na campanha contra o governo do Paraguai, reuniram-se por voto do mesmo Exército, para que vos fosse dado um duradouro sinal que patenteasse a amizade e a admiração condigna de vossas ações [...]. Tudo isso, General, deu lugar aos sentimentos de amizade e admiração consagrados por vossos comandados, e à honra e prazer de hoje entregavos esta oferta como prova do muito que vos querem: recebei-a, General, que é de coração”.

E Osório, ao receber garbosamente a oferta, apoderando-se da espada e segurando-a com as duas mãos, retribuiu:

“Sr. Coronel. Entre as honras com que me têm distinguido o governo do País, os governos aliados e os nossos compatriotas, pelos serviços que prestei à pátria, à Aliança e à liberdade, na América, nenhuma é mais sensível ao meu coração do que esta que hoje confere por vosso intermédio o valente Exército que tive a sorte de comandar [...]. É por isso que me acho em extremo penhorado pelo quinhão com que generosamente me brinda o vitorioso Exército Brasileiro na partilha das glórias que conquistou em tão dura guerra, e peço-lhe, senhor coronel, que como um dos heróis que fostes desta guerra, aceiteis, para transmitir a nossos camaradas, a manifestação de profunda gratidão que voto ao heroico Exército vingador das injúrias à Pátria, e os sentimentos que me inspiram o seu valor, o seu devotamento e incomparável abnegação”.

A beleza da peça que provocou emoção no velho General, por meses, também esteve em destaque, com igual desassossego, em diversos periódicos.

Citando a redação do O Guarany, de janeiro de 1871, sobre a confecção da espada de honra para o ínclito Patrono da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro, temos que “poucas vezes se há visto uma espada de honra tão bem merecida, mas também poucas vezes se tem visto um trabalho tão completo e de tão apurado gosto”. Ainda, a arma é “digna, por certo, do invicto e denodado guerreiro que nos campos do Paraguai deu de si as mais sobejas provas de bravura e patriotismo”.

A vultuosidade e a admiração da sociedade pela arma fizeram com que, prorrogadas as festividades inicialmente agendadas para julho de 1871, ela ficasse exposta para contemplação pública em lojas da Rua do Ouvidor, no centro do Rio de Janeiro, até ser despachada junto com a comissão para Porto Alegre, onde foi outorgada ao Marquês do Herval.

que não tem. Existem nesta Côte muitas pessoas, cujos nomes apresentarei em público, se for a isso forçado, que viram todos os meus trabalhos para a espada que hoje se acha prompta, e que sabem que a ideia foi minha e unicamente minha. Não quero tirar honras a outros, mas também não quero que m'as tirem”

O agradecimento se inseriu no cronograma dos festejos organizados para galardoar o General e contou com o apoio de inúmeras comissões que haviam angariado, segundo a imprensa da época, sete contos de réis até meados de julho de 1871.

É também segundo reportagens de época que constatamos que, embora vitimados pelo mal-estar da guerra e pela crise econômica, a considerável soma angariada refletia o apreço que o povo nutria pelo ilustre militar antes mesmo de seu regresso definitivo para o Brasil.

Expressões como “solver dívida de gratidão” e “não esqueçamos, passado o momento de perigo [da guerra], da mão hábil e patriótica que nos trouxe a paz” foram muito comuns nos jornais da época.

Diante desse prestígio e expectativa, a comissão organizadora divulgava, com frequência, em diversos periódicos, o cronograma dos festejos, e, baseado nelas, podemos, resumidamente, dividir a celebração em onze atos/etapas:

- 1 Partida do Rio de Janeiro para Pelotas da comissão composta por três brasileiros e dois residentes estrangeiros das colônias mais populosas, encarregada em acompanhar Osório durante o ato até Porto Alegre;
- 2 Do Rio de Janeiro partiriam, também, todos os vapores que se achassem no porto. A bordo de cada um, uma banda de música que, em dispositivo em forma de arco, receberiam a embarcação de Osório;
- 3 Ao encontrarem o vapor que traria o General (já na Lagoa dos Patos), os vapores deveriam entrar em formação de linha, deixando a embarcação do convidado ao centro;
- 4 Ao fundear o vapor do General, seriam dadas salvas de artilharia que deveriam ser seguidas pelas das demais embarcações. O homenageado desembarcaria no Arsenal da Marinha e seguiria pela rua dos Andradas precedido por um piquete de cavalaria e seguido por bandas e pelo povo;
- 5 Os moradores das casas deveriam enfeitar as janelas com juncas de flores e folhagens, donde lançariam flores sobre cortejo do General;
- 6 Ao chegar à sua residência¹¹, Osório se recolheria. O povo então deveria também se retirar para, posteriormente, retornar à noite para “victoriar” o General, ocasião na qual lhe seria apresentada as comissões e prestaram cumprimentos;
- 7 No alto da rua dos Andradas seria colocado luz elétrica, de forma que os moradores daquela rua seriam convidados a iluminar as frentes das casas;
- 8 Durante duas noites consecutivas, haveria espetáculo no Teatro de Porto Alegre;
- 9 No campo da Várzea, seria entregue a espada de honra, ofertada pelo Exército em um pavilhão especialmente montado, seguido de uma simulação de combate. Findo o simulacro,

¹¹ Baseado nos jornais da época, suspeitamos que, para a solenidade, Osório tenha se instalado na casa do cunhado na Rua dos Andradas, em Porto Alegre. Sobre as residências do general naquela década, a bibliografia também aponta os atuais endereços: Praça Cel. Pedro Osório, 59, no centro de Pelotas-RS e Rua Riachuelo, 303, no centro do Rio de Janeiro.

o General passaria em revista às forças¹². Quanto ao ato da presenteação, o General seria acompanhado por um Estado-Maior, de Generais, Oficiais Superiores e Oficiais, quer em serviço ou dispensados, que quisessem dar-lhe essa prova de apreço. Um piquete deveria fazer-lhe a guarda pessoal. A comissão se esforçaria para que a outorga ocorresse no dia 16 de julho, aniversário de Humaitá;

10 À noite, baile de máscara no teatro, com entrada franca, sendo o General acompanhado da mesma forma que nos espetáculos dos dias anteriores. Após, baile no salão “Soirée Porto-Alegrense”;

11 Na rua dos Andradas, entre a casa do General Câmara¹³ e Osorio, haverá adornos com flâmulas, escudos e árvores. Em frente à casa de Osorio, será construído um coreto para bandas de músicas.

Para muito além de um presente conferido em celebração cívica, a arma acompanhou o legendário General cavalariano, como um troféu, em muitas de suas atividades públicas após obter autorização do Ministro da Guerra para poder cingi-la.

Dentre as vezes que a literatura o registrou com ela, citamos a visita de Osorio à Corte para uma conferência com o Imperador e a assunção ao Senado.

O último registro da espada junto ao Centauro que se tem notícia foi na fatídico funeral da manhã de 10 de outubro de 1879¹⁴.

Em cerimônia fúnebre realizada na igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo (Sé) em sufrágio à alma do General, ao centro, sobre um estrado de três degraus forrados de veludo preto e galões de ouro, onde fora colocado o caixão do mártir, repousava a espada e a coroa de marquês.

Em torno do catafalco, a velar a lenda, reuniram-se Voluntários da Pátria e militares que serviram no Paraguai sob o comando do venerando, representantes da imprensa, os membros da Câmara Municipal, alunas e diretoras dos Colégios Santa Isabel e S. Salvador, funcionários públicos e uma quantidade imensa de súditos que choravam a perda do velho combatente.

¹² Atual Praça da Alfândega, local onde hoje está a estátua equestre do general.

¹³ 2º Visconde de Pelotas.

¹⁴ Osorio falece em 4 de outubro de 1879, em sua casa na Rua Riachuelo, 117 (hoje numeral 303), antiga rua Mata-cavalos, no centro do Rio de Janeiro, em decorrência de pneumonia gangrenosa. Autorizado pelo filho, Dr. Fernando Luís Osório, o corpo foi embalsamado no dia 5 pelo médico Dr. Fernando Francisco da Costa Ferraz e, no dia seguinte, dia 6, às 10h00, o corpo seguiu para a igreja de Santa Cruz dos Militares. Após o ofício fúnebre e prestadas as honras militares, o ataúde partiu para a capela do Arsenal de Guerra da Corte. Segundo o periódico “Gazeta de Notícias”, em edição do dia 7 de outubro de 1879, no cortejo fúnebre em que seguiu o ataúde do general – transportado pelo coche Imperial cedido por D. Pedro II -, a ausência de dois elementos comuns das honras fúnebres de Generais chamou a atenção: “Provocou reparo não se ver após o féretro, como é de costume nos enterros dos generaes, o cavallo de batalha e a invicta espada do finado”. O mesmo jornal justifica a ausência da espada dizendo que “Nos momentos de angústia, porém nem tudo ocorre, e a falta d’essa formalidade, por certo não fez esquecer a um só que era o corpo de um bravo que ali ia”.

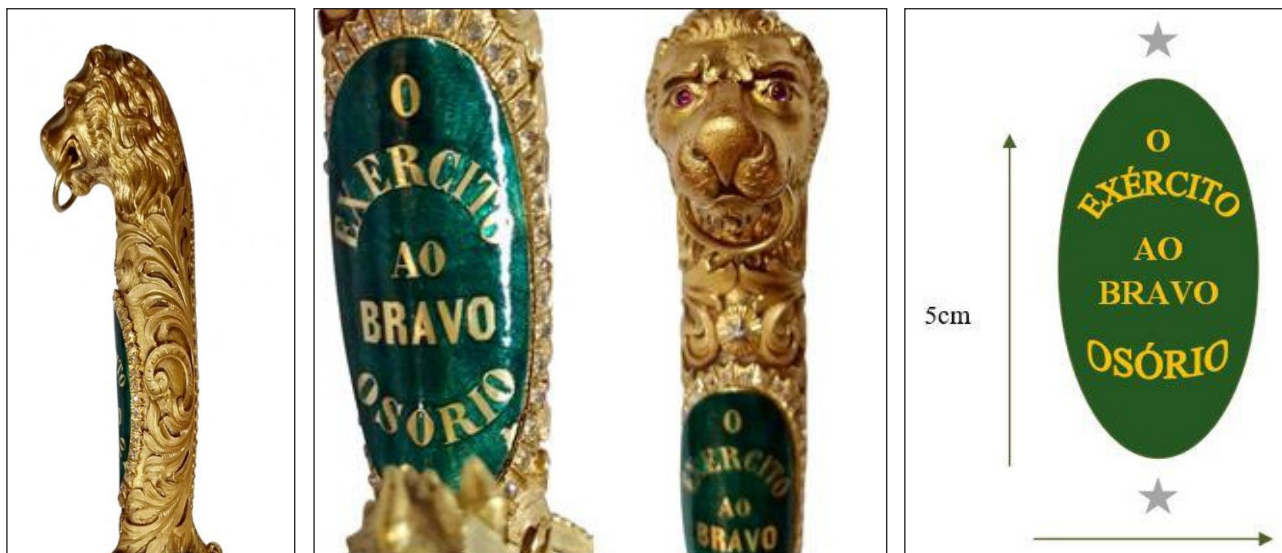
Descrição da Arma

Punho

O cabo do sabre de honra de Osório é de ouro e mede 17cm de comprimento.

Apresenta como capacete do cabo uma cabeça de leão, elemento simbolicamente adotado como expressão de bravura em nossa armaria, desde meados da primeira década do século XIX, cujos olhos são representados por dois rubis de cabochão. Da boca do animal pende suspensa uma argola destinada à fixação do fiador. (Este, fabricado com corrente de ouro e borla de brocado de franja, com dez canutilhos de prata dourada – disponível na montagem da página 15).

Todo o conjunto é adornado com volutas, folhagens em relevo e granitados; na frente, (abaixo da cabeça do leão, onde se fixam os dedos) uma placa elíptica esmaltada de verde, medindo 5cm de altura X 28cm de largura, com a inscrição em caracteres de ouro, em cinco linhas em pala, sendo a segunda e a quinta em arco, e as demais horizontais:



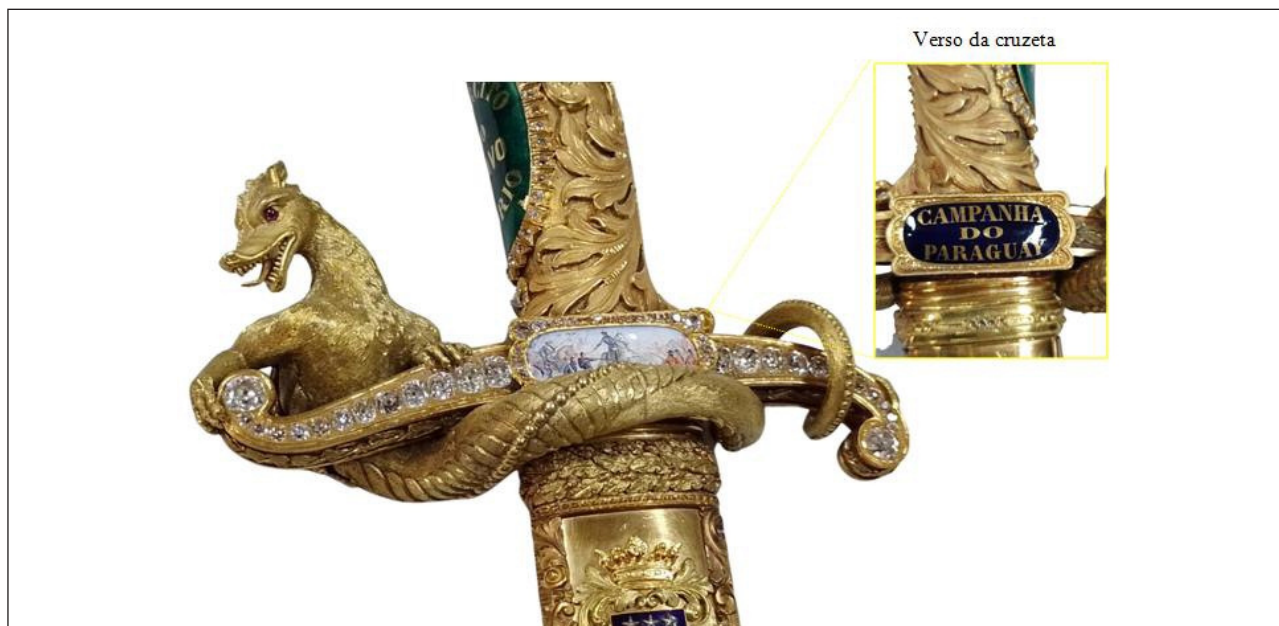
Representação da placa elíptica onde foi perpetuada a homenagem ao insigne cavalariano.

A placa é circundada por quarenta brilhantes e está entre duas estrelas de cinco pontas, de platina, aplicada sobre esplendores de ouro. Uma acima e outra abaixo da placa elíptica conforme representação gráfica acima.

A Cruzeta

Medindo 14cm de comprimento, a cruzeta em formato “S” assemelha-se ao formato das dos sabres de General do Império (aprovadas pelo Plano de Uniformes de 1852). Porém, diferencia-se pelo cravejamento de brilhantes: são vinte pedras distribuídas ao longo da peça.

Destacam-se nela os dois maiores aplicados nas extremidades.



Em toda a extensão da parte superior, inferior e traseira da cruzeta (ou seja, a parte que fica junto ao corpo, quando cingida), um cinzelado de ramos de louro. E nas duas extremidades traseiras da cruzeta, de costas com os dois maiores brilhantes, duas estrelas de platina.

No centro frontal da cruzeta, cravejado por uma cercadura de quarenta e cinco brilhantes, uma placa elíptica, esmaltada, curvilínea, medindo 33cm de largura X 13cm de altura. Nela, há uma representação de combate com Osório ao centro da refrega.

Na mesma altura, na face traseira da cruzeta, uma placa elíptica, esmaltada de azul, circundada por uma cercadura de ouro, semelhante à da placa frontal. Nela, veem-se caracteres grafados a ouro “CAMPANHA DO PARAGUAY”. Ao longo de toda a cruzeta, enrolado, um animal mitológico que se assemelha a um dragão, com os olhos representados também por dois rubis de cabochão¹⁵ (assim como os do leão).

Considerando a espada embainhada e cingida ao corpo, com o torso apoiado sobre a parte dianteira da cruzeta, o animal segura o brilhante maior com uma das patas. A forma como foi disposto permite interpretar que o animal protege as extremidades laterais da arma do ínclito.



¹⁵ A expressão “cabochão” no mundo da ourivesaria deriva-se do francês “caboché” e refere-se a técnica empregada no corte e lapidação da gema.

Sobre os brilhantes, conforme laudo de avaliação encomendado pelo Museu Histórico Nacional, à Caixa Econômica Federal, em 13 de março de 1963, temos a monta de 109 peças com peso aproximado de 18,5 quilates, distribuídos da seguinte forma:

- dois brilhantes de quatro quilates;
- oito brilhantes de quatro quilates e cinquenta pontos;
- quinze brilhantes de cinco quilates;
- quarenta e quatro brilhantes de um quilate e oitenta pontos; e
- quarenta brilhantes de três quilates e vinte pontos;

Bainha

Medindo 86cm de comprimento, e constituída por uma chapa de ouro liso e polida, a bainha pode ser dividida em três seções. A primeira, que inicia no bocal e vai até a primeira braçadeira da argola de suspensão. A segunda, que abrange a parte entre as duas braçadeiras das argolas de suspensão. Ambas, assim como o bocal, decoradas com folhas de carvalho. E a terceira, a maior delas, da segunda braçadeira da argola de suspensão até a extremidade da ponteira.

Na primeira seção, o Brasão de Armas do Marquês do Herval. Escudo francês com chefe em azul (bleu) e campo em vermelho (goles). No chefe, três estrelas de cinco pontas de prata. Em abismo, no campo do escudo, em ouro, um leão leopardoado¹⁶ batalhante, empunhando uma espada. O escudo é ornamentado pelo lambrequim e seus paquifes e encimado por uma coroa de marquês.



¹⁶ De acordo com o Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, o animal heráldico constante no brasão do marquês é um leopardo de prata. Vale observar que, no caso das Armas do General Osório, a leitura correta seria: "um leão leopardoado batalhante", pois, a rigor, este não se acha enquadrado pelos casos normais na descrição dos animais, em Heráldica. Nesta Arte, a situação dos animais é descrita conforme a posição que ocupam (leão rompante, covarde, trepante, afrontado, acostado, nascente, sainte, subinte... e etc.)

Na segunda seção, rodeado por ramos de carvalho e louro, a representação feminina mitológica da Fama, a portadora das boas novas, dentro de uma elipse com borla cinzelada a imitar diamantes. A divindade aqui representada aponta a trombeta para o bocal, artisticamente anunciando o saque da lâmina, a proeminência de uma nova missão.

Ainda nessa seção, um listel corre na diagonal, da esquerda para a direita, com a inscrição em relevo “AVAHY”. (Vide colagem fotográfica na próxima página)

“Na terceira seção da bainha, entremeadado por folhas de acanto e um ramo de louro, símbolo da glória militar, uma reserva elíptica moldurada de ornatos cinzelados a modo de diamantes, com troféu militar, aplicado, em cujo centro figura uma cabeça de leão irradiante, símbolo da nobreza e da coragem, dentro de um oval. A reserva é ornada com os mesmos elementos da composição central da segunda seção”. (CRUZ, 1966)

Acima e abaixo da referida reserva, dois listeis atravessados em contrabanda (ou seja, em diagonal, da esquerda para a direita). O primeiro com a inscrição em relevo “HUMAITÁ”, e o segundo, com os dizeres “TUYUTY”.



Colagem fotográfica que contempla três dos quatro listeis das batalhas que são separados pelos esplendores.

Abaixo, há, também, em meio a um ramo de carvalho e folhas de acanto, uma segunda reserva elíptica moldurada e ornamentada com cinzelados a modo de diamantes das demais, mas com um troféu militar, em cujo centro, em forma de esplendor, figura uma águia de asas espalmadas sobre lanças, bandeiras e espadas raiadas.



Abaixo da mencionada reserva, correndo no mesmo sentido e posição, um último listel atravessa folhas de acanto com os dizeres “PASSO DA PÁTRIA”¹⁷, também em relevo.

Por fim, na extremidade da bainha, transmitindo subliminarmente uma ideia de corolário, vislumbra-se a figura da Vitória. Ereta com os pés sobre um orbe (de platina), cintado por duas tiras de ouro, a deusa aponta para uma estrela com a sinistra, enquanto cinge uma coroa de louros com a destra.

Todo esse arranjo apoia-se sobre um dragão¹⁸ que arremata a ponteira da peça.



¹⁷ A ordem da abordagem seguida pelos autores é a mesma do acadêmico Mário Cruz. Não obstante, é fundamental esclarecer que, cronologicamente, as batalhas consagradas na bainha da arma seguem a ordem contrária, de baixo para cima: Passo da Pátria (abril de 1866), Tuiuti (maio de 1866), Humaitá (fevereiro de 1868) e Avaí (dezembro de 1869).

¹⁸ De acordo com Cel Carlos Naccer da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), são inúmeras as figuras quiméricas que compõe o rol brasonário. Apenas como exemplo, citamos algumas que são monstruosas e fabulosas, todas forjadas pela mente humana: harpia, licornes, grifos, dragões, hidras, serpes (serpe é um dragão com asas abertas e língua em forma de lança).

Como há diferenças entre o grifo e o dragão, identificamos essa figura como sendo a de um dragão. O grifo é alado, rompante (patas levantadas, asas abertas), com quatro patas, enquanto o dragão, também alado, apresenta-se apenas com duas patas dianteiras e tem sua calda em forma de lança ou serpe. Essa figura heráldica tem significação especial para o Brasil, pois, desde D. João I, é timbre da Casa Real Portuguesa pelo casamento daquele monarca com Dona Felipa de Lencastre, princesa inglesa que trazia em suas Armas essa figura.

Deste então, tem sido o dragão de Lencastre dado por alguns como de Bragança (inexistente) e passou ao Brasil como figura principal da Imperial Ordem de Pedro I, logo após a Independência.

Lâmina

A lâmina é semelhante e segue o padrão da maioria das dos sabres empregados no Brasil até meados de 1870. Modelo ligeiramente curvo, de aço, com dorso cilíndrico, ricasso curto; uma típica lâmina de combate.

Não há nela quaisquer elementos que permitam identificar procedência, fabricante ou fornecedor. Tampouco, há quaisquer decorações artísticas (adornos) ou sofisticações (no material empregado no processo de forja) que permita vinculá-la ao General ou mesmo ao IIº Reinado do Império Brasileiro.

Não obstante, a concepção da suntuosidade do conjunto, - corolário máximo das glórias de Osório – traz consigo, velada pela bainha, a infalibilidade de uma verdadeira lâmina de arma de guerra.

Esse arranjo expresso no contraste luxo versus simplicidade permite, inclusive, constatar a propositalidade poética na elaboração do conjunto. A ausência de carga decorativa na lâmina por si só já é atributo que a caracteriza simbolicamente. Ela evoca e concilia, num mesmo objeto, as privações da vida modesta em campanha, do bravo Cabo de Guerra, com a dos louros colhidos pelas vitórias no pós-campanha.

Não será surpresa se, no futuro, vier à tona fontes que permitam atestar, por exemplo, que a lâmina utilizada na confecção da espada de honra tenha sido extraída de uma das espadas utilizadas pelo generalíssimo no Paraguai.

Cinto

De brocado de prata dourada, de couro forrado com veludo vermelho, apresenta duas chapas elípticas, ovoides, de ouro, cada uma com uma coroa imperial do mesmo material com fundo (barrete) esmaltado de verde; circundadas por coroa de louros, estão entrelaçadas com quatro fitas em formato “X” cada uma. Toda essa moldura está cercada por um aro liso com folhagens, das quais pendem as guias (talins) que suspendem a espada, pelas argolas, na posição quase horizontal.

A fivela do cinto apresenta as armas imperiais (o Pequeno Brasão de Armas) sobre uma placa circular também de ouro, circundadas por dois ramos de louros atados pelas extremidades inferiores por um laço. Todo o conjunto é envolto por uma cercadura cravejada com 48 brilhantes.

Na outra extremidade, o fecho da fivela: cinzelado com folhagem tem, também aplicado, uma coroa imperial, com barrete esmaltado verde.

Em cada uma das guias (talins), seguindo o mesmo padrão decorativo da fivela e das duas chapas que interligam o correame, existem passadores (mosquetões) que regulam o comprimento da guia.

Por fim, preso à argola da primeira placa que encima a guia menor, um gancho em forma de serpente escamada. Nele, cingia-se a arma junto ao corpo, suspensa pela primeira argola da bainha, deixando a arma em posição quase paralela à perna.



Ficha técnica da espada

Tamanho do sabre embainhado:	1,01m
Comprimento da lâmina:	0,84cm
Peso total:	1,920g

Ficha técnica do cinto

Tamanho:	1,11m
Talim / Guia maior:	0,71cm
Talim / Guia menor:	0,35cm



Ao centro, em destaque, o Brasão Heráldico do Marquês do Herval. Bocal e presilha da argola superior profusamente cinzeladas. Observa-se que o Brasão d'Armas está cercado, em destaque, por folhagens de louro e carvalho, símbolos da glória e do generalato.

Fama: figura mitológica angelical, soando com a destra uma trombeta “anunciando”, acima, o prelúdio do saque da lâmina diante de uma nova missão.

Na sinistra, segura uma coroa de louros.

Esplendor com troféus de guerra. Águia espalmada sobreposta às flâmulas, bandeiras, espadas e lanças.

O mesmo recurso decorativo é o que se verifica na reserva elíptica acima onde aparece no local da águia a figura de um leão. Esse último na Heráldica representa a bravura natural e a justiça e nobreza humana.

Vitória: o triunfo representado por divindade feminina sobre um orbe. A extremidade da ponteira da bainha é arrematada com a figura de um animal mitológico que se assemelha a um dragão.

Agradecimentos:

Cel Carlos Naccar do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx)

Cel Castro Alves da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX)

Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (MHEx/FC)

Instituto de Geografia e História Militar Brasileira

Professor Adilson Cesar Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fontes:

A reforma: Órgão Democrático (RJ). Edição de 17 de janeiro de 1871. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226440&pesq=%22espada%20de%20honra%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=1986>

BARROSO, Gustavo. **OSORIO, O CENTAURO DOS PAMPAS.** Ed. Guanabara, 1932. Disponível em:

<https://archive.org/details/OsrioOCentauroDosPampasGustavoBarroso/page/n27/mode/2up>.

CRUZ, Mário. **O SABRE DE HONRA DE OSÓRIO,** 1966. Petrópolis RJ.

Diário de São Paulo. Edição de 12 de setembro de 1871, pág. 2. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=%22espada%20de%20honra%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=6914>

Diário do Rio de Janeiro, 1871. Edição de 20 de Janeiro de 1871. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22espada%20de%20honra%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=26842

Jornal de Sergipe. Edição nº 104 de 24 de outubro de 1879, especial “O General Osorio” pág. 3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=228010&pagfis=337&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

Jornal do Commercio (RJ). Edição de 20 de janeiro de 1871. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&pesq=%22espada%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=1930

Monitor Campista. Edição de 11 de outubro de 1879, pág. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030740&pesq=%22espada%20de%20honra%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=4580>

O Guarany: Folha Ilustrada Literária, Artística, Noticiosa e Crítica. Rio de Janeiro, Edição de 29 de janeiro de 1871. Número 3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=748390&pagfis=22>

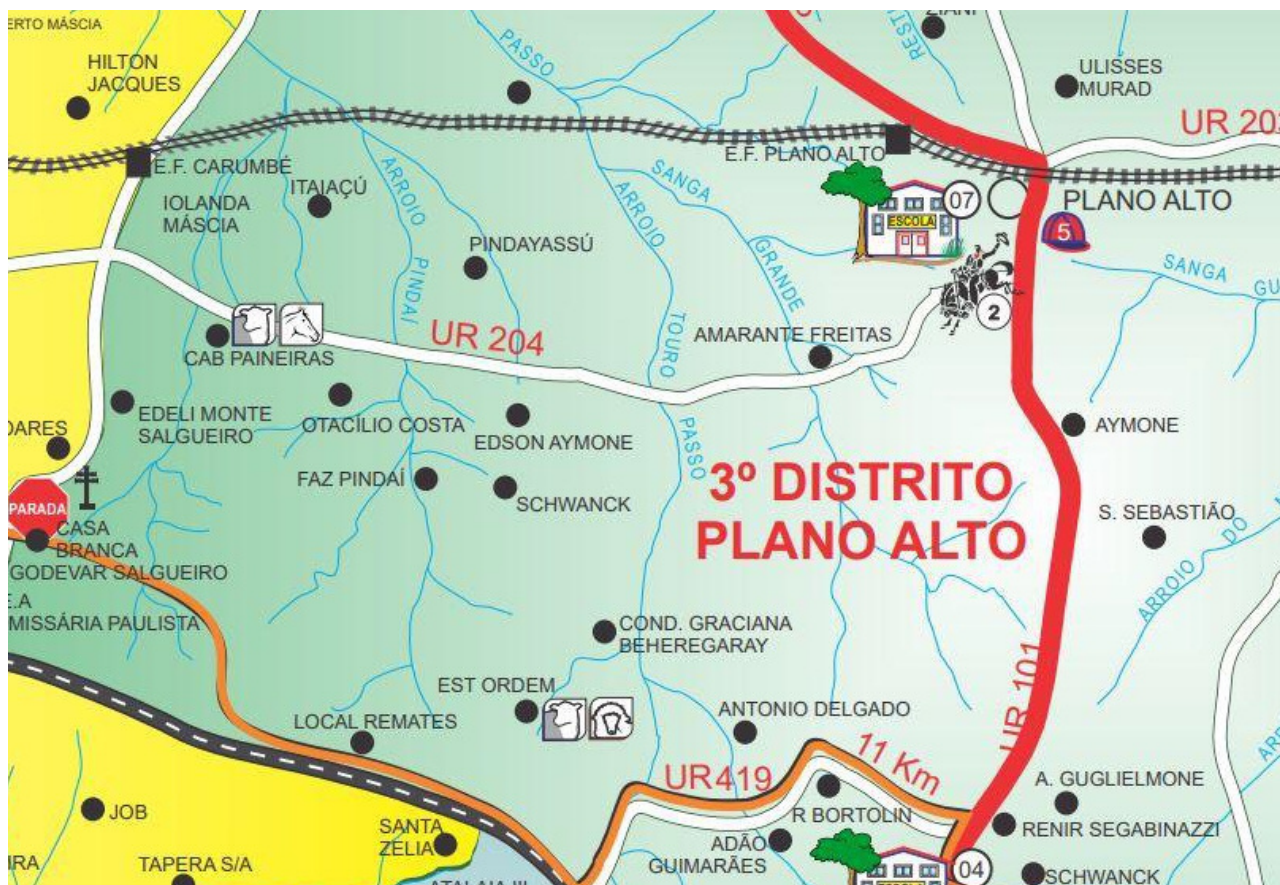
SILVA, Pretextato Maciel da. **Os generaes do Exército brasileiro de 1822 a 1889: Traços Biographicos.** Vol.1. Ed M. Orosco, 1906.

Iconografia:

Imagens cedidas pelo Museu Histórico do Exército / Forte de Copacabana, capturadas e editadas pelos autores.

Anexos:

ANEXO A – MAPA DA REGIÃO RURAL DE URUGUAIANA-RS, ARROIO PINDAÍ





ANEXO B - ANÚNCIO PUBLICITÁRIO VEICULADO NO JORNAL DO COMMERCIO (RJ) ANNO 49 ED. 58 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1870



ANEXO C - PUBLICIDADE DO ARTISTA JOSÉ BERNA, ENVOLVIDO NO PROJETO DA ESPADA DE HONRA, VEICULADA COMERCIALMENTE EM 1865, NO JORNAL DO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO.



ANEXO D - "ARMAS IMPERIAIS" ESCULPIDO EM MÁRMORE PELO ARTISTA JOSÉ BERNA, NA DÉCADA DE 1860, NO RIO DE JANEIRO.

As primeiras décadas de atuação da Polícia Militar no litoral do Paraná: Da emancipação Política ao final do Período Imperial (1854-1889)

Fernando Mendes Coelho¹

RESUMO: A historiografia a respeito da Força Policial no Paraná na segunda metade do século XIX é escassa, sobretudo no interior e litoral do Estado. Diante desta questão, o esforço em propor uma historiografia da região litorânea que compreende os anos de 1854 a 1889 é necessária para reconstruir não só aspectos da aplicação da força policial, mas também de resgatar elementos que corroboram para contextualizar a segurança pública em um período que carece de produções historiográficas locais. Perante este desafio, proponho um recorte temporal que marca a criação da Polícia Militar do Paraná no ano de 1854 com a Lei Provincial nº7 de 10 de agosto, até o final do período Imperial no Brasil em 1889. Este recorte permite identificar a dinâmica e estruturação dos primeiros anos da Força Policial no Paraná e suas correlações com o contexto nacional e regional, permitindo uma análise documental que compreende dimensões locais e nacionais.

Palavras-chave: Litoral do Paraná; Força Policial; Polícia Militar do Paraná; História da Polícia Militar.

ABSTRACT: The historiography about the Police Force in Paraná in the second half of the 19th century is scarce, especially in the interior and coast of the State. Faced with this issue, the effort to propose a historiography of the coastal region that comprises the years from 1854 to 1889 is necessary to reconstruct not only aspects of the application of the police force, but also to rescue elements that corroborate to contextualize public security in a period that lacks local historiographical productions. Faced with this challenge, I propose a time frame that marks the creation of the Military Police of Paraná in 1854 with Provincial Law nº 7 of August 10, until the end of the Imperial period in Brazil in 1889. This clipping allows us to identify the dynamics and structuring of the first years of the Police Force in Paraná and its correlations with the national and regional context, allowing a documental analysis that includes local and national dimensions.

Keywords: Coast of Paraná; Police Force; Military Police of Paraná; History of the Military Police.

Introdução

A proposta principal do artigo é resgatar a história das primeiras décadas de atuação da Polícia Militar do Paraná no Litoral do Estado. Para compreender tal objetivo, o recorte temporal compreendido

¹ Soldado da Polícia Militar Paraná, lotado no 9ºBatalhão de Polícia Militar (Litoral). Graduado em Economia pela UFPR (2009); Licenciado em História pela UNESPAR (2016); Especialista em Metodologia de Ensino na Educação Superior UNINTER (2017); Mestre em História pela UFPR (2019) e doutorando em História pela UFPR (2019-). Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/5388337427306850>.

será do ano de 1854 a 1889. Os marcos históricos são a criação da Polícia Militar do Paraná, chamada na época provincial de Força Policial, criada pela Lei nº7 de 10 de agosto de 1854, promulgada pelo Presidente da Província Zacarias Goes de Vasconcelos, até o ano de 1889 quando foi proclamada a República no Brasil. Com a Proclamação da República, o Paraná passa a ser considerado um Estado brasileiro, encerrando o Período Provincial. Historiograficamente o artigo ocupa-se do recorte que vai da Emancipação Política do Paraná até a Proclamação da República do Brasil, demonstrando que aspectos políticos e conjunturais influenciaram na formação da Força Policial Estadual do Paraná, pois, a Lei nº7 de 1854 só foi possível em virtude do processo de emancipação política, e ao longo das primeiras décadas da sua atuação, a Força Policial do Paraná convivia com tensões internas através dos arranjos populacionais que envolviam indígenas, escravidão e chegada de imigrantes, tensões políticas pela criação de novos municípios e ocupação de terras, e também externas com a Guerra do Paraguai entre 1864 a 1870. Diante destas questões contextuais, o foco de análise partirá de questões macro (a nível do Estado) para micro (a nível da região do litoral). Busco reconstruir a atuação da Força Policial no Litoral do Paraná passando dos dados Estaduais para os Locais, bem como perceber quais eram os perfis de ocorrências atendidas nestas primeiras décadas de implantação. As inferências tornam-se possíveis considerando o uso de documentos oficiais extraídos através do Arquivo Público do Paraná, por meio de relatórios provinciais, leis provinciais e do Mapa da Força Policial do Estado. O diálogo entre as fontes permite reconstruir o ambiente histórico e a atuação da Força Policial no Litoral do Paraná durante a segunda metade do século XIX.

O contexto histórico da Emancipação Política do Paraná (1853) e da criação da Força Policial da Província (10 de agosto de 1854).

Para organizar a discussão do ponto a respeito do processo de emancipação política do Paraná, realizei a busca em material historiográfico, servindo como base os textos de Ruy Wachowics em capítulo sobre o tema na obra História do Paraná (2001), assim como no trabalho História do Paraná (séculos XIX e XX) publicado no ano de 2012, de autoria de Ângelo Priori et al. Outros trabalhos historiográficos também abordam o assunto, como a obra de João Borba Camargo, intitulada História do Paraná: 1500-1889, publicada no ano de 2004. É possível obter informações, porém, através de um recorte mais específico aos municípios de Paranaguá e Curitiba na dissertação de Mestrado de Caroline Silva Severino, chamada A dinâmica do poder e da autoridade na Comarca de Paranaguá e Curitiba (2009). Complexificam a análise outros trabalhos como o de Ricardo da Costa Campinas, o qual faz parte de uma coletânea por Rita Inocêncio e outros autores, que tem como título Paraná, espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos (2005). O texto de Ricardo da Costa Campinas contribui para pensar a emancipação política e as alternativas de poder, oriundas de um processo complexo que reuniu uma série de elementos internos ao Paraná e externos ao Brasil que se correlacionavam impactando nas decisões a respeito da emancipação política do Paraná dentro do processo histórico. Outras informações a respeito do tema são encontradas em meios virtuais estaduais, e com característica oficial, como no site da Secretaria de Estado e Cultura do Paraná. O volume quatro

da Coleção História do Paraná, publicada pelo Governo do Estado no ano de 2001 traz o texto de Marion Brepohl de Magalhães, chamado Paraná: Política e Governo, o qual também contribui para a compreensão do momento político do século XIX que levou a constituição do processo de emancipação política do Estado.

Considerando o que foi posto, apresentarei cronologicamente as datas que são consideradas marcos dos movimentos emancipatórios do Paraná. Primeiramente o ano de 1811, logo após a chegada da família imperial ao Brasil, aglutinou-se na 5ª Comarca a possibilidade de pleitear junto à Dom João VI a emancipação do território. Para tal intento foi designado Pedro Joaquim Correa de Sá, representante da Câmara de Paranaguá para ir até o Rio de Janeiro. O esforço de interseção junto a Dom João VI falhou, tendo o pedido de emancipação negado. Um ano após ocorre uma mudança significativa que afetou as relações políticas internas da 5ª Comarca, isto é, Dom João VI assina uma modificação em que a capital passa a ser Curitiba e não mais Paranaguá. Internamente as elites de Paranaguá tiveram um descontentamento com a decisão. Em 1821 acontece a Conjura Separatista. A partir de 1815 o Brasil é levado a Reino Unido a Portugal e Algarves. Mudanças dentro da Europa durante as guerras napoleônicas, mudança de leis e a formação de constituições liberais impulsionaram novamente as elites políticas paranaenses a pleitearem a emancipação junto a Coroa. A conjura separatista não surtiu efeito, sendo que muitos membros foram punidos e presos pela tentativa forçada de emancipação.

A situação muda a favor do Paraná a partir do ano de 1835 com a eclosão da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, a qual rapidamente avançou sobre Santa Catarina, avançando rapidamente até o território paranaense, por outro lado em São Paulo aconteceu no ano de 1842 a Revolução Liberal de Sorocaba, impulsionada pelos ideais trazidos da Europa inspirados na Revolução Francesa. O Paraná encontrava-se no meio das duas revoluções. Neste contexto de pressões políticas e sociais, Dom Pedro II encontrou dificuldades em manter o território e os territórios ocupados pelos revoltosos. Desta forma, Dom Pedro II propõe um acordo entre o governo central e as pessoas que desejavam a emancipação política do Paraná. No acordo constava que a 5ª Comarca não deveria se envolver nestes processos revolucionários e cumprindo sua parte haveria todo um esforço do governo central em apoiar o desmembramento da 5ª Comarca em relação a São Paulo.

Em 1843 é apresentado o projeto de emancipação do Paraná na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, porém foi amargado mais um insucesso na tentativa de emancipar o território. Em 1853 ocorrem uma sequência de eventos que permitiram finalmente a emancipação política do Paraná. No dia 02 de agosto o projeto de emancipação foi aprovado para discussões. Em 29 de agosto o projeto foi sancionado por Dom Pedro II através da Lei nº704, cumprindo o que havia prometido em troca da promessa feita aos representantes da 5ª Comarca em relação ao não envolvimento com as revoltas de anos anteriores. Finalmente no dia 19 de dezembro ocorre a instalação da Província do Paraná na cidade de Curitiba, tendo como primeiro presidente Zacarias Goes e Vasconcelos. As primeiras medidas tomadas pela nova administração foram a construção de estradas para o melhoramento da infraestrutura e escoamento da produção e a divisão da província em três comarcas, sendo elas Curitiba, Paranaguá e Castro.

Foi um longo caminho até a emancipação política do Paraná, e diante da autonomia provincial uma das primeiras demandas foi criar uma Força Policial da Província, separada da Guarda Nacional

que já atuava no território paranaense. O processo de estruturação foi lento, havendo um distanciamento entre a lei que criou a força policial e sua devida organização e recrutamento de efetivo policial. No entanto, existia uma atenção especial e expectativas de rápida estruturação da Força Policial do Paraná, tendo em vista que uma das garantias da autonomia da província estava na organização de suas forças policiais subordinadas ao Presidente da Província, garantindo controle do Estado sobre seu território e sobre a população que se encontrava em ebulição em virtude das mudanças políticas e sociais pela qual passava a Província do Paraná. A Força Policial na sua criação apresentava como missão primordial garantir os poderes da província e se deparava com um Paraná em processo de organização demográfica, com grandes territórios ociosos que viriam a ser ocupados por imigrantes ao longo do século, possibilitando consequentemente a organização econômica através das fazendas de Erva Mate que se integravam ao Ciclo da Erva-mate que se iniciou em 1820 e durou até a primeira metade do século XX.

Quase um ano após a Emancipação Política do Paraná, Zacarias Goes de Vasconcelos promulga a Lei nº7 de agosto de 1864, criando a Polícia Militar do Paraná:

Assim surge legalmente a Força Policial da Província do Paraná, que futuramente passou a ser chamada de Polícia Militar do Paraná. A grande maioria da população a ser atendida pela Força Policial concentra-se na região litorânea do Paraná e no planalto de Curitiba, e, na medida em que analisamos o interior do Estado é perceptível que as cidades, vilas e ocupações estão mais fragmentadas no território, dificultando o acesso do efetivo e a estruturação da Força Policial no interior. Como forma de visualizar a área de atuação da Força Policial Provincial reproduzo um mapa datado do ano de 1885, período que compreende o recorte temporal adotado neste artigo:

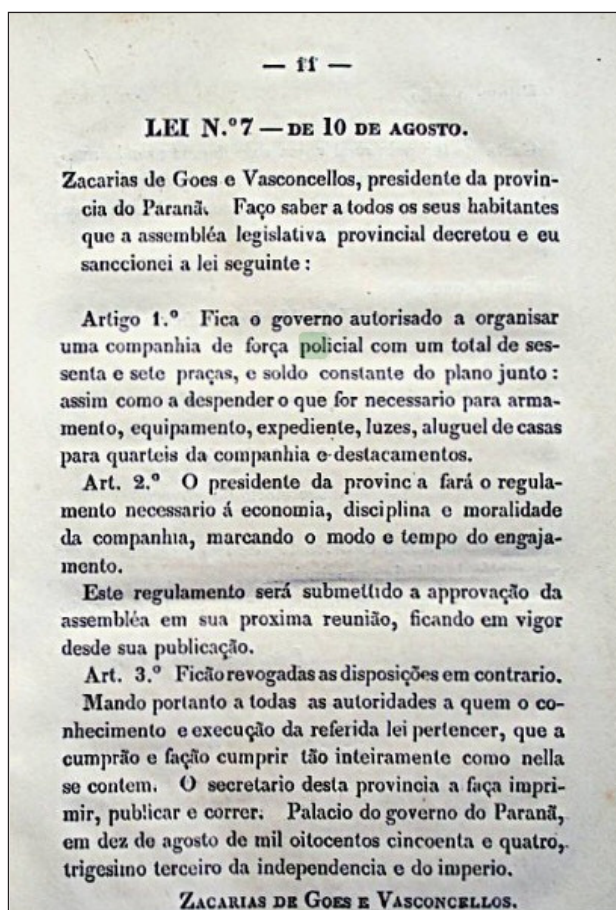
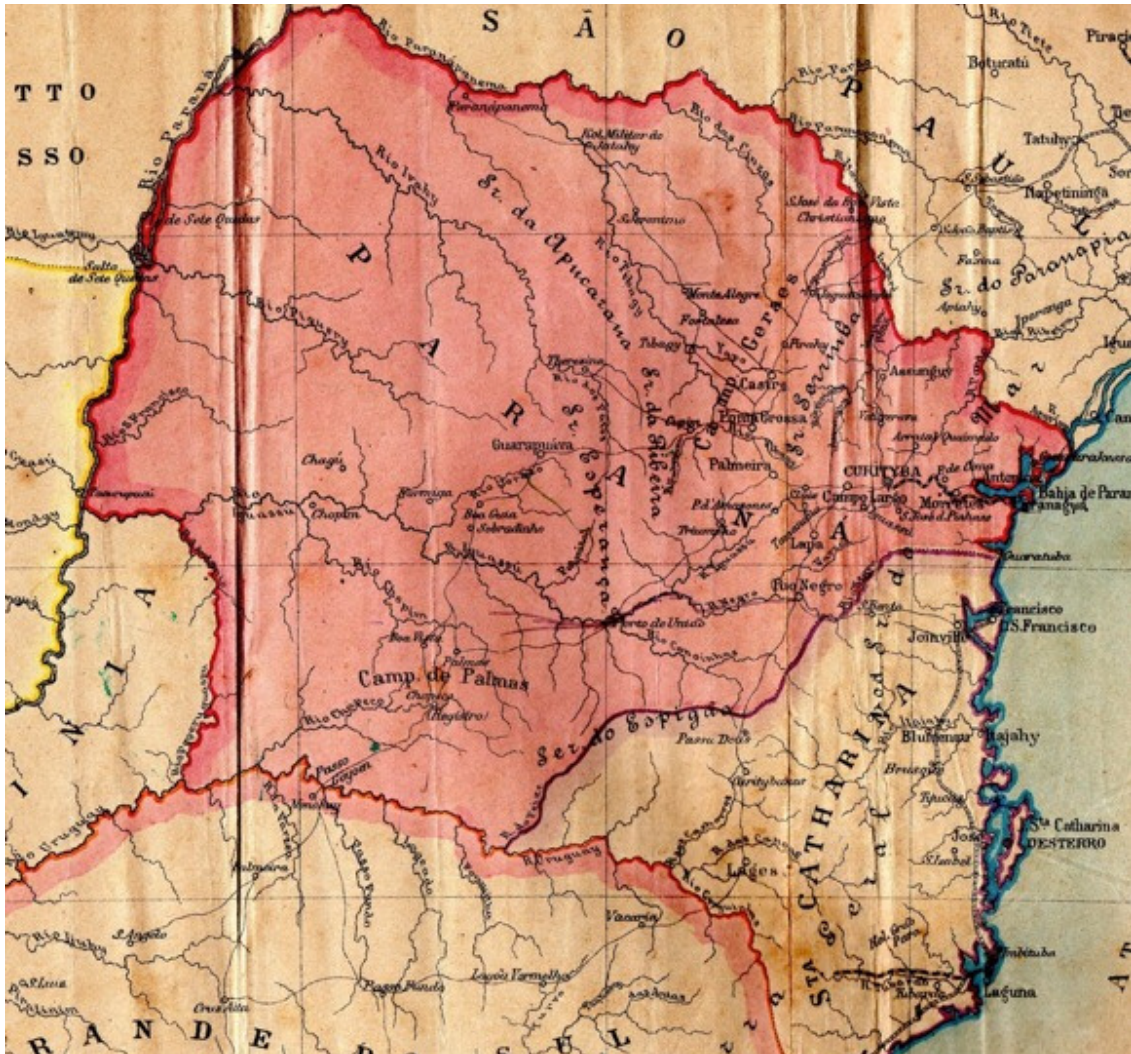


Imagem 1: Lei nº7 de 10 de agosto de 1864
Fonte: Leis Provinciais (Arquivo Público do Paraná)



Mapa 1: Província do Paraná no ano de 1885
Fonte: Carta da República dos Estados Unidos do Brasil.

Compartilhavam a responsabilidade da segurança pública com a Força Militar a Guarda Policial comandado por um delegado e a Guarda Nacional. Não abordo ao longo do artigo estas outras forças tendo em vista que meu objetivo no artigo é dar enfoque para a Força Militar, que posteriormente veio a ser chamada de Polícia Militar do Paraná. Como forma de ilustrar, mas sem os devidos aprofundamentos, reproduzo como eram divididas as linhas de atuação policial na Província, divididas em 3 partes.

FORÇA PUBLICA.

Considerando a força publica dividida em 3 partes— primeira linha, policia, e guarda nacional —, de todas, ainda que somente a de policia seja de vossa alçada, passo a dar-vos alguns esclarecimentos, porque, na fixação da especie de força sobre que legislaes, pode influir o conhecimento do estado das outras.

Imagem 2: A divisão da força pública em 3 partes
Fonte: Relatório do Presidente da Província de 15 julho de 1854

Feita as considerações historiográficas, geográficas e factuais, no próximo tópico aprofundo a análise sobre a Força Policial, primeiramente identificando a evolução do seu efetivo a nível de Paraná e posteriormente a nível de Litoral da Província.

A estrutura da Força Policial na Província do Paraná e no seu Litoral.

Este tópico tem como objetivo verificar a evolução do efetivo da Força Policial no Litoral do Paraná, no entanto, avalio primeiramente os planos provinciais de consolidação e crescimento do efetivo no Estado do Paraná. Lembrando que os planos muitas vezes não correspondem à realidade do efetivo, pois na fase inicial da criação da Força Policial muitos problemas logísticos e de recrutamento de praças e oficiais foram encontrados. Não é raro nos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná reclamações referentes ao grande número de deserções e de poucos voluntários para assumir as funções demandadas. Desta forma, o primeiro esforço é fazer um compilado dos planos de evolução do efetivo da Força Policial no Paraná entre 1854 e 1889, posteriormente apresento a diferença entre a expectativa e realidade da aplicação do efetivo através dos reclames encontrados nos relatórios. Em um segundo momento aprofundo a análise para o Litoral do Estado, identificando o quantitativo de praças e oficiais aplicados no Litoral comparativamente com todo o Estado.

Na análise das fontes e dos “Mappas da Força”, onde se encontram as planilhas com o efetivo, algumas lacunas são identificadas, não sendo possível preencher os dados dos seguintes anos: 1862, 1863, 1864, 1870, 1883 e 1885. Desta forma, apresento o seguinte quadro:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL ENTRE 1854-1889 NO PARANÁ												
ANO / TOTAL	POSTO / GRAD											
	Tenente Coronel	Major	Capitão	Tenente	Alferes	1ºSargento	2º ditos	Furriel	Cabos	Cornetas / Músicos	Soldados	Total
1854	0	0	1	1	1	1	2	1	8	2/0	50	67
1855	0	0	1	1	1	1	2	1	8	2/0	50	67
1856	0	0	1	1	2	1	2	1	8	2/0	82	100
1857	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	134	150
1858	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	134	150
1859	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	134	150
1860	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	134	150
1861	0	0	1	1	2	1	2	1	6	2/0	104	120
1862	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1863	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1864	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1865	0	0	1	1	2	1	1	1	2	Feb-16	34	71
1866	0	0	1	1	2	1	1	1	2	Feb-16	42	79
1867	0	0	1	1	2	1	1	1	2	Feb-16	51	80
1868	0	0	1	1	2	1	1	1	2	Feb-16	51	80
1869	0	0	1	1	1	1	1	1	2	Jan-16	25	50
1870	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1871	0	0	1	1	1	1	2	1	8	Feb-16	100	117
1872	0	0	1	1	2	1	2	1	8	Feb-16	100	118
1873	0	0	0	1	2	1	2	1	5	Feb-16	60	75
1874	0	1	0	1	2	1	2	1	5	Feb-16	60	75
1875	0	1	2	2	5	3	5	2	10	Feb-20	150	182
1876	0	1	2	2	5	3	5	2	10	Feb-20	150	182
1877	0	1	2	2	5	3	5	2	10	Feb-20	150	182
1878	0	1	2	2	5	3	5	2	10	Feb-20	150	182
1879	1	0	0	2	4	4	4	2	10	Feb-20	150	180
1880	1	0	2	2	4	4	5	2	10	Feb-20	180	212
1881	1	0	0	3	5	4	5	2	10	Feb-20	180	210
1882	1	0	0	2	3	7	4	2	10	Feb-20	160	189
1883	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	1	0	0	1	3	3	4	-	12	1/-	125	150
1885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1886	1	0	0	1	3	3	4	-	12	1/-	145	170
1887	1	0	0	1	3	3	4	-	12	1/-	145	170
1888	0	0	1	0	0	1	4	-	10	1/-	116	134
1889	0	0	1	0	0	1	4	-	10	1/-	116	134

Quadro 1: Evolução do efetivo da Força Policial entre 1854-1889

Fonte: Elaboração própria.

Na análise do quadro da evolução do efetivo da Força Policial do Paraná é perceptível o avanço no quantitativo entre 1854 e 1860, passando de 67 policiais em 1854 para 150 em 1860. Neste mesmo intervalo de anos o número de oficiais permanece praticamente constante variando entre três e quatro, nos postos de alferes, tenente e capitão. No ano de 1861 ocorre uma redução de 30 soldados, caindo de 134 em 1860 para 104 em 1861. A interpretação para esta queda corresponde aos problemas de recrutamento de praças nos primeiros anos de atuação da Força Policial em que a quantidade de deserções era grande, bem como a dificuldade de encontrar pessoas que se enquadrassem no regulamento militar da instituição, além dos baixos soldos oferecidos as praças e oficiais nos primeiros anos de estruturação da Força Policial do Paraná. Durante os anos de 1862 a 1864 não foram encontrados os “Mappas da Força” nos relatórios do Presidente da Província do Estado. Em 1865, quando a apresentação do “Mappa da Força” é retomada percebe-se a queda considerável do efetivo para 71 policiais, sendo apenas 34 soldados. Durante 1865 e 1870 o encolhimento da Força Policial do Paraná é motivada pelos esforços de enviar efetivo para combater na Guerra do Paraguai através dos Voluntários da Pátria. Os Voluntários da Pátria surgiram por meio de uma iniciativa do Império para reforçar as forças militares para comporem o Exército Brasileiro no conflito Sul-americano. Nesta fase, o momento mais crítico foi o ano de 1869, quando o conflito já perdurava há mais de 4 anos, reduzindo o efetivo total da Força Policial para apenas 50 homens em toda a Província do Paraná. No ano de 1870, quando marca o final da Guerra do Paraguai e consequentemente dos Voluntários da Pátria, não aparece o quantitativo do efetivo nos relatórios os dados do “Mappa da Força”. Em 1871 os dados voltam a aparecer, possivelmente em 1870 foi um ano de reestruturação da Força Policial, que passou por uma crise no seu efetivo e praticamente extinção de sua presença nas vilas e municípios da Província do Paraná. A década que compreendeu os anos de 1871 a 1881 marcou o crescimento do efetivo e a divisão da Força Policial em duas companhias para atender a província, passando de 117 policiais para 210. Após 1882 o efetivo oscila negativamente, caindo de 210 em 1881 para 134 em 1889. A década que compreende o declínio da Força Policial corresponde ao aumento de municípios e vilas adentrando o interior do território, sobretudo com as fazendas de Erva-mate e a colonização europeia com a vinda de imigrantes. Nesta última década do Brasil Império ocorreu um enfraquecimento do trabalho escravo, que já sofria tensões para sua abolição que veio de 1888. Eram comuns casos de fuga de escravos, havendo uma mudança da mão de obra escrava para o trabalho dos imigrantes nas fazendas.

Feitas as considerações sobre os dados do Quadro 1, continuo a investigação com a aproximação para o efetivo do Litoral do Estado. Busco evidenciar o quantitativo da força policial que atendia os municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba. Lembrando que nas configurações municipais do período analisado não existia o município ou vila de Pontal do Paraná (1995) e Matinhos (1938), que surgiram em décadas bem posteriores.

Os dados específicos em relação ao efetivo empregado em cada município do litoral apresentam muitas lacunas, não sendo possível verificar uma série de dados consistente nos primeiros anos de atuação da Força Policial. O que ocorre com os relatórios é a apresentação de números absolutos do efetivo, como foi possível preencher a totalidade do Quadro 1 com apenas algumas lacunas explicadas principalmente pelo período da Guerra do Paraguai, para os quadros seguintes separados por municípios, em que os dados se apresentam mais fragmentados. Diante disto, os números mais específicos para os municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba são melhores

evidenciados após a criação da 2ª Companhia da Força Policial, desmembrada da Capital, mesmo assim existe carência quantitativa em relação à evolução do efetivo em tempos tão escassos de dados.

Apresento inicialmente o Quadro 2, com o respectivo efetivo do município de Paranaguá:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM PARANAGUÁ (1858-1886)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1858	0	0	1	0	1	0	20	22
1868	0	1	0	0	0	2	13	16
1870*	0	1	0	0	0	0	11	12
1873*	0	0	1	0	0	0	14	15
1874*	0	0	1	0	0	0	18	19
1875*	0	0	1	0	0	0	12	13
1876	1	0	0	0	1	0	20	22
1877	0	1	0	0	0	1	13	15
1878	0	0	1	0	1	0	14	16
1879	0	0	0	0	1	0	13	14
1880	0	0	0	1	0	0	12	13
1882	0	0	1	0	1	0	12	14
1884	0	0	0	0	0	1	11	12
1886	0	0	1	0	0	2	12	15

Quadro 2: Evolução do efetivo da Força Policial em Paranaguá (1858-1886)

Fonte: Elaboração própria.

*Apenas refere a quantidade de praças, sem especificar a graduação

Ao longo dos anos referenciados o efetivo policial em Paranaguá oscilou atingindo efetivo mínimo em 1870 e 1884 com 12 policiais e máximo nos anos 1858 e 1876 com 22 policiais atendendo o município. As flutuações podem ser explicadas em virtude do contexto macro do efetivo total do Estado, que também oscilou nestes intervalos principalmente com a redução geral do efetivo durante a Guerra do Paraguai. A partir de 1876 quando ocorreu um aumento do efetivo com posterior queda, a explicação recai na distribuição do efetivo nos municípios de Antonina e Morretes, que apresentaram um crescimento do efetivo inversamente proporcional à diminuição do efetivo de Paranaguá no decorrer da segunda parte da década de 70 do século XIX. Destaco que nos dados anteriores à 1875 não aparecem os quantitativos dos municípios de Antonina e Morretes, em que possivelmente o efetivo total do Estado estava concentrado em Paranaguá após a reestruturação geral do efetivo da Força Policial pós-Guerra do Paraguai.

Avançando para o município de Antonina, ocorre uma restrição ainda maior na qualidade dos dados quantitativos da tropa. Mesmo assim é possível estabelecer um quadro comparativo:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM ANTONINA (1858-1886)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1858	0	0	0	0	0	1	5	6
1875	0	0	0	0	0	0	6	6
1876	0	0	0	0	0	1	5	6
1877	0	0	0	0	0	1	5	6
1878	0	0	0	0	0	1	5	6
1879	0	0	0	0	0	1	1	2
1880	0	0	0	0	0	1	3	4
1882	0	0	0	0	0	1	4	5
1884	0	0	0	0	0	0	5	5
1886	0	0	0	0	0	0	8	8

Quadro 3: Evolução do efetivo da Força Policial em Antonina (1858-1886)

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados coletados, atendia o município de Antonina cabos e soldados, variando de 2 policiais em 1879 a 8 policiais em 1886. Verifica-se uma brusca diminuição de efetivo em 1879, caindo de 6 policiais para apenas 2. Não foi encontrado nas referências a causa desta queda, pois partir do ano que seguiu, 1880 o efetivo voltou a oscilar positivamente. Como se tratava de um efetivo muito reduzido, talvez a causa da queda tenha sido localizada, em que provavelmente os 4 soldados poderiam ter desertado em comum acordo. Em 1886 houve um aumento do efetivo de Antonina para 8 policiais.

Avanço a investigação para o município de Morretes, o qual atingiu o mínimo de policiais em 1858, 1875, 1876, 1877 e 1880 com 4 policiais, e máximo de 11 policiais em 1884. Os dados disponíveis demonstram uma relativa estabilidade no efetivo de Morretes até avançar a partir de 1884. Segue o Quadro 4:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM MORRETES (1858-1886)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1858	0	0	0	0	0	1	3	4
1875*	0	0	0	0	0	0	4	4
1876	0	0	0	0	0	1	3	4
1877	0	0	0	0	0	1	3	4
1880	0	0	0	0	0	1	3	4
1882	0	0	0	0	0	0	6	6
1884	0	0	0	0	0	1	10	11
1882	0	0	0	0	0	1	7	8

Quadro 4: Evolução do efetivo da Força Policial em Morretes (1858-1886)

Fonte: Elaboração própria.

* Apenas refere a quantidade de praças, sem especificar a graduação

O efetivo de Morretes supera o de Antonina ao longo dos anos que apresentam dados disponíveis, momento em que localmente a quantidade de ocorrências aumenta em Morretes, justificando tanto a realocação do efetivo de Paranaguá, quanto a ampliação do policiamento. Os quadros posteriores para os municípios de Guaraqueçaba e Guaratuba apresentam dados apenas pontuais, devido à escassez ou até a não aplicação de policiamento nestes municípios nos anos analisados no recorte temporal deste artigo.

Seguem os quadros 5 e 6 que apresentam a evolução da Força Policial em Guaraqueçaba e Guaratuba:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM GUARAQUEÇABA (1858)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1858	0	0	0	0	0	1	5	6

Quadro 5: Evolução do efetivo da Força Policial em Guaraqueçaba

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 5 revela um efetivo de 6 policiais em Guaraqueçaba (Guarakessava). Não existem dados ou menções a respeito da movimentação do efetivo em data anterior ou posterior.

Sobre o policiamento na região de Guaratuba, surgem dados para os anos de 1876 e 1877, havendo uma oscilação negativa de 4 policiais em 1876 para 2 policiais em 1877.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA FORÇA POLICIAL EM GUARATUBA (1876-1877)								
ANO / TOTAL EFETIVO	POSTO / GRAD							
	Capitão	Tenente	Alferes	1º Sargento	2º Dito	Cabo	Soldado	Total
1876	0	0	0	0	0	1	3	4
1877	0	0	0	0	0	0	2	2

Quadro 6: Evolução do efetivo da Força Policial em Guaratuba
Fonte: Elaboração Própria.

Através dos quadros elaborados nesta seção foi possível visualizar, apesar das lacunas, como era dividido o policiamento nos municípios do Litoral da Província do Paraná durante a segunda parte do século XIX. O esforço quantitativo foi válido na medida em que a compilação revela um esforço inicial de estruturação do policiamento estadual na região. Na próxima seção abordo algumas ocorrências atendidas e seus aspectos históricos, este esforço permite reconstruir historicamente as relações sociais e de segurança pública através da reflexão sobre os crimes praticados na região.

Tranquilidade Pública e segurança individual: o perfil das ocorrências

Após discutir quantitativamente a distribuição e evolução do efetivo do litoral do Estado, o seguinte passo é refletir sobre a situação da segurança pública na região através da análise das ocorrências descritas nos relatórios do Presidente da Província. Os relatórios apresentam quadros gerais com as ocorrências atendidas na totalidade da província, complementado com relatos breves dos casos. Optei por nesta seção reproduzir imagens com trechos dos relatórios, para que possa ser apreciada na narrativa original. Primeiramente reproduzo algumas imagens de quadros para visualizar o quantitativo geral das ocorrências, as quais eram pouco volumosas, porém chamavam a atenção da população das pequenas vilas e municípios.

MAPPA dos homicídios, tentativas do mesmo, ferimentos graves, roubos, falsidade, estellionato, tirada de presos, suicídios e mortes casuaes que tiveram logar nesta Provincia do Paraná, durante o anno de 1858.

COMARCAS.	MUNICIPIOS.	CRIMES.											
		Homicídio	Tentativa do mesmo	Ferimentos graves	Ditos leves	Roubos	Estellionato	Tentativa de rapto	Tirada de presos	Falsidade	Suicídios	Mortes por escursão de indios	Mortes casuaes
Curityba	Curityba	6	1	6	5		1	1		1			4
	Principe	5	1		5						1		1
Paranaguá	Antonina					2	1						
	Morretes	1	1	3		2	1		1				1
Castro	Castro	1		3		2			1		1		3
	Guarapuava											4	
Sommas parciaes.....		13	3	12	10	6	3	1	1	2	2	4	14
Sommas geraes.....		51									2	4	14

OBSERVAÇÕES.

Dos homicídios, dous foram feitos com o fim de roubar, um no rocio desta capital contra um velho chim, por um moço que consta ter más inclinações desde pequeno; e outro no Principe por um individuo da Faxina, que andava em viagem nesta provincia, bem como sua victima, que era mineiro. Dos suicídios um teve logar por enforcamento, e outro suppõe-se que por afogamento. As mortes casuaes aconteceram do seguinte modo: por fulminação 2, por queda de cavallo 2, por armas involuntariamente disparadas contra si pelos pacientes 2, por afogamento (sendo victimas destas as sete praças que seguiram para Matto Grosso com o contingente) 8; sobre o crime de tentativa de rapto procede-se á averiguações.

Repartição da policia do Paraná, em Curityba, 13 de Novembro de 1858

Imagem 3: “Mapa” dos crimes no Paraná em 1858.

Fonte: Relatório do Presidente da Provincia do Paraná (07 de janeiro 1859, Anexo 1).

O trecho do relatório reproduzido revela que no ano de 1858 houve muitos crimes registrados, sobretudo na cidade de Morretes, constando 1 homicídio, 1 tentativa de homicídio, 3 ferimentos graves, 2 roubos, 1 estellionato, 1 falsidade e 1 morte casual. Enquanto em Antonina foi registrado 2 roubos e 1 estellionato.

Outra imagem, mostra a captura de autores de crimes nas cidades litorâneas no intervalo entre 1857 e 1858:

MAPPA dos criminosos capturados nesta Provincia do Paraná desde 17 de Outubro de 1857 até hoje.

LOCALIDADES	NUMERO DOS BEOS	QUALIDADES DOS CRIMES								
		Homicídios	Tentativas do mesmo	Verimentos graves	Estelionatos	Dano e uso de armas	Furto de gado	Roubos	Falsidades	Desvios
Curitiba	15	2	1	4	2	1				3
Príncipe	17	7	3	3		1			2	3
Rio Negro	3	2								1
Yguassú	4	2				1				1
Votuverava	1		1							
Palmeira	4	3								1
S. José dos Pinhães	4		1	2						1
Paranaguá	6			2						4
Antonina	10	1	1		4			2	1	1
Morretes	27	4		1				21		1
Guaratuba	2	2								
Ponta Grossa.	4	1	1					2		
Castro	5		2							2
Jatahy	1	1								
Somma.....	103	25	10	12	6	3	1	25	3	18

Repartição da policia do Paraná, em Curitiba, 13 de Novembro de 1858.

Imagem 4: “Mappa” dos criminosos capturados na Província do Paraná entre 1857-1858
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (07 de janeiro 1859, Anexo 2).

O relatório demonstra uma intensa atividade de captura e prisão de criminosos, com Morretes se destacando com 27 prisões, sendo que deste total 21 foram presos por roubo, dado que chama a atenção, pois quantitativamente a Província apresentou 25 prisões de autores de roubo. Das 25 prisões por roubo, 23 foram no Litoral, sendo que as outras duas aconteceram em Antonina. A grande quantidade de presos por roubo em Morretes apresenta uma discrepância quando verificamos o quantitativo de roubo em 1858, quando são registrados no relatório da Imagem 3, apenas dois roubos em 1858. Uma interpretação possível é que a grande quantidade de prisões teria causado a diminuição das ocorrências de roubo no decorrer de 1858.

No geral são percebidos no breve recorte das ocorrências no litoral entre 1857 e 1858 alguns homicídios, que são representativos considerando a reduzida população da região para a época, e a grande quantidade de roubos e prisões por roubo em Morretes. Ainda insistindo na análise deste dado discrepante quando comparado com outras regiões, uma interpretação é que havia desmandos e uso da força para subtrair bens alheios em virtude da ausência de segurança pública no município. Alguns

cuidados são necessários para que não se cometam anacronias, pois, não devemos pensar os padrões técnicos da aplicação da segurança pública contemporâneos aplicados em meados do século XIX, pois naquele período o policiamento era mais intuitivo e experimental, e muitas vezes relacionado aos interesses políticos e econômicos locais. Deixando a análise subjetiva, a qual não temos elementos nas fontes históricas suficientes para elaborar conclusões, pauto a interpretação apenas em dados quantitativos de ocorrências e de prisões.

Avançando sobre as ocorrências específicas, eram comuns ocorrências envolvendo escravos e imigrantes, inclusive com assassinatos. Reproduzo algumas narrativas destes crimes na região litorânea:

No dia 21 do referido mez na colonia Alessandra, districto de Paranaguá, o italiano José Catani assassina a um seu compatriota de nome Fontenario. O delinquente foi preso no dia 28, nesta capital quando procurava fugir a acção da justiça. Catani foi condemnado á 14 annos de prisão simples. Houve appellação para a relação do districto.

No dia 10 de Agosto, no districto de Antonina, o allemão Augusto Schereber, tendo uma questão com José, escravo do bacharel Manoel Alves de Araujo, precipitou o referido escravo do caes abaixo, resultando dessa queda a morte do offendido.

Imagem 5: Homicídio de imigrante e de escravo
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1877, p.15).

No trecho apresentado encontram-se duas situações distintas. A primeira relata o assassinato do italiano Fontenario, compatriota do autor de nome José Catani, prisão efetuada em Curitiba. O caso pode proporcionar a reflexão que também ocorriam desacordos entre imigrantes, levando a situações de agressões, ferimentos e até homicídios como é o caso. Outro ponto de tensão é em relação a propriedade e crimes envolvendo escravos, em que no exemplo exposto o alemão Augusto Schereber assassinou o escravo José, de propriedade do bacharel Manoel Alves de Araújo. Considerando as revoltas de escravos, ocorriam muitas fugas e ações violentas dos escravos em relação aos seus senhores. Todas estas questões sociais, envolviam a segurança pública nestes primeiros anos de atuação da Força Policial na Província do Paraná.

Ainda sobre os distúrbios envolvendo imigrantes, em Paranaguá no ano de 1879 aconteceu um caso envolvendo russos:

DISTURBIO.

Comarca de Paranaguá,

AbriL.—Houve no dia 17 deste mez, na cidade de Paranaguá, segundo telegramma recebido do delegado de policia, um disturbio, sem consequencias funestas, entre os russos que ali se achavão em numero consideravel e alguns nacionaes, sendo levemente contundidos dois cidadãos.

Imagem 6: Distúrbio envolvendo imigrantes russos em Paranaguá
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1879, p.6).

Por ocasião da situação houve a informação via telegrama do ocorrido. É possível inferir que além das situações envolvendo imigrantes com imigrantes, como o caso do assassinato em Alexandra, existiam ocorrências de brigas generalizadas envolvendo imigrantes e nacionais. No caso acima apresentado existiam grandes diferenças étnicas entre russos e habitantes nativos da região. Apesar de envolver muitas pessoas, os desdobramentos foram pequenos com o saldo de apenas dois cidadãos contundidos. Não é relatado se os contundidos eram nacionais ou russos, mas é possível interpretar que sejam nacionais, considerando que se fossem russos poderiam ser referidos como imigrantes.

Outra ocorrência interessante foi um caso de moeda falsa em Paranaguá em 1879, em que o autor ainda tentou se desfazer das moedas jogando-as na praia. É interessante destacar que após a prisão do autor Domingos Nicolau Julio, foi verificado que a falsificação de moedas tinha correlação com outro caso em Curitiba. É possível verificar nesta situação, assim como a anterior em que o autor do assassinato em Alexandra foi preso em Curitiba, é que o acesso ao litoral era feito pelos criminosos pela Graciosa, o que motivou a Força Policial instalar barreiras para evitar a fuga de criminosos do litoral para Curitiba e de Curitiba para o litoral.

Segue o recorte em que é informado o caso da moeda falsa em Paranaguá e seus possíveis desdobramentos:

INTRODUÇÃO DE MOEDA FALSA METÁLICA.

Comarca de Paranaguá.

Janeiro.—No dia 15 deste mez, na cidade de Paranaguá, Domingos Nicolau Julio, na ocasião em que era preso, por ter promovido desordem, dirigiu-se á praia e jogou ao mar um pacote com moedas falsas de meia onça e de mil novecentos e vinte reis, que depois foram achadas e verificarão os peritos serem falsas. Foi sustentada a pronuncia em 5 de Março no artigo 175 do Código Criminal. Este crime tem relação intima com o que motivou a prisão de Domingos Pezotti e outros na capital.

Imagem 7: Introdução de moeda falsa metálica
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1879, p.5).

Além das ocorrências, os relatórios também revelam alguns aspectos práticos da atividade policial na província e no litoral, demonstrando que os policiais lotados no litoral passavam por problemas de origem psicológica e falta de estrutura física e logística para o atendimento das ocorrências. Este ponto é interessante destacar pois os primeiros anos foram marcados por diversas dificuldades estruturais, como organização e recrutamento do efetivo, armamento inadequado, bem como dependências administrativas inadequadas como quartéis e casas para os destacamentos. Diante das dificuldades e problemas psicológicos, destaco o suicídio do alferes Francisco Fontoura Mena Barreto, comandante do destacamento de Morretes em 1879:

Comarca de Antonina e Morretes.

Março. —No dia 5 de deste mez, na cidade de Morretes suicidou-se o alferes Francisco da Fontoura Mena Barreto, commandante do destacamento da quella cidade, disparando no craneo um tiro de rewolver.

A autoridade policial procedeu a auto de corpo de delicto e inquerito, que remetteu á promotoria publica.

Imagem 8: Suicídio do Alferes Francisco da Fontoura Mena Barreto
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1879, p.12).

Na continuidade da análise documental é percebida de forma mais acentuada a debilidade na estrutura no tocante à totalidade da província, que recebia um aumento de praças sem proporcional aumento das instalações dos quartéis e destacamentos, situação que também ocorreria no litoral:

Seguidamente as autoridades policiaes estão reclamando augmento de praças nos destacamentos, mostrando a insufficiencia destes e a impossibilidade em que se acham de emprehender certas diligencias indispensaveis para a manutenção da ordem, prevenção ou repressão de crimes.

Não têm ellas muitas vezes força para perseguir os criminosos, frustando-se a captura d'elles por esse motivo.

Outros, como Conchas, Guaratuba, Guarakessaba, Porto de Cima, S. João do Triumpho, Therezina, Thomasina, Ambrosios, etc., não têm uma só praça destacada.

Imagem 8: Debilidade na estrutura física dos quartéis e destacamentos
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1886, p.9).

O relato demonstra um aumento do efetivo, mas que ao mesmo tempo que teoricamente havia o avanço no número de praças, não se convertia em maiores índices de prisão de criminosos. É creditado ao problema estrutural a falta de motivação e ânimo, não é relatado, mas em conjunto com a estrutura física insuficiente a alimentação das praças também deveria ser precária, sobretudo com os quartéis e destacamentos cheios.

Dificuldades no recrutamento e problemas físicos nos quartéis e destacamentos

Esta seção retrata alguns problemas locais na estrutura da Força Policial, em que as queixas de falta de efetivo, fardamento e equipamentos adequados surgem a nível estadual, porém, reconhecendo que é um problema conjuntural da Força Policial nos primeiros anos de sua atividade, infere-se que estas mesmas dificuldades eram encontradas nos municípios do litoral. Por mais que os relatórios apresentem um quantitativo de praças, eles poderiam oscilar ao longo do ano. Esse é um problema quando se adota uma medida quantitativa, em que muitas vezes não são captados alguns contextos que

envolvem a flutuação do efetivo de praças. Na imagem seguinte apresento um dos exemplos. No ano de 1856 o comandante da Força Policial era o Capitão Diogo Pinto Homem, e pelo relatório havia a previsão de 67 policiais, mas este número chegou a 59 ao longo do ano, causando preocupação e sendo solicitado pelo menos o dobro do efetivo para o atendimento de todas as demandas de segurança pública.

COMPANHIA DE FORÇA POLICIAL.

Consta, no seu estado completo, de 67 praças commandadas pelo capitão Diogo Pinto Homem. O mappa junto (n.º 11) mostra ser o seu estado effectivo de 59 praças.

Esta companhia auxilia o corpo fixo, tanto no serviço da guarnição, como nas diligencias dirigidas pelas auctoridades policiaes; mas não é sufficientemente numerosa, e conviria que fosse elevada ao dobro, formando um corpo de duas companhias.

O soldo actual de 560 réis diarios é insufficientissimo, do que facilmente nos convenceremos, attendendo ao preço exagerado, a que tem chegado os generos de primeira necessidade no paiz.

Imagem 9: Insuficiências na aplicação da Força Policial
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (março de 1856, p.75).

No último parágrafo é relatado um dos problemas para a manutenção das praças na Força Policial, pois o soldo de 560 réis era muito baixo, quando comparado à inflação do período que corroía o poder de compra dos salários dos primeiros policiais que integravam a corporação.

Na próxima imagem, datada do ano de 1857, são apresentados alguns problemas em relação às estruturas físicas dos quartéis e destacamentos. Neste trecho é citado o comandante do destacamento de Paranaguá, oficial de grande confiança, chamado Joscelyn Augusto Morycines Borba. Após, no segundo parágrafo fala-se da necessidade de novo fardamento para as praças, os quais estavam em processo de elaboração e avaliação. No entanto, o fardamento não parecia ser o problema mais emergencial, pois os armamentos, além de velhos não funcionavam. Considerando que o problema do fardamento e do armamento eram conjunturais da Força Policial, considero que a situação se estendia para o litoral do Estado. Por fim, no terceiro parágrafo é feita a queixa da estrutura da casa que abrigava a companhia da capital nos fundos da cadeia, necessitando de ampliação e reestruturação. Não existem citações sobre os destacamentos localizados no interior do Estado e no litoral, mas eram alugadas casas para receber estas instalações, normalmente bem próximas das cadeias, como é o caso da casa que abrigada a companhia de Curitiba. Segue a imagem com as informações discutidas.

O tenente, de que já falei, e o alferes Joscelyn Augusto Morycines Borba são officiaes de toda a confiança: o primeiro foi chamado para a sala das ordens da presidencia logo que começou a funcionar a repartição do assistente do ajudante general, e o segundo acha-se commandando o destacamento de Paranaguá.

Mandei recentemente fardar de novo as praças da companhia, approvando o figurino que, para esse fim, me foi apresentado pelo respectivo commandante; mas estão ellas ainda sem o necessario equipamento, e servindo-se com armamento velho e imprestavel; cujo adarme me não parece proprio para o serviço em que se emprega esta parte da força publica.

Serve de quartel á companhia uma pequena casa terrea, situada nos fundos da cadeia; e, embora reconheça a sua acanhada capacidade para a conveniente accommodação das praças, entendo que, com algumas construcções mais, pode tornar-se, por em quanto, sufficiente; visto como semelhante força raramente se reúne na capital, e existe quasi sempre disseminada pelas diversas localidades da provincia. E' entretanto indispensavel fornecer aquelle quartel dos utensis necessarios ao seu serviço interno.

Fonte: Relatório do Presidente da Provincia do Paraná (1857, p.16).

Imagem10: Fardamentos e armamentos insuficientes

Na próxima imagem é relatado o uso da força de primeira linha, para diligências de transferências de presos para a cadeia de Curitiba no ano de 1862. Esta era uma prática que exigia o uso da força policial, por mais que esta não era a atividade-fim da força de primeira linha como relatado no documento. Considerando esta informação, e a dificuldade para transportar os presos para a capital devido ao baixo efetivo, que apresentava um deficit total de 54 policiais, percebemos que uma das missões dos policiais do destacamento de Paranaguá era o transporte de presos, mesmo com efetivo muito abaixo do necessário para fazer o transporte com segurança, auxiliando a polícia estadual de terceira linha. Lembrando que a segunda linha se tratava da Guarda Nacional, a qual não era acionada para estas atividades, provavelmente por ser uma força imperial no período.

Força Policial.

**A força policial é tão diminuta que não satisfaz os serviços da policia ;
está reduzida á 1 capitão commandante geral, 1 tenente, 2 alferes, 1 sargento,**

— 11 —

**5 cabos, 16 musicos e 10 soldados, sendo este o estado effectivo, faltando 54
praças para o estado completo.**

**Reconheço que a força de linha não é destinada a certas diligencias da po-
licia ; porém pela necessidade de effectuar as prisões de réos de crimes gra-
ves, e para as quaes envidam as autoridades os maiores esforços, tenho re-
quisitado, varias vezes, praças daquella força, que me ha auxiliado nas
diligencias mais importantes. Exige os mais serios cuidados o risco, que corre
a remessa de presos, pela grande e sensivel falta de força; o que impossibi-
lita, muitas vezes, á que sejam logo recolhidos a prisão desta capital, que
offerece mais garantia.**

Imagem 11: Insuficiência e apoio na condução de presos
Fonte: Relatório do Presidente da Província do Paraná (1862, p.10-11).

O objetivo desta seção foi apresentar alguns problemas estruturais dos primeiros anos de atividade da Força Policial para reproduzir as dificuldades encontradas pelos oficiais e praças que iniciaram o trabalho da Polícia Militar. Estas realidades poderiam ser encontradas em todas as cidades de atuação, inclusive no Litoral do Estado, foco principal deste artigo.

Conclusão

Existem muitas dificuldades para reconstruir a História da Polícia Militar no Litoral do Paraná no período compreendido neste artigo. Não apenas pela distância temporal entre o século XXI e a segunda parte do século XIX, mas também pela escassez de fontes e informações disponíveis localmente. Diante deste desafio, recorri aos documentos oficiais que estão na guarda do Arquivo Público do Paraná como meio de iniciar uma reconstrução da aplicação da Força Policial no Litoral do Estado. Com isto, assim como apresentei nas páginas anteriores, recorri aos relatórios dos presidentes da Província do Paraná e Leis do período provincial. Este material me permitiu verificar algumas questões macro e micro da atuação da polícia militar no litoral do Estado, primeiramente verificando como era distribuído o policiamento nos municípios e suas flutuações ao longo do tempo, e posteriormente trazendo algumas questões sobre o perfil de ocorrências e o relato delas. Nestas duas frentes de análise foi possível perceber as tensões sociais existentes localmente, as dificuldades de

aplicação da polícia nos primeiros anos de criação, e o lugar da Força Policial neste contexto de transição do Brasil Império para República, sobretudo influenciado por questões mais amplas como a Guerra do Paraguai ocorrida entre 1864 e 1870. Com o levantamento do quantitativo do efetivo e o perfil das ocorrências pode ser pensada a reprodução do cenário da Segurança Pública no Litoral do Paraná, bem como se aproximar do contexto histórico regional. As possibilidades de análise dos relatórios e leis provinciais não se esgotam, aponto que este foi um esforço inicial para propor uma História da Polícia Militar no Litoral, iniciando com sua criação e primeiras décadas de existência. Institucionalmente é um esforço interessante, pois carecem de estudos mais específicos sobre o recorte temporal analisado nesta pesquisa.

Fontes:

Leis e Decretos da Província do Paraná. Disponíveis em:

<https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Leis-e-Decretos-da-Administracao-Provincial>.

Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná datados entre 1854 e 1889. Disponíveis em:

<https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Relatorios-de-Governo>.

Referências bibliográficas:

ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná (1853-1889): A Classe Política. A Parentela no Governo.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

BREPOHL, Marion. Paraná: Política e Governo. Volume 4. In: Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

PRIORI, A., et al. **A emancipação política do Paraná. In: História do Paraná: séculos XIX e XX [online].** Maringá: Eduem, 2012. pp. 15-22.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

A Sobrevivência pela Conquista: O Processo de Modernização Bélica Etíope entre 1855 e 1935

Mário Lemos Flores do Prado¹

RESUMO: O Império Etíope, a partir da segunda metade do século XIX, foi um grande bastião de resistência nativa africana frente à colonização imposta pelos europeus a quase todo o resto de seu continente. Tal resistência se deu por tenaz força de armas, diplomacia inventiva com as nações ocidentais e foi sustentada pela apropriação dos recursos econômicos das nações vizinhas. Ao longo do período estudado (1855-1935), o exército etíope esteve em constante evolução, tanto em termos organizacionais quanto de equipamento. O objetivo deste artigo é descrever as condições subjacentes a este processo de modernização militar pelo qual passou a Etiópia e expor suas conquistas e entraves.

A transição do exército imperial de uma força formada por camponeses chamados ao dever em tempos de conflito, amadora, dependente de seu grande número para servir como instrumento de manutenção de ordem interna, para um exército com um núcleo moderno, treinado e equipado por russos, belgas e franceses, capaz de travar batalhas com um grau significativo de paridade frente ao moderno exército italiano em 1895 e em 1936, foi um processo que demorou décadas e moldou a sociedade etíope, e que tem proporções até hoje mal compreendidas. Seu principal fator limitador foi o fato que a Etiópia ainda era um país quase exclusivamente agrícola, e que em 1935 ainda estava em sua transição ao capitalismo.

Palavras-chave: Etiópia; Modernização; Colonialismo; Guerra Ítalo-Etíope; Modernização Bélica.

ABSTRACT: The Ethiopian Empire, from the second half of the 19th Century onwards, was a great bastion of African resistance versus the colonization imposed by Europeans to most of their continent. This resistance, in Ethiopia's case, took the shape of direct and tenacious fighting, innovative diplomacy with the western nations and was sustained with the appropriation of the economic resources of neighbouring peoples. Throughout the timeframe under analysis (1855-1935), the Ethiopian Army was in constant evolution, both in organizational terms and in terms of equipment. This article's goal is to describe the conditions that laid beneath this process of military modernization through which Ethiopia passed and to highlight its achievements and limitations.

The key feature of this movement of progress in the Ethiopian military sciences is the transition of the imperial army from a force formed mainly by peasants levied in times of conflict, amateurish, dependent in its numbers to serve as an instrument of internal repression, to an army with a modern

¹ Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas.

core, trained and equipped by Russians, Belgians and the French, capable of giving open battle to the Italian Army both in 1895 and in 1936. In all, the modernization of the Ethiopian Army was a process that took decades and had a big impact on Ethiopian society and in the centralization of the Ethiopian State, something which has proportions not wholly comprehended. Its main limiting factor was the fact that Ethiopia was a country almost exclusively agrarian, and which in 1935 was still in its transition to capitalism.

Keywords: Ethiopia; Modernization; Colonialism; Italo-Ethiopian War; Military Modernization.

Introdução

O objetivo deste artigo é descrever as mudanças organizacionais e de equipamento no exército etíope entre 1855 e 1935, e dos movimentos políticos e sociais que acompanharam tais mudanças. Dado o período extenso sob análise (cobrindo oito décadas pelas quais a Etiópia foi um reino relativamente centralizado antes da Segunda Guerra Ítalo-Etíope), este trabalho não tem a intenção de ser uma análise profunda das decisões tomadas pelos líderes militares etíopes. Ao invés disso, olhando para os eventos relacionados ao exército etíope e suas pré-condições, criamos uma imagem do que aconteceu com e para o exército ao longo das décadas.

Outro aspecto deste artigo é um estudo do papel do processo de modernização militar como garantidor da independência da Etiópia até 1935. Em apoio a isso, um breve exercício em história comparada foi feito, de modo a fundamentar nossas suposições em relação à singularidade do que aconteceu com as forças armadas etíopes na África no período.

Consolidação do Estado e a primeira invasão italiana (1855-1895)

A história do exército etíope moderno tem suas raízes no reino do imperador Teodoro II (1818-1868), que marcou o fim da *Zamana Mesafent*, a “Era dos Príncipes”, um período de grande descentralização, que durou da segunda metade do século XVIII até 1855.

O primeiro imperador da Etiópia moderna no início de seu reino conseguiu seu trono através da força e com ela também o manteve, travando conflitos ininterruptos com nobres locais que buscavam mais autonomia, sendo imperador apenas do território onde estava em cada momento com seu numeroso exército². Isso, enquanto infeliz para seu governo, representou uma mudança importante para a Etiópia, pois o exército de Teodoro foi o primeiro corpo permanente que o reino havia visto em décadas e quiçá séculos. Essa força iria posteriormente servir como o núcleo dos exércitos dos imperadores futuros, denominada de *gondari*³.

Ademais, um dos grandes motes do período de Teodoro como rei é uma política externa

² HAROLD, Marcus. *The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913*, 1975, p. 21-22.

³ HAROLD, Marcus. *A History of Ethiopia*, 1994, p. 68-69.

inovadora, buscando manter laços com os monarcas europeus e trazer inovações ao país⁴. Enquanto outros senhores com domínios na costa (notavelmente, os reis de Tigray) já haviam estabelecido um comércio rudimentar com o ocidente, o nível do contato diplomático alcançado não tinha precedentes nos séculos anteriores. Ainda assim, a escala dos avanços alcançados neste período é modesta quando comparada com o que foi atingido durante o reinado de seus sucessores.

Nos anos 1860 alguns avanços militares já podem ser vistos na Etiópia. Não tanto no armamento dos infantess, pois estes lutavam de maneira similar a como faziam nos séculos anteriores, mas sim em termos organizacionais, como mencionado, e na artilharia. Aqui, o contato com os europeus fizera toda a diferença, pois foram estes que capitanearam as oficinas imperiais de Debra Tabor⁵, que produziram inicialmente canhões leves, e, alguns anos depois, pesados. O passado de Teodoro como um bandido, e uma batalha perdida contra os egípcios lhe haviam demonstrado a importância da artilharia moderna⁶, e isso eventualmente fez com que sua fortaleza em Magdala se tornasse inexpugnável aos nobres rivais do reino⁷.

Outras conquistas do período são a introdução de novos títulos militares, correspondentes ao tamanho do comando de seus portadores (ainda em uso até hoje)⁸, e o pagamento de salário aos soldados, que antes recebiam bilhetes que podiam ser trocados diretamente por bens de consumo⁹.

Após o suicídio de Teodoro frente a uma invasão britânica de seu reino, em 1868, o rumo da Etiópia mudou radicalmente. Além de perturbar o equilíbrio do poder previamente em vigor, no passo que foram supridos com armas modernas os senhores que haviam auxiliado a marcha das forças britânicas¹⁰, o evento imprimiu para todo o reino a necessidade de adquirir armas similares, dada a relativa facilidade com a qual os europeus haviam derrotado as forças do imperador.

Em 1872, meros quatro anos após a morte de Teodoro, o trono foi tomado pelo poderoso *dejasmach* de Tigray, Kaša Mercha, que adotaria o nome real de João IV. Não é uma coincidência o fato de que ele havia recebido uma quantidade significativa de armas europeias em 1868, e estas, acrescidas do auxílio de um instrutor britânico, Kirkham¹¹, auxiliaram sua vitória em batalha contra seus inimigos numericamente superiores. A isso deve ser acrescido o fato de que Tigray tinha uma tradição no uso de armas de fogo, sendo um reino localizado próximo à costa¹².

As guerras na Etiópia começaram a partir da década de 1870 a ser travadas e decididas por exércitos munidos em sua grande maioria por armas europeias, favorecendo a centralização do poder, pois apenas os mais poderosos senhores e o imperador tinham a elas acesso em quantidade; também era difícil a obtenção de atiradores hábeis.

⁴ ZEWDE, Bahru. A history of modern Ethiopia, 1855-1974, 1991, p. 34-38.

⁵ Ibid, p. 34.

⁶ Ibid, p. 28.

⁷ CAULK, Richard. Firearms and Princely Power in Ethiopia in the Nineteenth Century, 1972, p. 609-611.

⁸ ZEWDE, Bahru. A history of modern Ethiopia, 1855-1974, 1991, p. 33.

⁹ Ibid, p. 33.

¹⁰ HAROLD, Marcus. The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913, 1975, p. 29-32.

¹¹ ZEWDE, Bahru. A history of modern Ethiopia, 1855-1974, 1991, p. 49.

¹² CAULK, Richard. Firearms and Princely Power in Ethiopia in the Nineteenth Century, 1972, p. 611.

Descreve do seguinte modo o aventureiro inglês Emilius de Cosson, em seu livro *The Cradle of the Blue Nile. A Visit to the court of King John of Ethiopia*, o estado dos armamentos de uma vila no nordeste etíope, em 1873:

“Of course there was a large crowd squatted outside our tents watching all of our movements; when they saw us cleaning our rifles several of them ran off and brought us a very heterogeneous collection of old Portuguese match-locks, and superannuated Turkish guns, which they modestly requested us to put in order for them.”¹³

Descreve, porém, do seguinte modo os soldados que o recebem, na ocasião de sua visita ao acampamento real:

I found them ranged in two lines facing inwards, and as I rode up between them I was not a little astonished to hear clearly pronounced in English the commands: present arms; shoulder arms;[...] A little lieutenant[...] told me that he and his *naphteñas* had been trained by General K¹⁴. , who had taught them to perform their exercises to English words of command. He seemed very proud of his men, who in truth were a stalwart set of fellows, and marched beside us[...] at a swinging pace that promised well for their activity in mountain warfare; most of them, too, were good shots, for the Abyssinians are accustomed to shoot guinea-fowl and even smaller birds with ball.¹⁵

Pode ser extraído, a partir disso, que o exército etíope era muito heterogêneo, uma característica que o irá marcar até o final do intervalo estudado. As tropas provenientes das províncias normalmente não eram muito confiáveis e não podiam permanecer muito tempo em campo (a custo das colheitas regionais), enquanto os soldados profissionais (a guarda imperial e os núcleos das forças dos vassalos mais poderosos) eram geralmente bem equipados, disciplinados e alimentados¹⁶.

João IV travou algumas campanhas internas para unificar seu reino, que cessam por volta de 1875. Seu vassalo mais poderoso, Sahle Maryam de Shewa, enquanto obrigado a pagar tributo, não foi derrotado em batalha, e continuou a ser uma poderosa força no reino. A principal dentre as preocupações do imperador no período parecia ser o Egito, que, sob Muhammad Ali e seus sucessores havia se tornado um Estado poderoso, *de facto independente*, um que com impressionante poder havia conquistado muito do que hoje é o Sudão e o Sudão do Sul, e que ameaçava as fronteiras etíopes com um exército moderno. Durante os anos 1870 e 1880 ocorreram quatro invasões egípcias, a maior em 1876, na qual os invasores foram derrotados em duas batalhas distintas¹⁷. Além de preservar a independência e integridade territorial do país, a vitória em tais invasões foi importante para suprir o exército imperial com armas modernas capturadas, como rifles Remington (dos quais, mais de 12.000 foram tomados¹⁸) e artilharia¹⁹.

¹³ DE COSSON, Emilius. *The Cradle of the Blue Nile: a visit to the court of King John of Ethiopia*, 1877, p. 68.

¹⁴ Provavelmente, o previamente mencionado Kirkham.

¹⁵ DE COSSON, Emilius. *The Cradle of the Blue Nile: a visit to the court of King John of Ethiopia*, 1877, p. 302-303.

¹⁶ MILKIAS, Paulos et al. *The Battle of Adwa: Reflections on Ethiopia's Historic Victory against European Colonialism*, 2005, p. 55-57.

¹⁷ ZEWDE, Bahru. *A history of modern Ethiopia, 1855-1974*, 1991, p. 49-53.

¹⁸ HAROLD, Marcus. *A History of Ethiopia*, 1994, p. 75.

Depois de tais conflitos, o exército imperial tornou-se de modo inquestionável a força mais poderosa da região, seu equipamento, a despeito de uma grande heterogeneidade, muito superior àquele disponível às forças de seus vizinhos não-europeus. Neste ponto na história, a organização militar etíope funcionava do seguinte modo: o imperador possuía uma quantidade significativa de soldados regulares, que o acompanhavam nas campanhas e com ele acampavam nos tempos de paz²⁰. A maior parte do exército do reino, porém, vinha das províncias, organizada e armada pelos ras, governadores, os quais dependendo do contexto possuíam mais ou menos autonomia. Tais governadores possuíam seus próprios soldados regulares, mas o principal componente de seus contingentes seriam os homens que serviam como soldados apenas poucos meses do ano, no geral mal-treinados e equipados²¹. Além destes, em tempos de emergência, existia a possibilidade de uma convocação em massa. Já que os soldados eram, em termos individuais, responsáveis por se sustentar nas campanhas, os exércitos etíopes no geral não conseguiam se manter em campo por muito mais do que dois ou três meses, pois depois de tal tempo sua comida normalmente já teria se exaurido e a área próxima ao acampamento do exército já não mais disporia recursos para o sustentar²².

Depois de 1882, quando os britânicos ocuparam o Egito, o perigo às fronteiras do norte etíope diminuiu²³. Com isso, as forças etíopes tinham espaço para conduzir campanhas ao sul do país, em terras pertencentes a povos armados de maneira tradicional²⁴. Este foi um movimento executado tanto por forças imperiais propriamente ditas quanto por vassallos como o Negus de Shewa; Shewa em particular se financiava em grande parte com o botim destas campanhas, enquanto sustentava um comércio importante com a Europa (principalmente com a Itália) em armas²⁵.

Essa situação perdurou até o fim da década de 1880, quando outro perigo surgiu. Os mahdistas, sudaneses, fruto de um movimento messiânico que acabou com o poder egípcio na região fundaram um altamente militarizado estado, agressivo perante seus vizinhos, ameaçando novamente a fronteira norte do império. Uma poderosa expedição de saque destes forçou o imperador a ir à luta, onde, em Metemma, acabou encontrando seu fim. Enquanto os mahdistas foram eventualmente derrotados por uma expedição britânica, um conflito de fronteira de baixa intensidade se fez presente no norte do reino entre a inicial invasão vinda em 1887 e o fim da década de 1890.

Eventualmente, porém, essa ameaça se mostrou desimportante se comparada com uma que viria surgir: a Itália. Recentemente unificada, este país começou nos anos 1880 a exercer suas ambições imperiais no Chifre da África, tomando portos onde hoje é a Eritreia e influenciando vassallos etíopes²⁶, promovendo lutas internas no reino e assim o enfraquecendo.

Em 1889, após a morte de João, o poder foi tomado pelo *Negus* de Shewa, que tomou o nome

¹⁹ ZEWDE, Bahru. *A history of modern Ethiopia, 1855-1974*, 1991, p. 53.

²⁰ A corte real era móvel até os anos 1880, quando primeiro Entoto e depois Addis Ababa foram estabelecidas como capitais do reino.

²¹ PERHAM, Margery. *The Government of Ethiopia*, 1948, p. 160-161.

²² *Ibid.*, p. 161-163.

²³ ZEWDE, Bahru. *A history of modern Ethiopia, 1855-1974*, 1991, p. 55.

²⁴ *Ibid.*, p. 60-61.

²⁵ PANKHURST, Richard. *Guns in Ethiopia*, 1965, p. 30.

²⁶ PERHAM, Margery. *The Government of Ethiopia*, 1948, p. 53-55.

de Menelique II. Este manteve, no período anterior à sua ascensão, relações amistosas com os italianos, obtendo deles armas as quais usou para grande efeito na conquista de povos vizinhos ao seu domínio²⁷. Segundo o geógrafo italiano Chiarini, em seu livro *Da Zeila alle frontiere del Caffa*, Menelique amava armas de fogo²⁸, um sinal da importância que passavam a ter os armamentos europeus na sociedade etíope.

Quanto à composição do exército nas vésperas do conflito com a Itália (que deu-se entre 1894 e 1896), diz o seguinte Bulatovich, militar russo que duas vezes viajou pela Etiópia, em seu livro *Ethiopia through Russian eyes*:

The origin of the armies of Menelik is interesting. At the beginning of his reign, the Emperor had a severe shortage of both guns and soldiers. The nucleus of his armed forces consisted of the armies of Emperor Tewodros, known as gondari -- men of Gondar -- that had gone over to his side. They are still called gondari and are stationed along the borders of the empire. They are about twenty thousand men strong. This army is divided into thousand-man regiments distributed among various leaders. Soldiers who mustered under the banner of Menelik at another later time were known by a name that corresponded to their armament. Those armed with muzzle-loaded guns were called neftenya. Those who had flint-lock guns were tabanja-yaji. Those with breech-loaded guns were snayder-yaji.²⁹

Os italianos, nos anos que precederam a Primeira Guerra Ítalo-Etíope, adotaram uma postura cada vez mais agressiva frente ao Império Etíope, subjugando a província de Harer no sudeste do país e derrotando alguns exércitos locais. Por mais que o reino estivesse enfraquecido por uma série de pragas que o assolaram no início da última década do século XIX, se via relativamente unido frente ao perigo do colonizador, e bem munido com armas modernas. Um oficial russo coevo estimava que nas décadas de 1870 e 1880 haviam sido importados pela Etiópia cerca de 100.000 rifles³⁰.

O conflito com a Itália estoura, após um embate diplomático relacionado a diferentes interpretações de um prévio tratado, com uma invasão italiana de território etíope. Após um prolongado face-off, o comandante italiano, sob pressão política, ordenou um ataque³¹, a despeito da superioridade numérica etíope e a forte posição que estes ocupavam. O resultado é a vitória etíope fulminante em Adwa. Ao longo da campanha o exército italiano perdeu 70% de seu efetivo³². Nos anos seguintes à batalha, o Reino Unido, a Rússia, a França e a Itália todos estabeleceram relações diplomáticas com a Etiópia³³.

²⁷ HAROLD, Marcus. *The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913*, 1975, p. 77-111.

²⁸ CECCHI, Antonio. *Da Zeila alle frontiere del Caffa*, vol. 1, 1886, p. 161; HAROLD, Marcus. *The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913*, 1975, p. 198.

²⁹ BULATOVICH, Alexander. *Ethiopia through Russian eyes: country in transition, 1896-1898*, 2000, p. 239; a classificação de "snayder-yaji", como determina Bulatovich, advém do fuzil britânico Snider-Enfield, de retrocarga, que foi utilizado na invasão britânica ao país na década de 1860, e que causou uma forte impressão nos etíopes, segundo Pankhurst. Ademais, segundo o mesmo autor a palavra naft haveria sido tomada do árabe (dando origem ao neftenya de Bulatovich), e tabanja também, sendo inicialmente utilizada para armas menores, mas depois simplesmente passando a significar arma, no geral.

³⁰ PANKHURST, Richard. *Guns in Ethiopia*, 1965, p. 31; na virada do século, segundo Pankhurst, o número de rifles no país era estimado na casa de 300.000. Segundo Holcomb e Ibssa, a maior parte destes era utilizada por tropas ocupadas na repressão aos povos recém-conquistados.

³¹ HAROLD, Marcus. *The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913*, 1975, p. 169-171.

³² *Ibid.*, p. 73.

³³ PERHAM, Margery. *The Government of Ethiopia*, 1948, p. 59.

Não foi somente das armas, claro, que adveio a vitória etíope, praticamente única no contexto da conquista imperialista do continente africano no século XIX. A diplomacia etíope, que havia conseguido nas décadas anteriores traçar redes de contatos com as nações europeias e delas conseguir pessoal especializado e treinamentos militares; a geografia do país, que fornecia montanhas e vales que constituíam verdadeiras fortalezas naturais às forças que o defendiam³⁴; o extenso território etíope e a densidade demográfica deste, que forneciam aos líderes do reino, a despeito da descentralização deste, poderosos exércitos em termos numéricos, todos tiveram seu papel.

Menelique II, Haile Selassie e a expansão do Império (1895-1935)

O Exército (ou exércitos) etíope, após a vitória no conflito, se tornou então muito mais poderoso do que fora dez anos antes, devido a grande quantidade de modernas armas que agora portava, tanto franceses, enviadas por um desejo desta nação de contrabalançar a crescente influência italiana na região, quanto tomadas no conflito com a Itália. Foi nos anos seguintes a este momento que as fronteiras etíopes tomaram a dimensão que tem hoje, através da conquista³⁵.

É assim nesse período, do fim do século XIX até o início do próximo, que o Império Etíope assume seu característico caráter multi-étnico, uma federação dominada pelos amharas. As armas e a experiência de guerra que tem estes tornam comparativamente fáceis as conquistas de povos que haviam sido seus vizinhos por séculos. Reinos antes poderosos como o de Kaffa foram subjugados em questão de meses³⁶, tamanha a superioridade regional que haviam alcançado os exércitos etíopes. Com essas extensas conquistas a Etiópia chega a ser classificada por autores como Holcomb e Ibssa como uma nação colonizadora, ainda que dependente, como também o seriam Portugal e Bélgica³⁷.

Outra faceta dentre as mudanças que afetam a Etiópia neste período são as reformas modernizantes introduzidas pelo governo de Menelique. Chegam o telégrafo e o telefone; a imprensa, que produz periódicos e jornais; automóveis, entre outras tecnologias que serviram para aprimorar a qualidade de vida e facilidade de governança do reino³⁸. Além destas, foi assegurado um fluxo estável de armas de fogo europeias para o exército, na medida que, com efetiva diplomacia, não era permitido que nenhuma nação europeia dominasse as importações; foi lançado mão de contratos com vendedores privados de armas, também. Para manter o heterogêneo exército com as munições necessárias, um sistema de intendentes foi criado pelo país³⁹.

³⁴ Podem ser traçadas várias similaridades à derrota italiana em Adwa para com a primeira derrota inglesa no Afeganistão, um país geograficamente tão desafiador à invasores quanto a Etiópia. A escala massiva da operação logística envolvida na invasão britânica de 1866 à Etiópia comprova a escala do desafio a ser superado por invasores ao país.

³⁵ PERHAM, Margery. *The Government of Ethiopia*, 1948, p. 59.

³⁶ BULATOVICH, Alexander. *Ethiopia through Russian eyes: country in transition, 1896-1898*, 2000, p. 15-16.

³⁷ HOLCOMB, Bonnie; IBSSA, Sisai. *The Invention of Ethiopia*, 1990, p. 11-23. Descrevem estes autores da seguinte maneira a ideia de um colonizador dependente: "Expansion offered certain benefits to the weaker countries as well as to the monopolists by creating avenues for exporting some of the elements that [...] created internal social and economic crises. In several places in Africa where European capitalist powers faced an impasse over the direct incorporation of specific regions into one monopolistic empire or another, weaker countries were empowered to establish the amount of control necessary to ensure access to the region by the concerned superpower."

³⁸ HAROLD, Marcus. *The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913*, 1975, p. 200.

³⁹ MCLACHAN, Sean. *Armies of the Adowa Campaign 1896: The Italian Disaster in Ethiopia*, 2011, p. 36.

Em 1902, é conduzido um grande desfile militar em honra àqueles que faleceram em Adwa, contando com 300.000 soldados; eles demonstram o uso de artilharia e metralhadoras modernas⁴⁰. Do começo do século XX em diante, porém, o ritmo do avanço desacelerou, conforme a saúde de Menelique deteriorou e Haile Selassie, primeiro como regente para a imperatriz Zewditu e depois como imperador propriamente, se mostrou incapaz de concluir a transição do feudalismo ao capitalismo contra as forças reacionárias da corte e do campo⁴¹.

Temos portanto um país que não participou tanto da primeira quanto da segunda revolução industrial, sem uma classe proletária, ainda que aos poucos vivesse um processo de monetização da economia. A comunicação entre as províncias permanecia rudimentar, e a maior parte dos habitantes não havia frequentado escolas formais. O país era agrário e assim estava distante da autossuficiência em munições e outros recursos necessários à guerra no período.

Após a Primeira Guerra Mundial, conforme os armamentos se tornaram mais complexos, essa falta de autonomia piorou. Quando os diplomatas ingleses e franceses priorizaram apaziguar a Itália frente a manter o status quo no Chifre da África, o destino da Etiópia estava praticamente selado.

Durante as décadas de 1920 e 1930, as conquistas mais importantes em termos militares são a fundação primeiramente da Escola de Treinamento da Guarda Imperial em 1925⁴², coordenada por belgas, e depois, em 1934, da Escola de Treinamento Militar de Genet, gerenciada por cinco militares suecos⁴³, dedicada à criação de um corpo profissional de oficiais para o exército etíope. A primeira turma de cadetes a entrar na instituição teve seu treinamento interrompido pela invasão italiana em 1935, e sua importância se dá mais na organização da resistência contra a ocupação italiana quanto na guerra em si. mostrarão como força importante dentro da resistência etíope. Ademais, temos a adoção de uniformes diferenciando patentes entre os soldados e, através da diplomacia, a conquista do direito da compra de armas européias na Liga das Nações⁴⁴.

À Etiópia é, porém, vetada pelos italianos na Liga das Nações a compra de aviões militares, entre outros impedimentos, o que provaria ser uma deficiência bélica decisiva para sua derrota na Segunda Guerra Ítalo-Etíope (1935). Neste conflito, os aviões da Regia Aeronautica bombardearam incessantemente as tropas etíopes, sem medo de retaliação, com munições convencionais e químicas.

Da autobiografia de Haile Selassie, “*My Life and Ethiopia’s Progress*” (1976):

While We were engaged upon all this careful work and were beginning to lead Our people on the road to civilization, Our enemy rose up with violence sending to Our country many troops with modern equipment as well as numerous war-planes and tanks, breaking the covenant of the nations and fighting us with machine-guns and artillery and with modern weapons many times superior in quality and quantity to our equipment. We

⁴⁰ HAROLD, Marcus. A History of Ethiopia, 1994, p. 108.

⁴¹ ZEWE, Bahru. A history of modern Ethiopia, 1855-1974, 1991, p. 89-94.

⁴² A Guarda Imperial era treinada por belgas, e comandada principalmente por etíopes formados na academia militar francesa de Saint-Cyr. Previamente, etíopes que haviam servido nos King's African Rifles também tinham desempenhado papel importante no treinamento das forças do país.

⁴³ ZEWE, Bahru. A history of modern Ethiopia, 1855-1974, 1991, p. 148.

⁴⁴ OFCANSKY, Thomas. et al. Ethiopia: a country study, 1991, p. 34-35.

addressed an appeal to the League of Nations[...]. After we had resisted to the best of our ability with weapons forty years old, we were defeated for the time being in no shameful manner.⁴⁵

Assim, é visível no recorte adotado na pesquisa o quanto foi influenciado o rumo da nação etíope pelo processo constante de modernização de seu exército, que passa de uma força organizada de modo pré-industrial, dependendo da convocação dos homens de cada região pela nobreza local, a uma força em significativa escala permanente e profissional, treinada e equipada de acordo com o modelo ocidental, ainda que com várias deficiências frente aos avanços tecnológicos alcançados durante a Primeira Guerra Mundial e nas décadas seguintes. A despeito da derrota em 1936, a Etiópia teve um melhor resultado em suas tratativas com a Europa do que praticamente todo o resto do continente. A interrupção em sua soberania durou cinco anos, duros anos de luta contra o colonizador, até que as tropas italianas fossem expulsas do país.

Por que a Etiópia?

Ao olhar para um mapa da África em 1880, alguns Estados similares em tamanho, população⁴⁶ e centralização à Etiópia podem ser vistos; o Califado de Sokoto, Marrocos e o Reino de Merina, em Madagascar, para citar alguns. Em 1912, nenhum destes três ainda mantinha sua independência. O que impediu que esses países fossem vitoriosos assim como a Etiópia? Houveram também tentativas por parte dos mesmos de modernizar seus exércitos? Vejamos rapidamente a história das conquistas de Sokoto e do Marrocos, para que possamos compará-las com a Primeira Guerra Ítalo-Etíope.

O califado de Sokoto era um reino que havia surgido no oeste da África no começo do século XIX, com a Guerra Fulani. Neste conflito, um sheikh messianico liderou a população islâmica dos Estados hauçás da região em uma grande revolta, levando a criação de Sokoto, liderado pelos fulas⁴⁷.

O exército de Sokoto era baseado em um sistema de chamados para a *jihad* dentre os fiéis, e, além disso, na adesão de nobres e seus dependentes às guerras, com base no sistema de clãs em vigor na região⁴⁸. Regularmente, até o início da segunda metade do século XIX, eram montadas campanhas contra os vizinhos pagãos do califado.

A força deste exército estava nos números que conseguia reunir, não em seu equipamento, pois não era um exército profissional e a maioria de seus componentes lutava como infantaria leve⁴⁹. Após as conquistas iniciais, a cavalaria adquiriu maior importância, conforme se construiu um sistema de relações feudais⁵⁰. Na primeira metade do século XIX “the army seems to have had scarcely a single musket”⁵¹, de acordo com Last. Por mais que eventualmente seu uso tenha se tornado mais comum,

⁴⁵ SELASSIE, Haile. *My Life and Ethiopia's Progress, 1892-1937: the autobiography of Emperor Haile Selassie I*, 1976, p. 8-9.

⁴⁶ De acordo com o *Statesman's Yearbook*, no início do século XX a Etiópia tinha cerca de 3,5 milhões de habitantes, o Marrocos 5 milhões e Sokoto 10 milhões.

⁴⁷ LAST, Murray. *The Sokoto Caliphate*, 1967, p. 55.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 52-53.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 72; SMALDONE, Joseph. *Warfare in the Sokoto Caliphate: Historical and Sociological Perspectives*, 2008, p. 26.

⁵⁰ SMALDONE, Joseph. *Warfare in the Sokoto Caliphate: Historical and Sociological Perspectives*, 2008, p. 130-132.

conforme se estabeleceu o comércio com o ocidente, a arma mais importante do exército de Sokoto nunca deixou de ser o arco⁵².

Similares aos ras da Etiópia, os fulas tinham seus emirs. Seus inimigos eram, porém, até os últimos anos do século XIX, majoritariamente nômades tuaregues e os exércitos dos reinos hauçás, que apresentavam desafios muito diferentes daqueles enfrentados pela Etiópia. A centralização alcançada por Sokoto também foi mais limitada do que a etíope, os emirados mais independentes do que os senhorios etíopes, com o califado conseguindo ter em campo no máximo em torno de 50.000 homens⁵³.

Quando a invasão britânica inicial chegou em 1897, a organização do exército de Sokoto e seus equipamentos eram similares àqueles prevalentes no começo do califado, segundo Smaldone⁵⁴. Isso, porém, se deve mais a uma falta de oferta de armas modernas do que a qualquer aversão à inovação, dado que o mesmo autor afirma que existia uma grande demanda por armas ocidentais onde hoje é o interior da Nigéria no mesmo período⁵⁵.

Ainda assim, a despeito da escassez de armas de fogo, Smaldone defende que ,conforme se aproximava o fim do século XIX, uma transição para um modelo de exército profissional havia começado no califado, baseado em uma força de escravos reais armados com mosquetes e fuzis, que cresciam como uma força similar aos janízaros do Império Otomano⁵⁶. Este processo teria sido, porém, interrompido pela invasão britânica⁵⁷. Stilwell mantém que em Kano, um dos principais emirados do califado, escravos tinham papéis importantes no exército desde a década de 1850, em todos os tipos de posições, com o uso de armas reservado aos novos escravos, que eram tidos como um risco menor de rebelião⁵⁸.

Por sua vez, o Marrocos, em grande parte devido à sua posição no norte da África, havia estado em contato constante com a Europa por séculos. Isso significou que, quando as conquistas europeias iniciais se deram nas décadas após o Congresso de Viena, o Marrocos logo foi visto como alvo. Os franceses, tendo de maneira alarmante conquistado a vizinha Argélia em 1830, seriam o adversário persistente do país ao longo do século XIX e do próximo. Logo após a conquista da Argélia o Marrocos veria-se envolto no conflito relacionado à ocupação francesa do oeste argeliano⁵⁹.

O reino havia estado fechado para a Europa desde 1820⁶⁰, e a ideia da reconquista de Melilla e Ceuta, perdidas à séculos para a Espanha, não havia sido perseguida há décadas. O exército era

⁵¹ LAST, Murray. *The Sokoto Caliphate*, 1967, p. 73.

⁵² *Ibid.*, p. 73; SMALDONE, Joseph. *Warfare in the Sokoto Caliphate: Historical and Sociological Perspectives*, 2008, p. 50.

⁵³ SMALDONE, Joseph. *Warfare in the Sokoto Caliphate: Historical and Sociological Perspectives*, 2008, p. 59.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 32.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 95-96.

⁵⁶ STILWELL, Sean. *Paradoxes of Power: The Kano "Mamluks" and Male Royal Slavery in the Sokoto Caliphate, 1804-1903*, 2004, p. 8-9.

⁵⁷ SMALDONE, Joseph. *Warfare in the Sokoto Caliphate: Historical and Sociological Perspectives*, 2008, p. 115-118; p. 159.

⁵⁸ STILWELL, Sean. *Paradoxes of Power: The Kano "Mamluks" and Male Royal Slavery in the Sokoto Caliphate, 1804-1903*, 2004, p. 173-178.

⁵⁹ MILLER, Susan. *A History of Modern Morocco*, 2013, p. 12-17.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 10-12.

composto principalmente de escravos num sistema decadente e incompatível com as demandas da guerra no século XIX. Miller descreve da seguinte maneira as suas deficiências:

By 1834 [...] the extended crisis had exposed the fundamental weakness of a military system unchanged for nearly two centuries: incompetent and corrupt officers placated by gifts and rewards; low levels of training and equipment; unruly troops composed of diverse, often rival, units who resisted centralized control; a chronic deficiency of funds.⁶¹

Em 1844, após anos de (inconstante) suporte marroquino aos lutadores argelinos, os franceses invadiram o Marrocos. Uma batalha foi travada próxima ao rio Isly e os marroquinos foram decisivamente derrotados, o poder de fogo francês provando-se insuperável para as forças do sultão⁶². A frota francesa bombardeou as cidades marroquinas com impunidade. Logo a paz foi assinada, acertando as fronteiras entre a Argélia colonial e o sultanato⁶³.

A derrota abriu o Marrocos para o comércio e as finanças ocidentais, um processo que foi exacerbado por outra derrota para uma potência europeia: a Guerra do Tetuão, travada entre 1859 e 1860 com a Espanha, e no geral similar à derrota anterior para a França. A paz, desta vez, custou ao Marrocos 20 milhões de *duros* em reparações⁶⁴, cerca de dez vezes o valor estimado para a receita anual do governo nos anos 1870 por fontes coevas⁶⁵, levando a uma crise monetária duradoura e exacerbando ainda mais a abertura involuntária do país⁶⁶.

Com tudo isso, a necessidade de reformas era inegável, e assim ascendeu uma nova classe de reformistas focados nos âmbitos administrativo e fiscal do reino⁶⁷, o atraso dos quais se apresentava como um grande obstáculo à independência continuada do país. Os avanços mais importantes foram conquistados em relação ao exército, porém. Um corpo de infantaria foi formado, armado com fuzis de pederneira e treinado por veteranos da Tunísia e da Argélia⁶⁸. Fábricas de munição foram construídas em Marrakech e a cavalaria, principal arma na qual se baseava o exército tradicional marroquino, logo perdeu espaço.

No começo do século XX, tudo começou a se desfazer. Uma crise fiscal advinda principalmente de reformas falhas⁶⁹ diminuiu a capacidade de combate do exército, e o contrabando de armas fez com que bandidos e senhores tribais acumulassem progressivamente mais poderio militar. A França ocupou Casablanca e Oujda em 1907⁷⁰; em grande parte devido a isso, uma guerra civil iniciou-se no Marrocos no mesmo ano. O sultão logo foi derrubado por seu irmão, mas o reino nesse ponto já era um Estado residual, com as tribos tendo mais poder do que o governo oficial.

⁶¹ Ibid., p. 17.

⁶² Ibid., p. 18.

⁶³ Ibid., p. 19.

⁶⁴ Ibid., p. 25.

⁶⁵ The Statesman's year-book, London, 1875, p. 625-626.

⁶⁶ BURKE, Edmund. Prelude to protectorate in Morocco, 1976, p. 19-21.

⁶⁷ MILLER, Susan. A History of Modern Morocco, 2013, p. 32-35.

⁶⁸ Ibid., p. 39.

⁶⁹ BURKE, Edmund. Prelude to protectorate in Morocco, 1976, p. 53-55.

⁷⁰ MILLER, Susan. A History of Modern Morocco, 2013, p. 75-76.

Em 1911, guerreiros do Médio Atlas cercaram Fez e o novo sultão. Desesperado, ele pediu ajuda aos franceses, que tomaram controle do exército marroquino e, em 1912, proclamaram um protetorado sobre o país. A independência marroquina já não mais existia; sua Adwa havia acontecido em 1860 e a haviam perdido.

Deve estar claro aqui que os três países mencionados ao longo deste artigo tinham várias semelhanças institucionais em diferentes planos, e que todos passaram por surpreendentemente similares processos de modernização, tanto militar quanto organizacional, ao longo do século XIX. Por que, então, a Etiópia resistiu décadas mais ao colonizador do que os outros?

Primeiramente, devemos olhar para a geografia. Tanto a Etiópia quanto Sokoto não tinham acesso direto ao mar. Isso, em conjunto com o desenvolvimento histórico de suas civilizações, fez com que seus inimigos europeus não pudessem bombardear suas cidades na costa com impunidade, como fizeram com o Marrocos⁷¹ e Madagascar⁷². Apesar do centro de Sokoto ser localizado mais distante da costa do que o etíope, a Etiópia tem um território assaz montanhoso (assim como o Marrocos), tornando a invadir uma tarefa árdua tanto em termos logísticos como propriamente de combate.

Hobsbawm, numa passagem, classifica o Marrocos e a Etiópia como “regiões guerreiras montanhosas”⁷³, algo que teria permitido, por si só, a independência continuada destes frente à agressão europeia. Um olhar, por exemplo, às grandes selvas do Congo, nos garante que a geografia é apenas parte da questão, porém.

A história do contato ocidental com os Estados discutidos aqui é longa, especialmente no caso marroquino, e, em grau menor, no etíope. Para todos eles, porém, o século XIX trouxe novas tendências, conforme o capitalismo industrial levou as nações europeias a competir pela riqueza do continente africano. Com isso chegaram às suas costas armas e táticas ocidentais, missionários e diplomatas. A falta de acesso ao mar da Etiópia provou ser uma bênção disfarçada, permitindo o contato europeu mas de maneira menos intensa do que nas regiões costeiras. Sokoto, localizado ainda mais distante no interior, viu poucos europeus em suas terras antes do fim do século XIX.

Os três reinos eram igualmente não capitalistas na virada para o XIX (Sokoto ainda nem existia), e todos haviam começado uma transição ao capitalismo no fim do mesmo. O processo de expansão imperial etíope e os recursos que foram assim adquiridos foi, porém, único. Sua expansão ao longo do século não teve paralelos entre os outros Estados africanos e, por mais que muitos de seus recursos militares houvessem de ser empregados na repressão das áreas recentemente tomadas, as conquistas foram vitais para a resistência etíope, abrindo o caminho para uma maior militarização e centralização, num processo cíclico, um que teve tempo para se desenvolver. Talvez, tivessem as invasões europeias vindo em momentos diferentes, Sokoto ou Marrocos teriam sido capazes de resistir, mas isso é um exercício de pensamento fútil.

Não há resposta fácil para o que fazia a Etiópia diferente das outras nações do continente. Para fins de precisão, sabemos que a Etiópia era deveras singular, mas definir quais singularidades foram

⁷¹ MILLER, Susan. *A History of Modern Morocco*, 2013, p. 19.

⁷² ALLEN, Philip; COVELL, Maureen. *Historical Dictionary of Madagascar*, 2005, p. 122.

⁷³ HOBBSAWM, Eric. *The Age of Empire 1875-1914*, 1987, p. 286.

responsáveis pelo sucesso da resistência etíope frente ao colonialismo europeu é o desafio. Defendemos que não existe um fator único que tenha permitido a permanência etíope, e sim que o alinhamento de vários fatores a tornaram possível, fatores os quais também permitiram a formação do Império Etíope moderno. As outras nações do continente teriam na maior parte dos casos de esperar até os anos 1950 e 1960 para ter uma chance de se tornarem Estados.

Conclusão

Temos que a introdução de armamento e táticas ocidentais à Etiópia foram fundamentais tanto no processo de centralização imperial, quanto na expansão e defesa do Império, principalmente no século XIX, quando a maior parte dos avanços se concentraram. Teodoro manteve seu poder com base em seus canhões, e sua derrota pela força expedicionária britânica demonstrou inequivocamente aos senhores da região como se dariam as guerras nas próximas décadas.

Dentro de um cenário de competição interna pelo poder e de competição externa pela independência, o esforço consciente do reino etíope em modernizar suas várias forças armadas criou as condições para a sobrevivência da monarquia etíope e da criação do Estado moderno etíope, em termos de fronteiras e instituições. A existência da Etiópia como nação independente torna-se uma peça no jogo do imperialismo europeu, e deve-se às canetas dos diplomatas etíopes também parte da comenda quanto à manutenção da independência do país durante o tempestuoso século XIX.

A modernização militar, em específico, que se deu no reino, enquanto teve em larga escala inspiração ocidental, foi em certos aspectos baseada em inovações endógenas; a organização regional dos exércitos, por exemplo, com base na nobreza amhara do país. A modernização militar comprova seu impacto pela vantagem que deu aos exércitos etíopes sobre as forças militares de seus vizinhos, acarretando mudanças irreversíveis e profundas sobre as fronteiras da região ao longo de poucos anos. Tais mudanças suprimiram o Estado imperial etíope de recursos que foram empregados na resistência contra o colonialismo. Deste modo, a modernização militar etíope auxiliou direta e indiretamente a preservação de sua independência.

O progresso da Etiópia foi tão longe quanto seria possível sem um processo de industrialização endógeno. Por sua vez, a Itália de 1935 havia aprendido com sua derrota 40 anos atrás; a guerra que conduziu foi o resultado do avanço tecnológico e tático massivo que fora alcançado no intervalo, e o resultado não poderia ser diferente.

Fontes e Bibliografia

- AKPAN, Monday. **Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos.** In: BOAHEN, Adu (Coord.). **História Geral da África**, v. 7. Paris: Ática, 1985.
- ALLEN, Philip; COVELL, Maureen. **Historical Dictionary of Madagascar.** Lanham, 2005.
- BULATOVICH, Alexander. **Ethiopia through Russian eyes: country in transition, 1896-1898.** Trenton: Red Sea Press, 2000.
- BURKE, Edmund. **Prelude to protectorate in Morocco.** Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- CAULK, Richard. **Firearms and Princely Power in Ethiopia in the Nineteenth Century.** In: The Journal of African History, v. 13, n. 4, Cambridge: Cambridge University Press, 1972, p. 609-630.
- CECCHI, Antonio. **Da Zeila alle frontiere del Caffa.** Roma: Ermanno Loescher & Co., 1886.
- DE COSSON, Emilius. **The Cradle of the Blue Nile: a visit to the court of King John of Ethiopia**, v. 1. London: J. Murray, 1877.
- FINALDI, Giuseppe. **A History of Italian Colonialism, 1860-1907: Europe's last empire.** New York: Routledge, 2017.
- GABRE-SELASSIE, Zewde. **Yohannes IV of Ethiopia: A Political Biography.** Oxford: Clarendon Press, 1975.
- GIORGIS, Elizabeth. **What is "Zemenawinet"?: perspectives on Ethiopian modernity.** Addis Ababa: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2012.
- HAROLD, Marcus. **A History of Ethiopia.** Berkeley: University of California Press, 1994.
- _____. **The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913.** Oxford: Clarendon Press, 1975.
- HOBBSAWM, Eric. **The Age of Empire 1875-1914.** New York: Pantheon Books, 1987.
- HOLCOMB, Bonnie; IBSSA, Sisai. **The Invention of Ethiopia.** Trenton: Red Sea Press, 1990.
- KEBEDE, Messay. **Survival and Modernization, Ethiopia's Enigmatic Present: A Philosophical Discourse.** Lawrenceville: Red Sea Press, 1990.
- LAST, Murray. **The Sokoto Caliphate.** London: Longmans, 1967.
- MCLACHAN, Sean. **Armies of the Adowa Campaign 1896: The Italian Disaster in Ethiopia.** Oxford: Osprey Publishing, 2011.
- MILKIAS, Paulos. **Ethiopia.** Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC., 2011.
- MILKIAS, Paulos et al. **The Battle of Adwa: Reflections on Ethiopia's Historic Victory against European Colonialism.** New York: Algora Publishing, 2005.

- MILLER, Susan. **A History of Modern Morocco**. New York: Cambridge University Press, 2013.
- MOCKLER, Anthony. **Haile Selassie's war**. Oxford: Signal Books, 2003.
- OFCANSKY, Thomas. et al. **Ethiopia: a country study**. Arlington: Department of the Army, 1991.
- PANKHURST, Richard. **The role of fire-arms in Ethiopian culture (16th to 20th centuries)**. In: *Journal des Africanistes*, v. 47, n. 2, Paris: Société des africanistes, 1977, p. 131-144.
- _____. **Linguistic and Cultural Data on the Penetration of Fire-Arms into Ethiopia**. In: *Journal of Ethiopian Studies*, v. 9, n. 1, Addis Ababa: Institute of Ethiopian Studies, Janeiro de 1971, p. 47-82.
- _____. **Guns in Ethiopia**. In: *Transition*, n. 20, Bloomington: Hutchins Center for African and African American Research at Harvard University, 1965, p. 26-33.
- PERHAM, Margery. **The Government of Ethiopia**. New York: Oxford University Press, 1948.
- SELASSIE, Haile. **My Life and Ethiopia's Progress, 1892-1937: the autobiography of Emperor Haile Selassie I**. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- SMALDONE, Joseph. **Warfare in the Sokoto Caliphate: Historical and Sociological Perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- STILWELL, Sean. **Paradoxes of Power: The Kano "Mamluks" and Male Royal Slavery in the Sokoto Caliphate, 1804-1903**. Portsmouth: Heinemann, 2004.
- The Statesman's year-book, 1875-1899**: New York Public Library
- ZEWDE, Bahru. **Pioneers of Change in Ethiopia: The Reformist Intellectuals of the Early Twentieth Century**. Oxford: J.Currey, 2002.
- _____. **A history of modern Ethiopia, 1855-1974**. London: J.Currey, 1991.

História do Exército dos EUA: Evolução Militar e presença no Território Nacional

Fernando da Silva Rodrigues¹

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar a evolução militar do Exército dos Estados Unidos da América articulado ao processo histórico, evolução caracterizada pelo aspecto fundamental da expressão militar, que é a presença, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional, no contexto de importantes processos de modernização e de reestruturação da sua doutrina militar. O lugar da presença territorial na evolução militar será observado pelo prisma das mudanças ocorridas na força regular de terra, nos seus diferentes aspectos: natureza, legislação, organização, instrução, doutrina, missões e o preparo da tropa para o cumprimento do seu papel legal.

Palavras-chave: Presença. Doutrina. Exército.

ABSTRACT: The article aims to analyze the military evolution of the Army of the United States of America articulated to the historical process, evolution characterized by the fundamental aspect of the military expression, which is the presence, in the national territory and its extensions, with the purpose of fulfilling the constitutional destination, in the context of important processes of modernization and restructuring of its military doctrine. The place of territorial presence in military evolution will be observed through the prism of the changes that occurred in the regular land force, in its different aspects: nature, legislation, organization, instruction, doctrine, missions and the preparation of the troops to fulfill their legal role.

Keywords: Presence. Doctrine. Army.

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar a evolução histórica do Exército dos Estados Unidos da América (EUA), articulada a sua evolução doutrinária militar. Faz parte dessa investigação entender o uso da tropa militar terrestre e a sua presença territorial caracterizada pelo aspecto fundamental da expressão militar, que é a presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias, no contexto da evolução militar do país. A evolução militar será observada pelo prisma da evolução das forças regulares de terra, nos seus aspectos:

¹ Doutor em História Política, professor do PPGH da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, FAPERJ (2017-2021).

natureza, legislação, organização, instrução, doutrina, missões e o preparo da tropa para o cumprimento do seu papel legal.

A escolha dos EUA como objeto de análise se justifica na medida em que eles ainda são a maior potência militar do mundo, líderes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) importante aliança militar existente, e presente em um expressivo número de países.

A Constituição dos Estados Unidos investe no Congresso os poderes para prover a defesa comum e o bem-estar geral do país. O título dez do Código dos Estados Unidos estabelece que o Exército, em conjunto com os outros Serviços, realize a defesa e a segurança nacional terrestre. O que inclui: preservar a paz e a segurança e prover a defesa dos Estados Unidos, seus territórios e posses, e quaisquer áreas que ocupe; apoiar políticas nacionais; implementar objetivos nacionais; superar quaisquer nações responsáveis por atos agressivos que ponham em perigo a paz e a segurança dos Estados Unidos.

O *United States Army*² é um serviço dentro do Departamento do Exército, um dos quatro departamentos militares do Departamento de Defesa. O Exército é chefiado por um Secretário, que é o mais alto posto militar no departamento, isto é, o chefe do Estado Maior do Exército. O Departamento do Exército é formado pelo Exército Regular, pela Guarda Nacional do Exército (ARNG) e pelo Exército Reserva (USAR).

A evolução histórica do Exército dos Estados Unidos da América

A evolução histórica do Exército nos Estados Unidos da América pode ser observada e analisada no contexto de quatro fases distintas: de 1776-1904, de 1905-1944, de 1944-1962, e a partir de 1962 até a atualidade.

Como resultado desse momento de investigação, percebe-se que, com relação à presença militar terrestre, historicamente, o Exército dos EUA começou a consolidar esse modelo frente à guerra de independência e durante todo o século XIX, quando houve a definição do território nacional através de uma empreitada público-privada (Exército e Colonos), com a ocupação militar das áreas de fronteiras (canadense e mexicana), e com o fortalecimento de sua indústria bélica ao final da Guerra Civil Americana. Já no início do século XX, no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a força terrestre tornou-se basicamente um exército expedicionário, para atuar nas diversas intervenções estatais norte-americanas pelo mundo.

Na primeira fase, ainda no período entre 1779 e 1845, o exército usou da luta regular, e da tática de guerrilha na guerra de independência. Para manter a estabilidade política e a ordem interna, depois da guerra da independência, foi criado em 1796, o Exército Regular permanente (*United States Army*).

Os confrontos principais foram baseados em operações convencionais na luta contra a Inglaterra (Guerra da Independência e Guerra Anglo-Americana de 1812), mas durante a maior parte do século XIX prevaleceu o uso da guerra pelo controle e pela expansão das fronteiras com o Canadá e com o

² Publicado em: <https://www.army.mil/>.

México, e da guerra contra os povos indígenas. O mais importante conflito travado pelo Exército dos Estados Unidos foi a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848). A vitória dos Estados Unidos resultou na anexação de uma grande parte do território mexicano e a ocupação militar da região.

Entre 1861 e 1865 ocorreu a Guerra Civil Americana, que provocou a reinvenção do exército dos EUA. Novas tecnologias e o fortalecimento da indústria bélica ajudaram a impulsionar a potencialidade econômica e militar do país. As tropas federais assumiram a responsabilidade de manter a ordem no sul, no período da Reconstrução, e de conter os indígenas americanos em suas reservas.

Em 1898 foi travada a Guerra Hispano-Americana. Apesar das principais operações serem desenvolvidas pela Marinha, o Exército foi responsável por importantes campanhas terrestres. A infantaria foi utilizada para o controle de Cuba e a supressão da Rebelião Filipina (1899-1902).

A segunda fase, no período de 1905-1945, foi marcada pelo aumento das tensões nas fronteiras com o México e pelas duas grandes guerras mundiais. Em 1910, o México estava envolvido numa guerra civil. O governo norte-americano enviou mais tropas terrestres para a fronteira para proteger sua população na região. Em 1916, Pancho Villa, líder rebelde, atacou Columbus, no estado do Novo México, levando os EUA a intervir na guerra mexicana, que terminou em 1917. Este fato histórico marca o final de um modelo baseado na presença militar terrestre usado para defesa e segurança, após a consolidação do território nacional frente a seus principais inimigos externos (mexicanos) e internos (indígenas).

Ainda em 1917, os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial ao lado da Tríplice Entente contra a Alemanha e a Áustria-Hungria, e marca o início de um novo modelo doutrinário, quando a força terrestre tornou-se basicamente um exército expedicionário. O maior contingente das forças americanas lutou na Europa e forneceu importante ajuda para desestruturar as linhas alemãs e encerrar a guerra.

Durante o período entre guerras, crises econômicas e uma política internacional cada vez mais isolacionista resultaram na redução do efetivo e da quantidade de equipamento nas Forças Armadas dos Estados Unidos. Em 1941, após o ataque japonês a *Pearl Harbor*, os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial contra as forças militares do Eixo. Na frente ocidental, os militares assumiram a liderança nas invasões do Norte da África e da Sicília, em 1943. O início da libertação da Europa da ocupação nazista começou com a invasão da Normandia (*Operação Overlord*), no norte da França, no dia 06 de junho de 1944 (Dia D), e prosseguiram até 07 de maio de 1945, com a rendição alemã.

No Pacífico, o Exército americano e o Corpo de Fuzileiros Navais lutaram por quatro anos em diversas batalhas contra o Império do Japão, que se rendeu em 14 de agosto de 1945, e assinou a capitulação em 02 de setembro.

A terceira fase de 1945 a 1962, é marcada por importantes mudanças doutrinárias. Dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Corpo Aéreo do Exército se separou e se tornou uma força militar independente, passando a constituir a Força Aérea dos Estados Unidos.

No período, desenvolveu-se a doutrina de retaliação maciça adotada na administração do presidente *Dwight Eisenhower* (1953-1961). A Segunda Guerra Mundial levou as Forças Armadas dos

Estados Unidos a principal potência militar e econômica mundial, baseada na centralidade das armas nucleares. No entanto, o conflito favoreceu também a ascensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como potência nuclear adversária, que passou a disputar o poder com os EUA, dando início a Guerra Fria.

Em 1950 ocorreu a Guerra da Coreia, que intensificou a tensão mundial. Enquanto tropas americanas lutavam na Ásia, a presença militar dos Estados Unidos na Europa aumentou de uma para quatro divisões. A Alemanha Ocidental era o país com mais soldados americanos, formando um escudo frente à União Soviética. Para fazer a defesa a um provável ataque soviético contra a Europa foi criada a Organização do Atlântico Norte (OTAN).

A partir de 1962, tem-se a fase da guerra de coalizão com ênfase na cooperação interinstitucional. Entre 1959 e 1975, os EUA lutaram na Guerra do Vietnã. A complexidade da guerra fez do conflito o momento de menor prestígio das Forças Armadas americanas. O deslocamento em massa de tropas de combate começou em 1965, após o incidente do Golfo de Tonkin. As forças americanas conquistaram território e controlavam o campo de batalha tradicional, no entanto, sofreram muitas baixas na luta contra a guerra de guerrilha, do Exército Norte vietnamita. Taticamente, os EUA não perderam nenhuma grande batalha. No entanto, apesar da sua superioridade tecnológica, os americanos não conseguiram sobrepujar seus adversários.

Após o fim da Guerra do Vietnã, os EUA iniciaram a revisão de sua orientação estratégica na Guerra Fria. Desde o término da Segunda Guerra Mundial, tendo a URSS como principal adversário, os EUA entendiam que a Europa Ocidental e o Extremo Oriente eram as áreas de maior risco de confronto. Por isso, a grande concentração de forças nas regiões. No entanto, o número de regiões em tensão aumentou na proporção que ocorria o processo de descolonização na África, na Ásia e no Oriente Médio, e que ficavam agora sujeitas à influência doutrinária da URSS.

Em 1979, o equilíbrio regional do Oriente Médio foi comprometido pela Revolução Iraniana, com a queda do monarca *Mohammad Reza Pahlevi* favorável ao Ocidente, e pela invasão soviética ao Afeganistão.

Em 1980, foi criada uma força tarefa de Forças Integradas de Deslocamento Rápido (*Rapid Deployment Joint Task Force / RDJTF*). Em 1983, o RDJTF se transformou no Comando Unificado de Combate (*Central Command / Centcom*³), para atuar na África, no Sudoeste da Ásia, e no Oriente Médio. No entanto, foi a necessidade de ação rápida dos EUA na América Central (Panamá – 1989), na região do Pacífico (Filipinas – 1990), e Europa (Guerra Civil da República Socialista Federativa da Iugoslávia - 1991/2001), que transformou as forças de deslocamento rápido em um conceito de integração de forças (Exército, Fuzileiros Navais, Força Aérea e Marinha) com capacidades específicas e uma importante atribuição funcional.

Ainda nos anos 1980, os EUA invadiram a ilha de Granada (1983), e em 1989, a Alemanha se reunificou após a queda do muro de Berlim. A Guerra Fria chegou ao fim dois anos depois com o colapso da União Soviética. Em 1991 foi lançada a Operação Tempestade do Deserto contra a invasão iraquiana do Kuwait.

³ Publicado em: <https://www.centcom.mil/MEDIA/igphoto/2002261430/>.

Após os atentados terroristas ocorridos em território norte-americano em 11 de setembro de 2001, o governo dos EUA lançou a chamada Guerra ao Terror. Essa nova ameaça passou a definir como eixo estratégico a guerra contra um inimigo supranacional, diluído pelo mundo e quase invisível, posicionado tanto dentro como fora das fronteiras de um Estado.

No combate às novas ameaças não se aplicam as grandes unidades de combate de ações clássicas. O combate deve ser baseado em pequenos grupos de operações especiais. Na contemporaneidade, as Forças Armadas passam a combater oponentes não estatais, tais como Al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Estado Islâmico, e outros, que não seguem as convenções de Haia e cujos combatentes estão inseridos entre a população civil, apesar de se apresentarem como soldados.

Após o 11 de setembro de 2001, os EUA e seus aliados da OTAN invadiram o Afeganistão e derrubaram o regime Taliban que governava o país e dava apoio ao terrorismo internacional. Outra resposta ao atentado de 2001 foi a invasão do Iraque em 2003. Ambos os conflitos foram marcados por uma longa guerra assimétrica. Para adaptar-se aos novos cenários da guerra moderna, o Pentágono lançou o chamado Programa FCS (*Future Combat Systems*). O FCS foi o principal programa de modernização do Exército dos EUA entre 2003 e o início de 2009, com novas armas, táticas e melhor formação para os soldados, na luta contraguerrilha. O programa foi concebido para criar novas brigadas equipadas com veículos tripulados e não tripulados, ligados por uma rede de campo de batalha rápida e flexível.

A evolução doutrinária do Exército dos Estados Unidos da América

Da guerra de independência americana à guerra global contra o terrorismo, a doutrina militar do Exército dos Estados Unidos evoluiu para regular as novas demandas dos conflitos armados, fornecendo uma base intelectual para organizar, treinar, equipar e operar (KRETCHIK, 2011). Nesse contexto é possível identificar a evolução doutrinária básica da força terrestre na longa duração.

Com a história abrangente da doutrina do Exército, pode-se explorar os princípios que moldaram a abordagem do Exército à guerra. Das Regras para a Ordem e Disciplina das Tropas dos Estados Unidos (*Regulations for the Order and Discipline of the Troops of the United States*⁴), de 1779, aos manuais de campo modernos, é possível refletir sobre a formação doutrinária através da incorporação das lições de guerras passadas e minimizar a incerteza e os perigos da guerra do futuro.

É possível traçar a doutrina do Exército dos Estados Unidos da América ao longo de quatro fases identificada no início do ensaio: de 1776-1904, de 1905-1944, de 1944-1962, e a partir de 1962. A primeira fase, a de 1779-1904 é quando as diretrizes foram escritas por oficiais militares e impressos por editores privados, ou uma junta de diretores, produzindo manuais de treinamento tático. Entre 1779 e 1845, o exército usou da luta irregular e tática de guerrilha na guerra de independência, adotou modelos militares de guerra regular dos britânicos e depois dos franceses. A doutrina enfatizava as

⁴ Publicado em: <https://www.americanrevolutioninstitute.org/masterpieces-in-detail/steuben-regulations/>

operações de infantaria e as operações convencionais, enquanto a prática informal prevalecia na guerra de fronteira, e na guerra contra os povos indígenas. Durante o período, de 1855 a 1898 e, particularmente, após a Guerra Franco-Prussiana, a influência doutrinária alemã gradualmente suplantou os modelos franceses.

A segunda fase, a de 1905-1945, é quando as reformas militares fixaram a responsabilidade doutrinária com o Estado Maior Geral, que se tornou responsável pela redação do Regulamento de Serviço de Campo (*Field Service Regulations*⁵ / FSR), do Exército. Foram publicados regulamentos em 1905, em 1910, revisados em 1913, e em 1914, com base na experiência das potências europeias durante os primeiros meses da Primeira Guerra Mundial, e revistos em 1923. A experiência da Primeira Guerra, o aparecimento de novas armas e táticas empregadas no conflito ajudou na reelaboração da doutrina militar terrestre. No período, os regulamentos de serviço de campo promoveram uma abordagem combinada de guerra de armas, enquanto elaboravam os papéis de corpo de batalha, divisões, e brigadas.

A terceira fase a de 1945-1962, é a fase da doutrina multisserviços, no período, a doutrina militar do Exército passou a ser publicada no *Field Service Regulations Operations*⁶. E, a partir de 1962, temos a fase da guerra de coalizão militar multinacional com ênfase na cooperação interinstitucional.

Durante os anos 1960, o Departamento de Defesa analisou minuciosamente as forças da reserva e questionou o número de divisões e brigadas, além da redundância de se manter dois componentes de reserva, a Guarda Nacional e os reservistas do exército. Em 1967, o Secretário de Defesa Robert McNamara decidiu que 15 divisões de combate da Guarda Nacional do Exército eram desnecessárias e cortou este número para apenas 08 divisões (01 de infantaria mecanizada, 02 blindadas e 05 de infantaria), mas aumentou o número de brigadas de 07 para 18 (01 de paraquedistas, 01 blindada, 02 de infantaria mecanizada e 14 de infantaria). Estas mudanças não foram bem recebidas nos estados da federação. No final, apesar das mudanças, não houve redução nos contingentes, o que convenceu os governadores estaduais a aceitarem os planos.

A reestruturação de MacNamara foi uma tentativa de reduzir o número do contingente militar terrestre atuando internamente, mas como no Brasil, o ponto de tensão envolvendo políticos, que defendiam interesses dos seus estados inibiram as mudanças na sua essência.

A década de 1980 foi um período de reorganização da estrutura e mudança doutrinária das forças armadas, baseadas nos ensinamentos obtidos com a Guerra do Vietnã. As principais mudanças estão relacionadas a profissionalização do efetivo, criação de uma força formada por voluntários, avanços na tecnologia militar, avanço no treinamento das tropas, surgimento das Forças Especiais Delta do Exército, elaboração da doutrina Weinberger, e reforma do Departamento de Defesa. O Exército procurou desenvolver carros de combate menores, mais leves e rápidos. Com relação à doutrina, foi estabelecido em primeiro de julho de 1973, o Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos EUA (*U. S. Army Training and Doctrine Command / US TRADOC*), encarregado de supervisionar o treinamento da tropa terrestre e o desenvolvimento da doutrina operacional.

⁵ Publicado em: https://openlibrary.org/books/OL7029903M/Field_service_regulations_..._1909

⁶ Publicado em: <https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p4013coll9/id/973>.

Segundo a doutrina Weinberger, os EUA deveriam estar preparados, em qualquer momento (Defesa Ativa), para atuar contra ameaças de diferentes intensidades, como atos terroristas isolados, ações de guerrilha, e confronto militar tradicional. Para isto, a relação entre objetivos e desenho de força - tamanho, composição e disposição - deveriam ser continuamente reajustada.

A Guerra do Vietnã foi o último conflito onde a conscrição obrigatória foi adotada nos Estados Unidos. O exército passou a ser uma força completamente voluntária, dando mais ênfase ao treinamento e ao desenvolvimento tecnológico, quebrando o paradigma das tensões sociais de críticas ao modelo de recrutamento, e a pressão midiática do horror a guerra. O objetivo era diminuir a pressão social, e modificar a forma de combater, mas o inimigo ainda era percebido como uma entidade política regular, ou seja, uma ameaça estatal.

A partir de 1986 ocorreu importante mudança no Departamento de Defesa dos EUA, com a implantação da Lei Goldwater-Nichols de Reorganização da Defesa (*Goldwater-Nichols Defense Reorganization Act*), de 1986, acrescida da Emenda Cohen-Nunn (*Cohen-Nunn Amendment*), de 1987. A chamada "Lei Goldwater-Nichols" criou o Comando Unificado de Combate (*Unified Combatant Command*) modificando a estrutura organizacional e unificando o comando dos Departamentos das Forças Armadas. Pela lei, o controle das Forças Armadas passou a seguir a cadeia de comando do presidente ao secretário de defesa diretamente para o Comando de Combate Unificado, que tem o comando de todas as unidades militares.

Os secretários dos departamentos militares passam a ter a responsabilidade de organizar, treinar e equipar sua tropa. Esses dispositivos legais significaram o fim da independência das Forças Armadas, fortalecendo o papel do Estado Maior Conjunto. A emenda Cohen-Nunn reorganizou as Forças de Operações Especiais, reunindo-as sob o *Special Operation Command* (SOCOM), que ficariam subordinadas aos comandantes das regiões somente quando operassem no território respectivo desse comando. O SOCOM controlaria o orçamento, o treinamento e a doutrina de todas as Forças de Operações Especiais.

Em 1989, com a reunificação da Alemanha, e em 1991, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Guerra Fria chegou ao fim criando a ideia que os EUA poderiam usufruir de um período de paz que resultasse na redução do orçamento da defesa e na redução das Forças Armadas. O exército dos EUA planejou então uma redução gradual de seus números. Em novembro de 1989, o Pentágono apresentou seus planos de reduzir em 23% o efetivo de combate, de 750.000 soldados para 580.000.

Após a invasão do Kuwait em 1990, pelo Iraque, foi lançada em 1991, a Operação Tempestade do Deserto (1ª Guerra do Golfo), uma Coalizão liderada pelos americanos, que contou com 500 000 soldados. Com a tropa norte-americana na vanguarda, os aliados expulsaram os iraquianos do Kuwait. A campanha terminou com as tropas aliadas massacrando o exército do Iraque em apenas 100 horas. Sofrendo pouquíssimas baixas, o exército dos Estados Unidos mostrou que havia conseguido se reinventar de forma muito bem sucedida. Novos armamentos, tecnologia avançada e melhor treinamento aos soldados se mostrou muito eficiente.

Após a Primeira Guerra do Golfo, os Estados Unidos emergiram como uma superpotência hegemônica, que lideraria uma nova ordem mundial baseada na democracia liberal. Sem importantes adversários diretos e detentor de uma força militar sem concorrentes, os Estados Unidos focaram em atores estatais menores e na cooperação como doutrina de emprego.

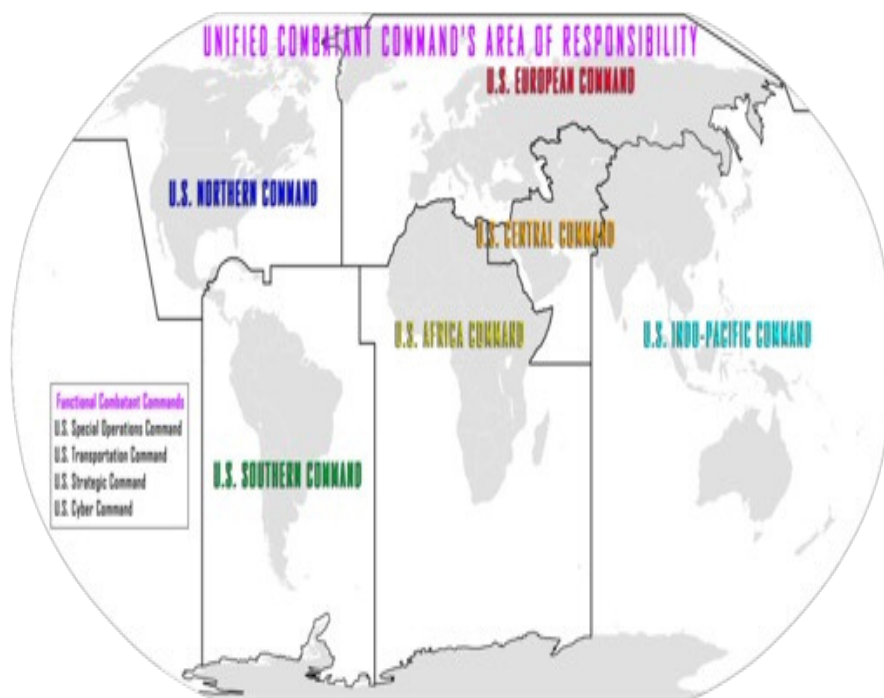
No período, Colin Powell, chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA (1989-1993), definiu uma nova estratégia militar (Doutrina Powell), alegando, que a instabilidade política mundial tende a crescer após a queda de grandes potências. A nova estratégia dos EUA seria dirigida as incertezas regionais, em substituição à guerra global contra a ex-URSS, devendo suas forças armadas ter capacidade de conduzir um grande número de missões e lidar com várias ameaças simultâneas. Pela Doutrina Powell, a ação militar só deveria ser utilizada quando recebesse apoio da opinião pública.

A Primeira Guerra do Golfo foi uma ação rápida, baseada no emprego da Doutrina Powell. Para derrotar as tropas iraquianas (quarto maior exército do mundo), os EUA usaram o conceito DIME (*Diplomatic, Information, Military and Economic*), no denominado *soft power*, que gerou mudanças na doutrina de defesa dos Estados Unidos. Alguns meses antes do início do conflito foi realizada uma ampla campanha midiática contra a imagem de Saddam Hussein, o que contribuiu para aplicação de sanções econômicas e militares aprovadas por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU e pela Liga dos Países Árabes.

No governo Bill Clinton (1993-2001), com os novos paradigmas das incertezas regionais, a formulação da segurança nacional priorizou temas como direitos humanos e relações comerciais. O secretário de Defesa Leslie Aspin começou um processo chamado Bottoms-Up Review (BUR), ou revisão de baixo para cima, com o objetivo de repensar aspectos da política militar dos Estados Unidos. O resultado da revisão foram duas conclusões: primeiro, que o principal interesse dos EUA era a expansão mundial da prosperidade econômica, para tanto, as Forças Armadas deveriam atuar como mantenedoras da estabilidade global; e segundo, para continuar projetando poder em diversos pontos do globo, as Forças Armadas deveriam se tornar mais leves, rápidas e ágeis, apoiadas por tecnologia de ponta.

A revisão foi aprovada pela Força Aérea e pelo Comando de Operações Especiais, que perceberam a oportunidade de receber maior aporte tecnológico. O Exército, por sua vez, entendeu como uma fragilidade de sua importância no novo cenário da guerra. Neste novo modelo, o poder de fogo pesado viria da aviação, em vez da artilharia e dos carros de combates. Já as forças militares de combate em terra seriam constituídas por Forças de Operações Especiais, em vez do exército convencional, que seriam mais leves e rápidas, além de usarem tecnologias mais sofisticadas. Na necessidade de aumentar o contingente da tropa terrestre em atuação, seriam recrutados nas forças locais, sendo, posteriormente, treinados pelas Forças Especiais do Exército. Como resultado da revisão, os EUA reduziram suas Forças Armadas, mantendo a capacidade de conduzir duas frentes de guerras, como ocorreu na Segunda Guerra do Golfo contra o Iraque iniciada em março de 2003, e na Operação Liberdade Duradoura, na Guerra do Afeganistão (*Operation Enduring Freedom*), a partir de outubro de 2001, com o objetivo de atacar a al-Qaeda, responsabilizada pelo atentado terrorista contra os EUA, e remover o regime Talibã naquele país.

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 consagraram o uso do modelo atual de conflitos entre uma força estatal contra grupos insurgentes não convencionais, conhecido como *low-intensity conflicts ou small wars*, que podem ser tão violentos quanto uma guerra convencional. Um ponto inovador nas novas ações militares contra o Afeganistão e o Iraque foi o papel de liderança dado à Central de Inteligência Americana (CIA), que possuía consideráveis conhecimentos das regiões, das culturas e dos grupos étnicos que poderiam cooperar com as tropas americanas. Outro ponto novo foi o uso de força local nativa, junto com Forças de Operações Especiais, equipes da CIA e apoio aéreo dado pelo *US Central Command* (USCENTCOM⁷) dessa região.



Na gestão do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld (2001-2006), ocorreu a introdução do conceito de *Shock and Awe* (choque e pavor), revelando a evolução tática do conceito *Hammer and Anvil* (martelo e bigorna⁸), que consolidou a tendência as denominadas operações cirúrgicas, de alta precisão. Para o conceito *Shock and Awe*, ou também conhecido como *Rapid Dominance*, um ataque deve ser tão avassalador fisicamente, que o inimigo se sinta psicologicamente vulnerável e intimidado para tentar qualquer resistência. A estratégia de Rumsfeld definia, que as Forças Armadas, além da responsabilidade de defesa do território dos EUA e o de seus aliados contra um conflito principal, deveriam estar capacitadas a conduzir ao mesmo tempo outras operações em diferentes cenários.

Para Donald Rumsfeld, a nova doutrina militar dos EUA deveria ter o poder de dissuasão em quatro cenários principais, para tanto era preciso ter condições: de vencer dois grandes agressores simultaneamente, ter possibilidade de conduzir uma ampla contraofensiva, e ocupar a capital de um inimigo para nela instalar um novo regime.

⁷ Esse Comando Central é responsável por defender e promover os interesses dos EUA em vinte países no Oriente Médio, incluindo o Egito, Ásia Central (Afeganistão e Iraque), Sul da Ásia e nos canais estratégicos que os cercam. É um Comando Unificado de Combate do Departamento de Defesa dos EUA. Foi criado em 1983, para substituir permanentemente as funções da Força Tarefa Conjunta de Deslocamento Rápido criada em março de 1980, durante a crise dos reféns no Irã e a invasão soviética do Afeganistão. Ver CORDESMAN, 1998.

⁸ A tática do martelo e bigorna remonta à época das campanhas militares de Alexandre da Macedônia, em que uma parte da tropa segura o inimigo, fazendo o papel de bigorna, enquanto a outra parte golpeia, fazendo o papel de martelo. No caso dos EUA, as tropas terrestres eram a bigorna e o poder aéreo o martelo.

No contexto desse pensamento político era traçado a essência da nova era da hegemonia militar dos EUA, colocando no mesmo campo inimigo como organizações terroristas e países que apoiavam essa causa. As novas ameaças incluíam o terrorismo, ataques espaciais, ciberataques contra o sistema de comunicações, ataques com mísseis de cruzeiros, mísseis balísticos, armamento químico e armas biológicas.

As mudanças realizadas por Donald Rumsfeld não significaram uma doutrina do emprego da força. Elas resultaram numa revolução nos assuntos militares, concebida para responder a qualquer tipo de conflito. A mudança está ligada ao uso de novas tecnologias referentes à precisão dos tiros de longo alcance (projeto de defesa antimísseis), à informação permanente sobre as forças presentes e busca de alvos eventuais. No período foi construído o conceito de *controle estratégico*, que consistia estar em condição de identificar a situação do adversário, e com capacidade para reduzir o seu potencial pela destruição de sua capacidade militar, industrial e política. Esse conceito não implicava a ocupação do território do inimigo, pelo menos na primeira fase do conflito, e a ação terrestre deveria ficar restrita aos objetivos determinados pelo poder político estatal.

A ação militar no Afeganistão resultou no crescimento da importância do SOCOM, que na gestão do secretário Donald Rumsfeld foi expandido e ganhou autonomia de comando regional, com mais autoridade para planejar e lutar a guerra contra o terror. O Departamento de Defesa dos EUA definiu que unidades menores compostas por pessoal altamente treinado seriam mais eficazes do que forças convencionais. Nesse momento consolidou-se a tendência de diminuir o tamanho das Forças Armadas dos EUA, tornando-as mais leves e ágeis. Essa tendência intensificou-se na gestão do secretário de Defesa, Robert Gates (2006-2011), que continuou a priorizar o emprego das Forças de Operações Especiais, reduzindo a participação das forças convencionais.

A doutrina mais moderna dos EUA baseia-se no conceito de operações de espectro total, que combinam operações ofensivas, defensivas e de estabilidade ou de apoio civil simultaneamente como parte de uma força conjunta ou combinada interdependente para aproveitar, reter e explorar a iniciativa. Os EUA empregam ação sincronizada - letal e não letal - proporcional à missão e informada por um entendimento completo de todas as dimensões do ambiente operacional.

Conclusão

Ao final desse estudo, envolvendo a análise da presença militar terrestre dos EUA, podemos estabelecer alguns parâmetros para dar subsídios para se entender a história articulada à evolução doutrinária.

No esforço baseado em estudos históricos, com este artigo, percebe-se que, com relação à presença militar terrestre, o Exército dos EUA consolidou o modelo frente à guerra de independência e durante todo o século XIX, quando eles definiram o território nacional através de uma empreitada público-privada (Exército e Colonos), militarizaram as áreas de fronteiras (canadense e mexicana), e fortaleceu sua indústria bélica ao final da Guerra Civil Americana. No início do século XX, no contexto da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a força terrestre tornou-se prioritariamente um exército expedicionário, para atuar nas diversas intervenções estatais norte-americanas pelo mundo.

A transformação ocorrida no exército dos EUA, na forma da condução da guerra, depois do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, resultou na reorganização da defesa, amparada na introdução de novas tecnologias e sistemas de armas. O foco na atuação de grupos de operações especiais, de tropas mais enxutas e no aprofundamento da profissionalização militar levou à incorporação de novas táticas de guerra. Essas novas táticas têm corroborado com a vitória militar nas batalhas, mas não tem contribuído para a conquista psicossocial do inimigo, o que vai à contramão do atual pensamento estratégico norte-americano.

Nesse contexto, as campanhas após o ataque terrorista aos Estados Unidos da América significam vitórias no campo militar, mas é incompatível com a conquista de corações e mentes num processo de paz mais duradoura, que devem ser realizadas com atuação humanitária com os povos nativos nas áreas de operações, com o objetivo de obter vitórias morais. A não execução dessa parte do processo tem causado mal estar junto à população local, e aumentado o sentimento antiamericano.

O FCS foi o principal programa de modernização do Exército dos EUA entre 2003 e o início de 2009. O Exército dos EUA alegou que era o programa de modernização mais ambicioso e de longo alcance desde a Segunda Guerra Mundial. Em abril e maio de 2009, funcionários do Pentágono e do exército anunciaram que o esforço de desenvolvimento de veículos do FCS seria cancelado. O restante do esforço do FCS seria arrastado para um novo programa militar chamado Programa de Modernização da Equipe de Combate da Brigada do Exército.

O artigo revela ainda, que a doutrina fundamentou um papel significativo no desempenho do Exército ao longo de sua história - embora nem sempre a seu favor, pois muitas vezes não conseguiu prever com precisão a natureza da próxima guerra e continua na atualidade a ser travada em um debate entre defensores da guerra convencional e aqueles que defendem abordagens de contrainsurgência. A doutrina continua a ser à base da instrução no sistema de ensino do Exército, garantindo que todos os oficiais e soldados alistados compartilhem uma estrutura intelectual comum.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo Torres de. **Construção e expansão do complexo industrial-militar norte-americano: um passo em direção ao poder global**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

CORDESMAN, Anthony. **USCENTCOM Mission and History**. Center for Strategic and International Studies, August 1998. Publicado em:

https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/uscentcom3%5B1%5D.pdf.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Department of Defense (DoD)**. Releases Fiscal Year 2017. President's Budget Proposal. Publicado em: <https://dod.defense.gov/News/News-Releases/News-Release-View/Article/652687/department-of-defense-dod-releases-fiscal-year-2017-presidents-budget-proposal/> _____. **U.S. Army Center of Military History**. Publicado em: <https://history.army.mil/index.html>.

_____. **U.S. Army Center of Military History**. Basic Branches. Publicado em: <https://history.army.mil/faq/branches.htm>.

_____. **Army Demographics.** Publicado em:
https://www.armyg1.army.mil/hr/docs/demographics/FY12_ARMY_PROFILE.pdf.

_____. **Two Nations. One Border.** The War that transformed them forever. Publicado em:
http://www.pbs.org/keras/mexicanwar/index_noflash.html

_____. **Army National Guard.** Legal Basics of the National Guard. Publicado em:
<https://web.archive.org/web/20130521130934/http://www.arng.army.mil/aboutus/history/Pages/ConstitutionalCharteroftheGuard.aspx>.

_____. **National Archives.** Research in Military Records.
Publicado em: <https://www.archives.gov/research/military>.

HERBERT, Paul H., & NOONAN, Michael P. **American Military History:** a resource for teachers and students. Cantigny: First Division Museum / Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 2013. Publicado em: <https://www.fpri.org/wp-content/uploads/2016/03/American-Military-History-A-Resource.pdf>.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; Érico E., DUARTE. Projeção de poder e intervenção militar pelos Estados Unidos da América. **Rev. Bras. Pol. Int.** 46 (1), 2003, p. 135-152.

KRETCHIK, Walter E. **U.S. Army Doctrine: From the American Revolution to the War on Terror.** Kansas: University Press of Kansas, 2011.

LOURENÇÃO, Humberto José; Luis Eduardo Pombo Celles, CORDEIRO. Força Militar dos EUA no pós-guerra fria: ganhando batalhas e perdendo guerras. **Rev. Bras. Est. Def.** V. 3, nº 2, jul./dez. 2016, p. 103-117.

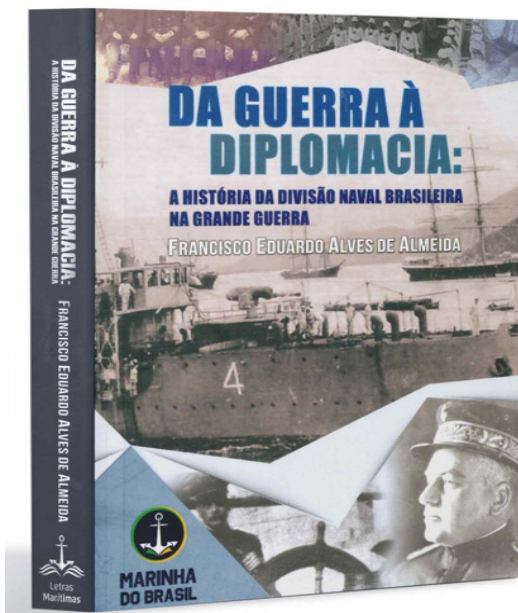
MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A desordem Mundial: o espectro da total dominação – Guerra por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SHANNON, Fred A. **The organization and administration of the Union Army (1861-1865).** 02 vols. Gloucester, MA: P. Smith, 1965.
Publicado em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015001813651>.

STEWART, Richard W. **American Military History.** Volume 1. The United States Army and the Forging of a Nation, 1775-1917. Washington D.C.: Center of Military History, 2009. Publicado em: https://history.army.mil/html/books/030/30-21/CMH_Pub_30-21.pdf.

Da Guerra à Diplomacia: A História da Divisão Naval Brasileira na Grande Guerra



Em 2022, a Editora Letras Marítimas lançou a obra “Da Guerra à Diplomacia: A História da Divisão Naval Brasileira na Grande Guerra” do Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida.

O autor fez uma profunda pesquisa sobre a Divisão Naval em Operações de Guerra enviada pelo Brasil no fim da Primeira Guerra Mundial para operar conjunto com as forças navais aliadas.

Lembro que essa comissão não era muito conhecida na própria Marinha do Brasil e Alves de Almeida resgatou uma série de fatos, há muito esquecidos, que proporcionam um novo olhar sobre o Brasil e sua Marinha nas duas primeiras décadas do século XX.

Alves de Almeida fez uma profunda pesquisa em diversos arquivos, no exterior em Portugal, França e no

Reino Unido. No Brasil, coletou uma série volumosa de preciosas informações no Arquivo Nacional, no Arquivo da Marinha e em arquivos regionais na Bahia, Pernambuco e no Rio Grande do norte.

A obra mostra os desafios que a Marinha do Brasil superou para enviar navios de guerra para operar longe de suas bases logísticas. A obra relata a preparação técnica das tripulações, o exercício da liderança diante de adversidades fora do contexto da guerra como a gripe espanhola, analisa o desempenho técnico profissional da divisão durante a missão, além do exercício da diplomacia naval após o término das operações militares.

O livro não se limita apenas aos aspectos militares, Alves de Almeida traz o lado humano da guerra ao falar das experiências, das emoções, da dedicação, do companheirismo e da solidariedade diante dos desafios da guerra e de grave enfermidade a que foi acometida a divisão na África.

O livro é principalmente um excelente exemplo da Nova História Militar Brasileira pela análise profunda da diplomacia naval, da estratégia, dos aspectos operacionais, da organização e da liderança.

A aquisição da obra pode ser feita no Espaço Cultural da Marinha (na praça XV, no Rio de Janeiro)

Você pode acessar a Entrevista com o Autor Francisco Eduardo Alves de Almeida no Canal História Militar em Debate nos links:

Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=9w5zefLtxtw&t=26s>

Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=wH_c4bM55l0

Filme em Destaque

Munique – No Limite da Guerra

O filme *Munique: No limite da Guerra*, é um dos últimos filmes sobre a Segunda Guerra Mundial, lançado recentemente, no final de Janeiro de 2022, o longa chegou ao streaming, pouco tempo depois de ser lançado mundialmente.

O filme é baseado no livro *Munique* de Robert Harris, dirigido por Christian Schwochow e roteiro de Ben Power. A obra retrata os dias antecedentes da possível invasão alemã aos Sudetos e a tentativa de evitar uma guerra, através da Conferência de Munique de 1938. Esse acontecimento é baseado em fatos reais, quando os governos da Alemanha, Itália, Inglaterra e França se reúnem para discutir um acordo em relação a região dos Sudetos e consequentemente evitar uma nova guerra (20 anos antes tinha acabado a Primeira Guerra Mundial).



Imagem de Destaque: <https://leiturafilmica.com.br/munique-no-limite-da-guerra/>

Faz parte do enredo do filme a história de três amigos que tem papel central na história, Hugh Legat (George MacKay), inglês, Paul von Hartmann (Jannis Nielwöhner), alemão, e Lenya (Liv Lisa Fries), judia. Os três se conheceram na Universidade de Oxford, onde estudaram juntos. Os dois primeiros trabalham nos governos de seus respectivos países, Legat (secretário do primeiro-ministro Neville Chamberlain) e von Hartmann (como diplomata no Ministério do Exterior alemão), e tentam durante a Conferência de Munique evitar que os governantes participantes da Conferência evitem “dar” o que Hitler desejava (Sudetos). Von Hartmann tinha conhecimento de um plano de Hitler de continuar a expansão territorial dentro da Europa, o governante alemão, não iria parar nos Sudetos, como desejavam ingleses e franceses.



Hugh Legat (George MacKay) e Paul von Hartmann (Jannis Nielwöhner).

<https://istoe.com.br/netflix-divulga-trailer-de-seu-novo-longa-dramatico-munique-no-limite-da-guerra/>

“Embora o livro de Robert Harris, que inspira o filme, seja baseado em uma história real, toda a trama dos personagens Hugh Legat e Paul von Hartmann é fictícia... Todos os eventos que envolvem a dupla interpretada por George MacKay e Jennis Niewöhner são ficcionais. Enquanto Legat não é baseado em nenhuma pessoa real, Hartmann é levemente inspirado por Adam Von Trott, parte da resistência anti-Hitler que existia em partes do governo alemão.” - *Fonte: Observatório do cinema*

Contexto Histórico

No ano de 1933, Adolf Hitler chegaria ao poder na Alemanha, e nos primeiros anos de governo, Hitler deixa de cumprir com o Tratado de Versalhes. Durante o período de 1933 até 1939, início da Segunda Guerra Mundial, Hitler inicia sua política em relação aos Judeus e do expansionismo alemão (espaço vital).

Dentro desse quadro, existe o plano de invasão dos Sudetos (Tchecoslováquia) pelos alemães. As Nações ocidentais da Europa, que não desejavam uma nova guerra, 20 anos antes tinha acontecido o fim da Primeira Guerra Mundial, optaram por uma negociação para tentar evitar o conflito.

Durante setembro de 1938, se reuniram em Munique os governantes da Alemanha (Adolf Hitler), Itália (Benito Mussolini), Inglaterra (Neville Chamberlain) e França (Édouard Daladier) para discutir a questão dos Sudetos e consequentemente evitar uma guerra. A Conferência não teve nenhum representante da Tchecoslováquia nas grandes discussões dos acordos.



Chamberlain volta à Londres após os acordos assinados na Conferência de Munique
<https://www.papodecinema.com.br/filmes/munique-no-limite-da-guerra/>

Na Conferência foi assinado um acordo entregando a Alemanha, a região dos Sudetos, evitando naquele momento um novo conflito. Esse episódio, que ficou conhecido como a Política do Apaziguamento, e que foi comemorada principalmente pelos ingleses e o Primeiro Ministro Chamberlain, conseguiu retardar a Guerra por um ano, porém com a invasão da Alemanha, na Polônia, medida que descumpria a Conferência de Munique, tem início a Segunda Guerra Mundial.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.